

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

AUTONOMIA HUMANA EM KARL MARX

DIEGO SIMÃO RZATKI

Florianópolis, novembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AUTONOMIA HUMANA EM KARL MARX

Monografia submetida ao Departamento
de Ciências Econômicas da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito obrigatório
para obtenção do grau de Bacharelado.

Por: Diego Simão Rzatki

Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

Área de pesquisa: Economia Política

Palavras-chaves: 1. Autonomia
2. Consciência
3. Modo de Produção

Florianópolis, novembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota _ _ _ _ para o aluno Diego Simão Rzatki, matrícula 0410708-0, na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Idaleto Malvezzi Aued
Presidente

Membro

Membro

DEDICATÓRIA

*Ao meu irmão Henrique,
que, ao morrer, deu-me mais vontade viver e entender a vida.*

AGRADECIMENTOS

É de minha maior alegria agradecer a meus pais por toda formação moral que me proporcionou entender o mundo e a mim mesmo com muito carinho, respeito, dedicação e amor.

Agradeço ao meu irmão Vinicius, por compartilhar momentos de alegria e de tristeza, da vida e do futebol, com uma maturidade e hombridade de alguém que pode ter um grande futuro pela frente.

À minha tia Vilma Margarete Simão, ou simplesmente Marga, que além de todo carinho que me proporcionou durante todos estes anos, introduziu-me ao mundo Marx, que, antes de tudo, é a contribuição de um homem por uma humanidade melhor.

A toda minha família, que me proporcionou em todos estes anos, muitos momentos maravilhosos e auxílio nos piores momentos. É complicado citar cada um de meus familiares, portanto, por ordem de hierarquia, lembrarei dos nomes de meu avô e de minhas avós. Aos pais de minha mãe, Vilmar e Virginia, agradeço por me ensinarem canastra, casal que é exemplo raro de amor verdadeiro e que se mantém firme, mesmo aos percalços e roubadinhas nos jogos. À minha avó materna, Josefa, que sempre com carinho recebia-nos com roscas crocantes e quentinhas, e que, através dos seus ensejos de preservar as raízes polacas, fez-me entender a importância de resguardar nossa história, pois elas demonstram quem somos.

Ao meu orientador, que me proporcionou o aprofundamento de meu conhecimento em Marx. Orientação que transcende a época monográfica e que demonstra que o processo de aprender, quando não tem fim, é sempre o começo de novas perspectivas a serem observadas e entendidas.

À Carol por todo amor, que, mesmo com idas e vindas, fez e faz parte importante de minha vida nos melhores e piores momentos.

À minha amiga Maria Antonieta, por todo o incômodo e dispêndio de chiclete em todas idas e vindas para a universidade e nas estradas da vida.

Agradeço aos meus amigos, todos, que sempre foram fiéis participando das diferentes fases de minha vida, que de uma forma ou de outra, tiveram sua parcela de importância em minha vida.

Ao Figueirense por me proporcionar nos últimos dez anos muitas felicidades, mesmo que nesse finalzinho de ano venha a decepcionar-me.

Por fim, quero agradecer de forma mais específica à Juliana Debei, que me ajudou na correção deste trabalho e ao meu tio João, que ajudou-me a traduzir algumas partes dos escritos de Marx.

EPÍGRAFE

“[...] um ser dotado de noção de verdade,
[...] jamais será capaz de estar certo de coisa alguma”. Hanna Arendt

RESUMO

Esta monografia discute a autonomia humana em Marx. Trata do estudo de uma categoria pela perspectiva deste autor e utiliza a metodologia dialética materialista histórica, a qual é a base da teoria de Marx, onde a realidade, ou seja, o conhecimento científico se encontra na realidade da construção dos seres humanos. A autonomia é obra da obrigação existencial humana de saciar suas necessidades. Portanto, as condicionantes concretas que possibilitam ao ser humano conseguir o que necessita é, em si, ponto decisivo para determinação para autonomia. Ao se observar que a autonomia encontra-se dinamizada por estas premissas, buscou-se na divisão do trabalho, condicionada pela propriedade privada, a realidade concreta que retira do ser humano sua autonomia, e, em diferentes momentos históricos, essa dinâmica encontra diferentes lógicas. Ao observamos o entendimento da autonomia em Marx realizamos um passo em um estudo que deve ser continuado para se entender melhor as possibilidades da economia política e suas conseqüências ante as determinações humanas na economia como um organismo independente, mesmo que produzido pela humanidade. Não obstante, explicita-se algumas virtudes e limites da teoria de Marx e somente com um estudo mais aprofundado do autor pode-se compreender o que ele propõe como cientista, saindo do espectro proposto por muitos teóricos, que dizem que a teoria de Marx é ideologia e não ciência.

ABSTRACT

This monograph discusses the human autonomy in Marx. This is a study of a category by this author views and uses a dialectic materialist and historical methodology, which is the basis of Marx's theory, where reality - or scientific knowledge - is in fact inside the human beings. Autonomy is a work of a human existential obligation to satiate their needs. Therefore, the conditions that allow human beings to get what they need are themselves a crucial point to determinate autonomy. How autonomy is spurred by these premises, we studied, in the division of labor, constrained by private property, the reality that takes autonomy from the human being in different historical periods, with a different logic. We also understand autonomy in Marx to start a study that should be continued in order to understand better political economy possibilities and its consequences, which affects the human determinations inside the economy as an independent organism, even if it is produced by mankind. We also listed some Marx's theory virtues and limitations, and we recognize that, only with a more detailed study of this author, would be possible to understand what he proposes as a scientist, not considering some proposes made by many theorists who say Marx's theory is ideology, not science.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	3
CAPÍTULO INTRODUTÓRIO.....	3
1.1 A escolha por Marx e o entendimento de sua metodologia.....	7
1.1.1. A escolha por Marx.....	7
1.1.2. A metodologia de Marx	9
1.1.2.1. O contexto histórico para o aparecimento da metodologia empregada por Marx e suas condicionantes	10
1.1.2.2. Sistematizando a dialética materialista histórica	13
1.2. Do desenvolvimento do objetivo a ser estudado	19
CAPÍTULO II.....	25
A AUTONOMIA HUMANA PRÉ-CAPITALISTA EM MARX	25
2.1. A autonomia humana observada na construção ontológica primária da dialética materialista histórica de Marx	26
2.2. A autonomia do ser humano ante a divisão do trabalho.....	33
2.2.1. A origem da força produtiva pela imposição da verdadeira divisão do trabalho	36
2.2.2. Poder social construído na cooperação voluntária dos seres humanos: O Estado Social.....	43
2.2.3. Poder Objetal e Burguesia: Personificação e ilusão da consciência humana	46
2.3. Síntese dos elementos chaves para o desenvolvimento humano.....	48
CAPÍTULO III	50
A AUTONOMIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	50
3.1. Cooperação espontânea social humana	50
3.2. Cooperação espontânea na sociedade capitalista.....	54
3.2.1. Mais-valia: a condição objetiva para a existência do capital e do capitalismo	55
3.2.2. Caracterizando as necessidades humanas no capitalismo	59
3.2.3. Riqueza capitalista versus riqueza humana	62
3.2.4. Riqueza capitalista: a acumulação como uma necessidade sistêmica e sistema escravização através das necessidades	66

3.2.5. A submissão do ser humano ante a mais-valia: o poder do capital fixo.....	75
3.2.6. A submissão cooperação social não-voluntária ao capital circulante.....	78
3.2.7. A consciência coletiva condicionada à reprodução material do capitalismo: o nascimento do poder objetual particular do capitalismo	81
3.3. A humanidade sob ordens dos desmandos do capital	84
CAPÍTULO IV.....	87
A AUTONOMIA HUMANA NO COMUNISMO.....	87
CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXO.....	99
Anexo 01 – Sobre a tradução do conceito Aufhebung em Marx.....	99
Anexo 02 – Sobre a tradução do conceito Entäuberung em Marx	101

CAPÍTULO I

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

Esta monografia foi desenvolvida atravessando um cenário de crise sistêmica dos mercados financeiros globais. Uma crise econômica que não consegue, até o presente momento, ter uma explicação convincente de sua complexidade e, portanto, tão pouco produzir ações que venham a dar certeza de que será encerrada.

Os especialistas do mercado financeiro, de uma forma geral, apropriaram-se da idéia de que a queda dos mercados financeiros ocorreu pelo uso indevido de papéis tóxicos, ou seja, títulos de crédito de risco alto ao credor para realizar a alavancagem financeira¹ das instituições bancárias dos Estados Unidos da América (EUA). Esses títulos imobiliários de risco alto EUA, conhecidos como os “subprimes”² acabaram por não se realizar, o que corroeu o patrimônio dos bancos e, por consequência, gerou uma crise de crédito geral no mercado norte-americano³.

¹ A “Alavancagem Financeira” é base para o aumento do lucro líquido, em contraponto às despesas financeiras. É a capacidade da empresa de maximizar o lucro líquido por unidade de cotas (no caso de uma empresa por cotas de responsabilidade limitada) ou por ações (no caso de uma sociedade anônima), com a obtenção de financiamento, cujos juros e outros encargos são fixos. Essa capacidade é evidenciada pelo quociente entre o passivo e os recursos próprios; ou situação líquida da empresa (TOMISLAV, 2008).

² Os “subprimes” são títulos de crédito concedidos para pessoas que apresentavam condições de pagamento com maior risco, ou seja, maior possibilidade de não honrar as dívidas. Para obter estes empréstimos, os compradores devem preencher diversos critérios, como renda mínima, depósito de uma parcela da aquisição como entrada, comprometimento de uma parcela máxima de sua renda com pagamentos de juros e outros. Isso poderia limitar este mercado, pois apenas clientes de melhor perfil de crédito poderiam obter financiamentos imobiliários. Porém, considerando as condições favoráveis de liquidez no mercado mundial, este tipo de operação registrou crescimento acentuado, uma vez que estes títulos, refletindo o lastro de empréstimos a taxas mais altas, oferecem também juros mais altos aos investidores, o que possibilitava o aumento de crédito para compra de imóveis para compradores de perfil de maior risco de inadimplência.

³ De acordo com os analistas financeiros, “a crise dos subprimes” decorreu do crescimento na oferta de títulos “subprimes”, que gerou um aumento da procura por imóveis e o uso por investidores financeiros desses créditos para remunerar suas carteiras, dado os altos juros aplicados a quem contraía os empréstimos. A consequência dessa remuneração foi a alta procura por estes papéis, e o uso destes alastrou-se pelo mercado financeiro. Porém em certo momento, ao passo que estes créditos encontravam-se espalhados pela economia, a inadimplência de quem contraía essa linha de crédito aumentou. Também cresceu o valor das dívidas contraídas com o tempo, dado o aumento do valor dos imóveis ante a demanda por imóveis proporcionada aos compradores que usavam as linhas de crédito citadas. Esse movimento levou basicamente a duas consequências: o percentual alavancado pelos bancos com este tipo de crédito ficou maior e a dívida dos trabalhadores igualmente, restringindo o poder de compra. A chegada da inadimplência, ocasionando o não pagamento por parte do endividado ao credor, gerou o não pagamento dos juros aos que contraíam papéis para remunerar suas carteiras. Estes papéis desvalorizaram-

Desta forma, ante a dimensão da crise, por ocorrer justamente em países de primeiro mundo, nos quais a liberdade de mercado preponderou, o auxílio estatal vem sendo amplamente discutido, uma crise considerada a segunda pior econômica do capitalismo e a maior crise bancária de todos os tempos. Portanto, mesmo que não se tenha uma verdade sobre as condições que levaram à crise, uma certeza se tem, de que existe a necessidade da atuação do Estado para controlar os malefícios da quebra financeira geral. Sendo assim, o debate ante aos diversos prismas da economia política torna-se ativo e, por assim dizer, “na moda”.

Até o momento, países com economias avançadas e de tendências liberais (principais prejudicados pela crise), como a Inglaterra, vêm liderando um movimento de soerguimento de barreiras contra grande crise lastreadas em uma intensa atuação do Estado. As economias liberais estão passando por uma crise de identidade – de Estados com modelos econômicos altamente liberais para modelos que contam com aparatos protetores - no intuito de preservar a sociedade não somente com serviços públicos, mas com direta intervenção do Estado, que, desta forma, estaria minimizando os impactos da crise gerada em um ambiente de liberalismo econômico, o que, por si, é uma contradição.

É uma mudança de prumo muito forte para países com economias liberais. Decisões como essas de se intervir diretamente no mercado levantam uma grande discussão sobre qual é o papel do Estado nesses cenários, ou mesmo se este deveria intervir. Qual é o papel do Estado na economia é, sim, uma questão. A economia política encontra-se em evidência mais do que nunca, pois identifica os nexos entre a economia e sociedade. Nexos que serão, em sua essência, explicitados aqui, ante a teoria marxiniiana⁴, mas que possuem, igualmente, explicações em diversas teorias econômicas.

O cenário demonstra que as diversas vertentes de pensamento econômico neste turbilhão, tendem a querer tascar seu quinhão: Schumpeterianos, Keynesianos, Neokeynesianos, Liberais, Neoliberais e etc. Esses dois últimos, atualmente, depreciados e em decadência por representarem a base dos modelos econômicos utilizados para analisar e orientar a atividade econômica, não só do Estado, mas da economia em boa parte do mundo.

se, e este ano, de uma forma muito aguda, gerou fortes perdas de patrimônio pelas instituições bancárias que os emitiam. Portanto, ao passo que não se sabia a situação patrimonial real dos bancos, ou seja, quanto de seu patrimônio estava alavancado por esses créditos, a cotação deles na bolsa foi derrubada. Esta condição, em um segundo passo, restringiu a concessão de empréstimos, o que gerou a crise (INFOMONEY, 2007). Entretanto esta explicação reduzida serve apenas para situar o leitor dentro da crise, não sendo o objeto de estudo desta monografia.

⁴ Marxiniiana no sentido de serem baseadas nos escritos de Marx.

Desta forma, sem exagero, as teorias auxiliam as tomadas de decisão dos Estados, ou mesmo, empresas e indivíduos comuns.

Entretanto, o que muito bem se observa é que a crise demonstra as fraquezas de um modelo teórico ou o força, tendo em vista qual modelo melhor se adequa à realidade. Torna-se usual, por exemplo, explicitar que o capitalismo é frágil e que uma alternativa deve ser apresentada, caso ele não se sustente e, portanto, as mudanças são mais que desejadas e pedidas pela sociedade, conforme aparecem os trilhões desta mega crise financeira. A sincronia entre o desejo de mudança e a crise é um indicativo da ligação do comportamento humano ante a economia e, por isso, torna-se necessária a observação deste comportamento, que ao fim leva às decisões que orientam os Estados, e como já observamos, as empresas, ou mesmo cada cidadão.

Qual o caminho a seguir é a grande questão. Não é de agora. A cada crise econômica, mudanças são pedidas e, neste momento, a economia política é acionada para que tome as rédeas da situação em nome dos interesses da sociedade. Ou melhor, imprima medidas que assegurem a superação da crise e acabe com os problemas. Porém, sob que forma a mudança ocorre na sociedade, como mencionamos, é uma grande questão, pois a economia é espelho da sociedade, e ao mesmo tempo, produto de suas ações.

Neste momento a economia recebe as lóureas de importante ciência e entra em evidência nos telejornais. É necessário planejamento para sair da crise, baseado em premissas científicas que estabeleçam uma direção a seguir (e um lugar para se chegar) e que cauterizem os problemas econômicos, minimizando seus iminentes reflexos sociais. O que dirige o senso humano na hora de nortear suas ações, com decisões políticas ou com base científica (econômicas no caso) é algo que não fica claro. Portanto, sem o entendimento dessas variáveis, a própria ação humana não pode ser chamada de racional e não é possível entendê-la.

A mudança, simples palavra que corporifica um movimento de transição a algo novo, nunca se encontra estritamente explicitada – afinal, quais os campos que restringem uma mudança? Grande exemplo disso é que, no momento em que esta monografia foi concluída, saía o resultado da eleição presidencial norte-americana, considerada por muitos a mais importante do mundo – isso porque usualmente os cientistas econômicos e políticos dizem que os EUA possuem a maior economia mundial, influenciando no andamento das outras economias.

O vencedor foi Barack Obama, candidato do partido Democrata. Seu principal slogan estava pautado na palavra mudança. Ele ganhou e a necessidade de transformação mostrou-se

inerente à sociedade. Porém, há ciência de que a mudança não é somente um desejo, mas algo a ser construído. Não reside apenas na vontade, mesmo que esta seja crucial para que haja mudanças. Ou seriam as necessidades? Observando parte do discurso da vitória de Barack Obama, proferido após as eleições praticamente confirmarem sua vitória, nota-se a necessidade e a impossibilidade de rompimento de traços antigos que sustentam a economia do país, a qual deve ser superada, melhorada em uma evolução ou aprimoramento:

[...] Esta vitória em si não é a mudança que buscamos. É só a oportunidade para que façamos esta mudança. E isto não pode acontecer, se voltarmos a ser como éramos antes. Não pode acontecer sem vocês, sem um novo espírito de sacrifício. [...] O país pode mudar. Nossa união pode ser aperfeiçoada. O que já conseguimos nos dá esperança sobre o que podemos e temos que conseguir amanhã. [...] E, quando nos encontrarmos com o ceticismo e as dúvidas e com aqueles que nos dizem que não podemos, responderemos com esta crença eterna, que resume o espírito de um povo: podemos. (BARACK OBAMA, G1, 2008)

Que caminhos seguem os estados, as empresas e os indivíduos? Como tomamos nossas decisões? Onde reside o pressuposto básico para uma decisão humana? A economia não se trata de uma ciência exata. Muitas vezes, suas premissas dogmatizadas, travestidas de verdades absolutas, são alvo de lutas políticas dentro do ente institucional, como o Estado ou uma empresa, ou mesmo um simples indivíduo. Portanto, qual caminho se deve tomar em seu planejamento? O alvo da pesquisa é o que orienta a humanidade nos processos decisórios que norteiam o andamento da vida humana, a autonomia de reagir ao mundo.

Esta monografia de conclusão de curso situa-se na economia política e estabelece uma linha de pesquisa (baseada nos escritos de Marx) das determinações econômicas sobre a vida e das decisões de cunho humano nas atividades econômicas. De forma sintética, estuda o que é autonomia humana em Marx, ou seja, o conjunto de fatores que proporcionam as decisões humanas. A autonomia, de acordo com o que diz a teoria de Marx, é o objetivo geral de pesquisa nesta monografia. O que leva à tomada de decisão, suas condições e condicionantes histórico/materialistas, investigando as determinantes do modo de produzir a vida humana, seja em um aspecto histórico anterior ao capitalismo, no capitalismo ou em uma era pós-capitalista, são os objetivos específicos.

De uma forma mais estendida, este trabalho mostra os nexos existentes na relação que a humanidade possui, na dinâmica entre ela e a atividade econômica, e o papel da autonomia nesta lógica de relações, as quais saem da esfera pessoal, passam pela familiar e chegam a

cunho social – em consequência, fundam e estabelecem o Estado, sem esquecer da visão global, onde se incluem as empresas, ou seja, a própria humanidade.

Dentro deste contexto de crise, é evidente que existe a necessidade de tomada de decisão. Não que elas existam no cotidiano, mas, com a crise financeira atual, internacional ou globalizada (verbete da moda), na condição de que as decisões têm um alcance estrutural muito grande, torna-se clara e concreta a importância de atitudes a serem tomadas. A autonomia com a qual essas decisões são tomadas se mostra questão fundamental a ser estudada e, em conjunto com sua estruturação histórica, evidencia-se como questão importante não somente para entender as transformações passadas, mas para visualizar de que forma as transformações estruturais de cunho econômico, por exemplo, ocorreram, ocorrem e podem ocorrer.

As decisões podem possuir então, caráter transnacional em seu sentido mais agudo, o sentido político. Porém, é importante observar que a economia é uma atividade política, pois, como podemos notar dia a dia, as lutas no entorno das questões econômicas são de importância social, visto que as pessoas retiram de suas atividades econômicas o que dependem para sua sobrevivência.

A atividade econômica garante não somente a sobrevivência do indivíduo, mas igualmente das unidades familiares, empresas, sociedades, nações e, por fim, da própria humanidade. Portanto, situando: prever e antecipar, ou ao menos poder observar as tendências dos movimentos econômicos, é o interesse da Ciência Econômica, e, de forma mais explícita, cabe à economia política entender os nexos entre a sociedade e a economia.

1.1 A escolha por Marx e o entendimento de sua metodologia

1.1.1. A escolha por Marx

Em meio a toda essa confusão teórica, mais uma vez Marx é lembrado, porém, em sua maior parte, não como uma ciência, mas como uma ideologia de esquerda, uma imagem pejorativa, em grande parte. Entretanto, ao confrontar o Estado a uma decisão econômica, a economia política entra em prática e um de seus maiores expoentes é Marx.

De qualquer maneira, Marx deve ser observado sob olhos de um cientista econômico e político que desenvolveu um modelo que explica a historicidade humana e que possui méritos, os quais, indubitavelmente, justificam sua manutenção nos círculos acadêmicos até os dias atuais.

Marx analisa a economia capitalista, retira suas conclusões e lança definições quanto aos defeitos que existem neste modelo de produção. Observa, por exemplo, que o ser humano é subjugado a uma ordem de mercado que o esmaga, onde a busca pela acumulação anula o sentido humano da produção econômica. A economia não é ética nem solidária com o ser humano. Tem como único objetivo a manutenção do sistema produtivo, o qual não respeita o ser humano, mas apenas uma necessidade de manutenção dos lucros.

Marx observa as decisões frente à perspectiva econômica e leva a entendimentos, como, por exemplo, de que as empresas tendem a não observar o ser humano. Quando o observam, é no intuito de aumentar seu potencial de retirar o máximo lucro sobre o trabalho contratado.

A empresa capitalista deseja o lucro, o aumento de sua acumulação de capital. Obviamente não é a regra geral, mas, o que não se encontra nesta regra, realmente não é a generalidade das companhias, empresas. Até mesmo o Estado toma decisões que privilegiam a condição de aumentar os lucros das empresas, mesmo tendo a oportunidade (para não falar a obrigação) de salvaguardar os interesses sociais, como a ampliação do atendimento médico gratuito e do acesso à educação, à saúde e outros.

Portanto, cada decisão é permeada por uma economicidade implícita, seja nas empresas, nos Estados e até mesmo nos indivíduos. Muitas vezes, podemos adiar decisões de caráter puramente pessoal e passional por uma necessidade econômica. Podemos, por exemplo, planejar um casamento somente após concretizadas as bases de sustentação econômica do casal ou mesmo do próprio indivíduo. O nascimento de uma nova vida pode ser decidido e muitas vezes o é (inclusive pelo Estado), por limitações de ordem econômica, decisão que pode ser pela restrição (vide China) ou por medidas de incentivo (como Luxemburgo, onde se paga para cada novo habitante). A racionalidade econômica permeia nossas vidas da forma mais dramática possível.

Marx observa tudo isso com muita concretude, e por isso justifica-se a decisão de adotar esta linha teórica para finalizar o Curso e elaborar esta monografia. Obviamente sabe-se que outras linhas teóricas igualmente ensejam demonstrar que a atividade econômica permeia a nossa vida das mais diversas maneiras, mas Marx tem uma aplicação contundente, por isso será tratado nesta monografia, muito em parte, pela natureza de sua metodologia.

1.1.2. A metodologia de Marx

Todo fenômeno aparece na sua imediaticidade, porém, se tudo na ciência se produzisse somente ao passo da observação, poderíamos falar que, se a aparência correspondesse à essência, a ciência seria desnecessária. Entretanto, ao saber que a verdade não se encontra na simples contemplação da realidade, somente a contemplação, como observação, não é suficiente. A racionalidade é pertinente para entendermos a dinâmica por trás dos movimentos.

Para existir a racionalidade entre as dinâmicas que constroem a verdade/o conhecimento, é preciso que haja uma dinâmica inteligível sob a existencialidade material a ser pesquisada. Com isso, é necessária a negação do objeto para que se chegue ao conhecimento que se encontra dentro da complexidade inerente à imediaticidade, mas que não é visível a olho nu. Nesse sentido, é fundamental a negação do objeto na sua imediaticidade e o entendimento de sua essência para se chegar ao conhecimento e se fazer ciência. É isso que Marx empreende quando utiliza a dialética materialista histórica ao desenvolver seu pensamento.

Disso tudo decorre que a ciência não é neutra, vai mostrando aquilo que o sujeito cognoscente reproduz do real social, que não é harmônico e nem regido por leis naturais, mas sim resultante da ação social dos seres humanos. A imediaticidade é produzida pelos humanos e não é compelida por uma determinação natural, com as quais estes não possuem ligação. Isso decorre do fato de que é a humanidade quem determina as leis que regem a ação dos

seres humanos, e o ser humano é quem transforma a sua realidade e isso, para Marx, ocorre através do trabalho⁵.

1.1.2.1. O contexto histórico para o aparecimento da metodologia empregada por Marx e suas condicionantes

O entendimento do ser humano como centro de suas próprias realizações ratificou-se ante ao processo Renascentista e legitimou-se na descoberta de Galileu. A comprovação telescópica deste estudioso provou que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário, o que, resumidamente, desautorizou as até então “leis naturais” da Igreja Católica, quebrando seu absolutismo teórico e alçando o pensamento antropocentrismo a uma condição de relevância. Diferentemente da filosofia teocentrismo, uma nova forma de pensar estava posta: o ser humano é racional e possui a capacidade produzir seu conhecimento. (WAGNER, 2002)

O antropocentrismo não somente alçou o ser humano à condição de centro das realizações como atribuiu a ele a capacidade de se rebelar contra as leis naturais, que supostamente determinavam toda a ação humana. Lei natural autoritária, que era defendida pela Igreja Cristã na Era Medieval. Sob o efeito da autoridade, o ser humano estava condicionado pela lei natural divina da Igreja Católica, por uma consciência superior que comandava as ações humanas de forma autoritária (de identidade divina), dirimindo não somente a moral e o juízo individual, mas também sua ação. Assim, ante a rebelião cultural da Renascença contra o pensamento dogmático religioso⁶, o qual dominou o Ocidente durante a Idade Média, condicionou-se o terreno para reflexão e para a ação com origem no ser

⁵ Diante de uma necessidade o indivíduo projeta, em sua consciência, o resultado de cada uma das alternativas, as avalia e escolhe aquela que julga mais conveniente para atender à necessidade. Escolhida a alternativa, o indivíduo age objetivamente, isto é, transforma a natureza e constrói algo novo. Este movimento de transformar a natureza a partir de uma prévia ideação é denominada por Marx, de trabalho. Essa definição, como se verá mais a frente, é paralela à relação teleológica do ser humano com a natureza.

⁶ O confronto ante a autoridade do pensamento tradicional da Igreja Católica foi um processo empreendido por diversos pensadores, porém, seu precursor, conforme Hanna Arendt, foi Hegel. Entretanto, diferentemente de Marx, Hegel promoveu a linearização das diversas tendências de pensamento, ancorando sob uma lógica, a qual, teria o efeito de se tornar uma nova autoridade frente à verdade defendida pela religião dominante (ARENDR APUD WAGNER, 2002, p. 77). Entretanto o mérito pela abertura desta linha de pensamento não é o foco deste

humano, e não mais somente para a contemplação de uma realidade imposta. (WAGNER, 2002)

Essa nova sistemática, na qual a sociedade não era mais entendida com base nos pensamentos tradicionais da Igreja, que remontavam à dominação romana, levou a humanidade a desconfiar de sua sensibilidade imediata para entender o mundo. A ambigüidade é resolvida quando se entende que o fato da contemplação, da observação, teria se transformado, ao mesmo tempo, em uma condição inerente à natureza do ser humano, possibilitando ao mesmo tempo fazer e refletir a imediaticidade. A lei natural pertencia ao ser humano, dando poder a ele de refletir e interferir sobre a mesma, inclusive em sua construção histórica (WAGNER, 2002).

Esse movimento desmonta a passividade da existência humana e dá ao ser humano o poder sobre seu entendimento de mundo. O ser humano recebe, portanto, a confiança de que possuiu a capacidade de racionalizar o mundo e, assim, entendê-lo. É a instrumentalização do ser humano, do pensar e do fazer e a promoção do *homo faber*⁷:

O feito de Galileu estabeleceu a confiança naquilo que o homem *faz* e a desconfiança naquilo que o homem *observa*, de tal modo que, se esse evento teve um desdobramento aniquilador para contemplação que dependia dos sentidos humanos – da observação – para atingir as verdades eternas, ele teve, também, como repercussão, a promoção do *homo faber* a uma posição nunca atingida (WAGNER, 2002, p. 80).

O *homo faber*, então, é um ser racional. É dono de seu destino e sofre com as conseqüências de seus atos ao mesmo tempo. A verdade sensível atribuída a um pensamento dogmático que estava sob a tutela da Igreja cai por terra e, mais importante, perde sua autoridade ante ao pensamento sensível fundamentado na concretude da racionalidade humana. A contemplação humana se transforma em racionalidade na instrumentalização da faculdade humana de pensar, de interpretar a realidade sensível e imediata. Não somente isso, o ser humano, sob o caráter de *homo faber*, produz sua existencialidade e dele se produz a

texto, e sim, conceituar historicamente a origem da metodologia de Marx, o que retira a necessidade de discussão deste aspecto ante o desenvolvimento da monografia.

⁷ *Homo faber* é uma expressão usada por Hanna Arendt para identificar o ser humano sob a perspectiva marxiana. Ela identifica neste *homo faber* como a classificação que Marx dá ao ser humano como produtor de sua própria existência e da imediaticidade existente. Utiliza-se no intuito de realizar a explicação da metodologia aplicada por Marx em seus escritos, visto que é necessário chegar ao entendimento da *práxis* como peça fundamental da dialética materialista histórica, metodologia da qual Marx faz uso.

imediatividade que é estudada por si. A existencialidade sobre a qual ele estuda é obra sua, não somente o imediato, mas igualmente todo seu desenvolvimento histórico (WAGNER, 2002). Esse *homo faber* então, citando Hanna Arendt (APUD WAGNER, 2002, p. 68), “[...] é realmente amo e senhor de si não apenas porque é o senhor ou arrogou o papel de senhor de toda a natureza, mas porque é senhor de si mesmo e de seus atos [...]”.

Posta a condição do *homo faber* caracterizando o ser humano, outra categoria muito importante no entendimento da metodologia de Marx se encontra possibilitada, a *práxis*. A *práxis*, portanto, a qual Marx cita frequentemente em seus escritos é a ação do *homo faber*. Ou seja, a ação humana como condicionante material de seu próprio desenvolvimento imediato ou histórico e fator que possibilita não somente o entendimento do universo humano, mas a própria criação da existencialidade humana:

O principal defeito de todo o materialismo até aqui (o de Feuerbach incluído) consiste no fato de que a coisa – a realidade, a sensibilidade – é apenas compreendida sob a forma do objeto ou da contemplação; mas não na condição de atividade humana sensível, de *práxis*, não subjetivamente. Daí por que, em oposição ao materialismo, o lado ativo foi desenvolvido de modo abstrato pelo idealismo, que, naturalmente, não conhece a atividade real e sensível como tal. [...] A questão do saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva – não é uma questão da teoria, mas sim uma questão prática. É na *práxis* que o ser humano tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar. (MARX & ENGELS, 2007, p. 39)

Tendo em vista que a existência humana (baseada nas concepções do *homo faber*) pertence ao caráter humano de sua origem, ela dá condições para que se realize a utilização do próprio ser humano para pensar sobre si, para o uso da dialética materialista histórica. O estudo do ser humano através do entendimento de sua *práxis*, ou seja, de realidade por ele mesmo condicionada, permite que ele tenha a capacidade de conseguir abstrair esta *práxis* e entender a si mesmo, gerando a ciência. Isso é possível, pois, mesmo ao negar o objeto de estudo (no caso de Marx, as relações humanas, no nosso, com a autonomia), a racionalidade humana consegue abstrair a realidade e entendê-la de forma segura, já que o homem possui ligação com o abstraído, afinal, é obra do mesmo. Essa ligação existe entre o ser humano e o objeto estudado, mesmo que não seja algo imediato aos sentidos e que propicie ao ser humano que se empreende investigar o poder de raciocinar sobre a imediatividade que o cerca.

Portanto, aqui se concluem os preceitos que capacitam a teoria de Marx como aplicável ao mundo real⁸.

1.1.2.2. Sistematizando a dialética materialista histórica

Entendendo os princípios filosóficos da metodologia que Marx utiliza, é possível compreender a sistematização do processo de pesquisa que a dialética materialista histórica de Marx empreende. Neste subcapítulo tratamos exclusivamente da lógica de pesquisa encontrada nos escritos de Marx.

O conhecimento não se encontra na superfície observada pelo ser humano, muito menos arbitrado por uma lei natural divina e autoritária, e sim, nas relações materiais existentes. Marx busca, em uma racionalização abstrata derivada das relações concretas humanas, os artifícios com os quais desenha um quadro ideal sobre este cenário, ou seja, sobre a verdade, que é, em si, o conhecimento científico. Portanto, em Marx, não são quantificações e nem experimentações que vão garantir a veracidade da ciência, pois a prática social produz a verdade.

Desta maneira não é falso afirmar que, para Marx, o processo de se explorar o conhecimento é uma aproximação da *essência* do fenômeno que é social, já que a mesma, conforme mencionamos, não se encontra na superfície. Por teoria, entende que é a *reprodução ideal* do movimento do *real social* que deve ser compreendido na sua historicidade (movimento), ontologia (fundado na concretude do ser social) e totalidade mediada pela ação

⁸ Estamos cientes que, ao passo que Marx nega o objeto, as condicionantes expostas neste subcapítulo são passíveis, ante outras teorias, de serem debatidas. Hanna Arendt, da qual usamos algumas reflexões para esclarecer o entendimento de Marx, combate-o: “A concepção de Marx de que a verdade tem sua localização no mundo dos assuntos humanos é, para Arendt, o marco do fim do pensamento político tradicional. [...] Essa crença levou Marx a ancorar suas reflexões na realidade buscando compreender as mudanças que caracterizam sua época e que tiveram como marcos fundamentais as revoluções Francesa e Industrial. Esse gesto de Marx poderia ter sido a inauguração de um referencial totalmente novo para a compreensão dessas mudanças, não fosse esse pensador ter buscado, na tradição da mesma, conceitos de negação da própria realidade. [...] Marx incorporou tais conceitos às suas reflexões, quando inverteu a hierarquia tradicional entre pensamento (teoria) e a ação (*práxis*), gesto que o impediu de considerar aspectos relevantes da realidade e o induziu a importantes contradições” (WAGNER, 2002, p. 75-76). Porém, ao focar somente em Marx, não se foge do embate teórico, somente posterga-se a necessidade intrínseca de melhor compreender Marx para, posteriormente, poder debatê-

particular dos homens. Isto significa que os supostos do método são: a) o processo do conhecimento parte da abstração do real e retorna ao concreto pensado; b) o objeto deve ser estudado na sua genericidade; c) o particular é a manifestação do objeto na sua imediaticidade.

Em absoluto encontra-se determinado e permeado por toda obra de Marx que o real é concreto. É sempre a população que é a base e o sujeito do ato social de produção. Entrementes, um exame mais atento revela que apenas essa proposição é insuficiente para se alcançar o conhecimento real, concreto. Quer tomemos a própria totalidade imediatamente dada, quer seus complexos parciais, o conhecimento direto de realidades dadas desemboca sempre em meras representações. Por isso, essas devem ser melhor determinadas com a ajuda de abstrações isoladas, para depois proporcionarem elementos essenciais para a construção abstrata da realidade com a capacidade de racionalizar sobre seus próprios feitos.

Esse movimento de pesquisa assemelha-se ao retorno da imediaticidade ante sua essência real e concreta, possibilitando assim o entendimento da totalidade. Portanto o conhecimento não pode ser concebido como meras representações obtidas pela sensibilidade limitada da observação imediata e superficial, na pesquisa buscamos sempre o ponto essencial que explica a questão.

Desta forma podemos partir dos elementos abstratos lentamente obtidos para construir o quadro teórico a partir de sua essência em direção à totalidade, ou seja, fazer uma viagem de modo inverso saindo do indivíduo e chegando novamente à população. Desta maneira estaremos demonstrando a totalidade de determinações e relações diversas ao contrário do caos que se apresenta na imediaticidade. Entrementes, é necessário compreender também que o caminho, cognoscitivamente necessário, vai dos elementos (obtidos pela abstração) até o conhecimento da totalidade concreta e é tão somente o caminho do conhecimento, e não aquele da própria realidade, que se encontra obscurecido pelos fetiches da imediaticidade. Não obstante, corrobora-se a necessidade do conhecimento da própria essência da totalidade (econômica), pois será ela que prescreverá o caminho a se seguir para conhecê-la, tendo-se sempre presente a dependência real ao Ser, ou seja, ao produtor da concretude, do real.

O concreto é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, apresenta-se ao pensamento como o produto do processo que não se encontra à observação imediata. Fala-se do concreto como resultado, não como ponto de partida, ainda que este seja o ponto de partida efetivamente dado e que se encontre ao mundo sensível aos sentidos

lo ante outras teorias, dentre elas a de Hanna Arendt e assim conseguir, em um passo posterior, entender os limites da teoria de Marx, ou mesmo, a de Hanna Arendt.

humanos de sua imediaticidade não desvelada e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação, mas não do conhecimento, ou seja, da verdade. Pela primeira via, da "representação plena" surge "determinações abstratas" e conduz à reprodução do concreto por meio do pensamento, abstração que somente é possível ao passo que se tem em mente as condicionantes apresentadas no subcapítulo anterior, representadas basicamente no *homo faber*.

O conhecimento da própria realidade é feito de interações reais e concretas entre esses "elementos", dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade complexa, trazendo à tona a lógica do processo obscuro da aparência. Disso resulta uma mudança da totalidade (inclusive das totalidades parciais que a formam), a qual só é possível trazendo à tona a gênese real. Fazer uma modificação derivar de deduções categoriais realizadas pelo pensamento pode facilmente - como mostra o exemplo de Hegel⁹ - levar a concepções especulativas infundadas e desprendidas da realidade concreta, a qual leva à verdade.

Isso não significa que as conexões essenciais racionais entre os elementos obtidos por abstração sejam indiferentes para o conhecimento da realidade. Mas é preciso não esquecer que tais elementos, em suas formas generalizadas, obtidas por abstração, são produtos do pensamento, do conhecimento¹⁰. Do ponto de vista ontológico, também eles são complexos processais do ser humano, porém de constituição mais simples e mais fácil de apreender conceitualmente, em comparação com a dos complexos totais dos quais são elementos.

Portanto, é da máxima importância iluminar, com a maior exatidão possível, em parte com: observações empíricas, experimentos ideais abstrativos, o seu funcionamento regulado por determinadas leis lógicas à realidade concreta das realizações; ou seja, compreender bem como eles são em si, como entram em ação as forças internas dos mesmos, quais as inter-relações que surgem entre eles e outros "elementos" quando são afastadas as interferências externas. É claro, portanto, que o método da economia política pressupõe uma cooperação

⁹ Hegel não entende, segundo MARX & ENGELS (2007, p. 39), a natureza do verdadeiro materialismo por ele propalado. Resgatando a crítica ao materialismo hegeliano: "O principal defeito de todo o materialismo até aqui (o de Feuerbach incluído) consiste no fato de que a coisa – a realidade, a sensualidade – é apenas compreendida sob a forma do objeto ou da contemplação; mas não na condição de atividade humana sensível, de práxis, não subjetivamente. Daí porque, em oposição ao materialismo, o lado ativo foi desenvolvido de modo abstrato pelo idealismo, que, naturalmente, não conhece a atividade real e sensível como tal. [...] A questão do saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva – não é uma questão da teoria, mas sim uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar".

¹⁰ Complementando a questão da validade da reflexão humana enquanto ferramenta útil para desenvolver a ciência e entender a realidade concreta da construção humana, retorno mais a uma vez a Wagner (2002, p. 84) "[...] embora a nossa mente não seja a medida das coisas e da verdade, deve certamente ser a medida do que afirmamos ou negamos, de tal modo que os processos que têm lugar na mente do homem, uma vez analisados em si mesmos, através da introspecção, são dotadas de certeza própria, independente do que se passa na

permanente entre procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante (que evidencia as leis e as tendências). Tão só uma ininterrupta e vigilante crítica ontológica de tudo que é reconhecido como fato ou conexão, como processo ou lei, é que pode reconstituir no pensamento, quando chegamos a esse ponto, a verdadeira inteligibilidade dos fenômenos.

Portanto, ao raciocinar sobre qualquer "elemento", toda parte, é também aqui um todo; o "elemento" é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto. Desta forma, é correto afirmar que cada elemento possui em si um universo a ser estudado e, também o universo da autonomia humana, no caso específico desta monografia, por exemplo, que é o objetivo traçado o qual buscamos compreender.

Sendo assim, ao se elaborar a pesquisa é preciso distinguir claramente o princípio da prioridade ontológica dos juízos de valor gnosiológicos, morais, entre outros, que é inerente a toda hierarquia sistemática idealista ou materialista vulgar. Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser humano sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre Ser e Consciência. Ao contrário, toda investigação ontológica concreta sobre a relação entre ambos mostra que a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria.

Quando Engels, no discurso pronunciado junto à tumba de Marx, diz que os homens devem primeiro de tudo comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de se ocupar de política, religião, de arte, de ciência etc., ele está falando precisamente de uma relação de prioridade ontológica. O próprio Marx afirma isso no prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. É importante o fato de que ele considera "o conjunto das relações de produção" como a "base real" a partir da qual se explicita o conjunto das formas de consciência; e como essas, por seu turno, são condicionadas pelo processo social, político e espiritual da vida. Em síntese: Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser

realidade. Porque o pressuposto do pensamento cartesiano é o de que a mente só conhece o que ela mesma produz, a verdade cartesiana é uma fabricação da mente”.

social que determina sua consciência, mas na totalidade do ser social. A determinação da consciência pelo ser social, portanto, é entendida em seu sentido mais geral.

Do abstrato, a realidade concreta e finalmente tornada completamente visível não pode partir de uma abstração qualquer (essência e fenômeno). Isto porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno pode (uma vez transformado em "elemento" por meio da abstração) ser tomado como ponto de partida; o ponto de partida deve ser uma categoria objetivamente central no plano ontológico. Não é por acaso que Marx, em *O Capital*, examinou na categoria inicial, como "elemento" primário, o valor.

A gênese do valor esclarece de imediato, o duplo caráter do seu método: não é nem uma dedução lógica do conceito de valor nem uma descrição indutiva das fases históricas singulares do desenvolvimento, que o levou a adquirir a forma social pura; ao contrário, é uma síntese peculiar de novo tipo, que associa de modo teórico-orgânico a ontologia histórica do ser social com a descoberta teórica das suas leis concretas e reais.

Uma ontologia do ser social deve sempre levar em conta dois pontos de vista: a) que ambos os pólos devem permanecer na dialética do valor, indissolivelmente ligados entre si, tanto os objetos que imediatamente parecem pertencer apenas ao mundo da natureza, mas que são produtos do trabalho social dos homens, quanto às categorias sociais, das quais já desapareceu toda materialidade natural; e que b) essa dialética é incompreensível para quem não é capaz de se colocar acima daquela visão primitiva da realidade, segundo a qual só se reconhece como materialidade, aliás, como objetividade em si, a coisalidade, enquanto se atribui todas as demais formas de objetividade, assim como todos os reflexos da realidade que se apresentam imediatamente como produto do pensamento (abstrações etc.), a uma suposta atividade autônoma da consciência.

Portanto, um dos méritos de Marx é trazer à tona a prioridade da *práxis*, sua função de guia e de controle em relação à consciência. Toda *práxis*, mesmo a mais imediata e a mais cotidiana, contém em si essa referência ao ato de julgar, à consciência etc., visto que é sempre um ato *teleológico*¹¹, no qual a posição da finalidade precede, objetiva e faz cronologia à realização.

¹¹ A capacidade *teleológica* do ser humano consiste em que o trabalho humano é um ato consciente, diferentemente da atividade animal que é apenas instintiva. Com isso refuta a idéia de uma teleologia natural, e vinculando, assim, a teleologia ao trabalho humano. Portanto para Marx, a teleologia só ocorre na área do ser social. Não obstante, não podemos esquecer que existe uma causalidade natural - a própria natureza - mas a finalidade é do ser humano transformador da causalidade natural, espontânea, em causalidade orientada pelo trabalho, via ideação. Entrementes, é necessário que o mesmo tenha um conhecimento prévio das condições objetivas, dos limites e possibilidades da realização de sua teleologia ante a realidade posta e sensível. É preciso também que ele subordine sua vontade - embora não seja de modo passivo - à causalidade natural para que possa

Marx prosseguiu em caminhos *objetivo-ontológicos e não subjetivo-axiológicos*¹², na medida em que apresenta as categorias econômicas em inter-relação dinâmica com o complexo de objetos e forças do ser social, onde essas inter-relações encontram naturalmente seu centro no ponto axial desse ser social, ou seja, no homem.

As análises econômicas, mantidas num plano científico rigoroso e exato, abrem continuamente perspectivas fundadas, de tipo ontológico, sobre a totalidade do ser social. Nessa unidade manifesta-se a tendência básica de Marx: desenvolver as generalizações filosóficas a partir dos fatos verificados pela investigação e pelo método científico, ou seja, a constante fundação ontológica das formulações tanto científicas quanto filosóficas.

O tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos₁ ou metodológicos (e menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada. A verdadeira construção de *O Capital* mostra que Marx lida decerto com uma *abstração*, mas evidentemente *extraída do mundo real*.

Marx analisa as inter-relações reais começando pelo caso mais complexo, o da relação entre produção e consumo. Aqui, como também nas demais análises, o primeiro plano é novamente ocupado pelo aspecto ontológico, segundo o qual essas categorias são todas as formas de ser, determinações da existência; e, enquanto tais, formam por sua vez uma totalidade, só podendo ser compreendidas cientificamente como elementos reais dessa totalidade, como momentos do ser. Disso resultam duas conseqüências: por um lado, cada categoria conserva sua própria peculiaridade ontológica e a manifesta em todas as interações com as demais categorias (por isso, tampouco tais relações podem ser tratadas através de formas lógicas gerais, mas cabe compreender cada uma delas em sua específica peculiaridade); por outro lado, essas interações não são de igual valor, nem quando consideradas como pares, nem tomadas em seu conjunto, mas, ao contrário, se impõem, em cada ponto à prioridade ontológica da produção no momento predominante.

Em Marx, domina o momento do ser: essas determinações são instantes reais em movimento real e só a partir desse duplo caráter de Ser (em interação e em conexão complexa e, ao mesmo tempo, no âmbito de sua peculiaridade específica) é que podem ser compreendidas em sua relação reflexiva. Na dialética materialista, da própria coisa, a

realizar o seu fim. Tal subordinação é necessária ao processo de objetivação que acaba por fim desembocar nas realizações da concretude da imediaticidade produzida por ele mesmo.

¹² Quando usamos o termo *subjetivo-axiológicos* demonstramos que Marx usa de preceitos que não são de valor subjetivo, mas sim o *objetivo-ontológicos*, ou seja, concretos à realidade do ser social sem introduzir valor diferenciada natureza ontológica do ser e suas relações, baseando-se assim no real e concreto.

articulação das tendências realmente existentes, freqüentemente heterogêneas entre si, apresenta-se como solidariedade contraditória do par categorial quando contraposta à sua realidade imediata e fetichista da aparência real. Quando se afastam as determinações meramente lógicas e volta-se a dar seu verdadeiro significado às determinações ontológicas, efetua-se, portanto, um imenso passo à frente no sentido da concretização do entendimento desse complexo uno e dúplice que é a humanidade.

1.2. Do desenvolvimento do objetivo a ser estudado

Para melhor entender o próprio objeto e o interesse da pesquisa, é interessante tratar sobre o desenvolvimento da idéia do que foi pesquisado. Antes de se adotar a autonomia como objeto de estudo, tinha-se como primeiro desejo, analisar as cooperativas autônomas de produção. O intuito de pesquisá-las era identificar se elas possuíam a capacidade de superar a lógica capitalista, sobrepujando as mazelas opressoras do assalariamento e da dependência do capital, por exemplo. Se conseguissem, estariam no mínimo elaborando sua sobrevivência através de uma sociabilização mais humana, tendo condições mais dignas de vida dentro de um espaço transacional para uma sociedade mais justa fora do capitalismo.

Ao passo que se empreendeu o esforço de pesquisa, já estudando o assunto, observou-se uma proliferação das cooperativas na história brasileira. Na década de 1980 no Brasil, ou na “década perdida”, como usualmente é citada, os índices de desemprego elevaram-se e, simultaneamente, muitas empresas nacionais não conseguiram se adequar às mudanças da economia, entrando em processo falimentar. Conseqüentemente, em resposta ao desemprego, viu-se no movimento baseado no cooperativismo uma possível saída para a lógica capitalista, a qual foi responsável pela supressão dos antigos empregos.

Pressupondo a mudança, o novo cooperativismo encontrou suas principais bases na gestão democrática, na co-propriedade e na rejeição de relações de assalariamento. Para Singer (2002), no que tange às relações produtivas, a proposta solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, diferentemente do cooperativismo tradicional que convive com relações de assalariamento na gestão. O novo cooperativismo também vai

além da esfera do trabalho ou da produção, e atinge o nível do consumo, onde se busca também um consumo solidário, com produtos isentos de mais-valia, vindo então a se constituir uma economia solidária em contraposição à economia mercantil. Assim, conforme Singer sugere “*A economia solidária congrega todas as relações decorrentes da produção, distribuição e consumo a partir das unidades de trabalho cooperativado*” (SINGER, 2002, p. 87).

O novo cooperativismo identificaria-se como uma economia solidária, a qual se compõe de unidades de trabalho que, efetivamente, praticam o princípio da autogestão. Temos, então, cooperativas de trabalhadores que se transformam em produtores autônomos, independentes das relações de subordinação ao capitalista representado no patrão. Mas poderia esta condição ser verdadeira e suficiente?

É evidente que a superação do capitalismo não é uma questão apenas de domínio político, sua “*instituição é, portanto, essencialmente econômica, a das condições materiais dessa associação; faz das condições vigentes condições para a associação*” (MARX & ENGELS, 2007, p. 99). A questão é: até onde a evolução a uma economia que, teoricamente, sobrepuja-se à lógica capitalista, pode ser encarada como verdadeira? As cooperativas de produção, no caso específico proposto, podem ser identificadas como espaço transacional ao capitalismo e assim, para a superação do mesmo? Elas possuem autonomia para isso?

Conforme Singer (2002), as cooperativas, a priori, são encaradas como modelos produtivos mais justos socialmente, mas com a apropriação individualizada do produto de seu trabalho como total, sem a expropriação (teoricamente) do fruto de seu dispêndio laboral e se analisada de forma isolada. Mas como ela se diferencia do modo de produção capitalista? Entrementes sua individualidade (ou a cooperativa como tal) não está constituída somente de seu propósito de justiça ou fuga social, as fraquezas sociais (ou da transmutação rumo ao comunismo¹³), somente sua ideologia não é suficiente para constituir suas características operacionais e, por consequência, sua própria individualidade não consegue se alienar do sistema capitalista. O próprio cooperativado pode ser um produto social do capitalismo em sua concepção e caráter funcional ante sua exclusão da massa assalariada. Mas o cooperativado deixa de ser capitalista? Não é, afinal, a sociedade cooperativada, uma agremiação de trabalhadores reunidos por um processo produtivo diferenciado, entretanto capitalista em sua execução?

¹³ Comunismo será uma categoria melhor explicitada no quarto capítulo desta monografia, como parte do entendimento do processo evolucionário histórico da sociedade.

O que se observa é que a cooperativa, aparentemente¹⁴, não tem vontade própria absoluta e é dirigida (em grande parte) por sua interação com o modo de produção preponderante – o capitalista. Assim, em sua individualidade, o Ser (a cooperativa em questão) é, em si, uma construção social resultante do modelo de reprodução da vida na sociedade. Estando ela em sintonia com o modelo atual, poderia não ser a saída do mesmo por uma simples questão: existiria autonomia em suas decisões?

Avançando no desvelamento das relações do ente cooperativo, como o conjunto de indivíduos socializados, este não consegue sobreviver socializado (sob a forma comunista) localmente. Sua interação com a sociedade, como meio de se perpetuar, dada à intensa divisão do trabalho existente¹⁵ (e há tempos, além da divisão das classes e, por fim, divisão do capital), leva a uma necessidade de interação com a exterioridade capitalista. Assim, ele não é auto-suficiente (por exemplo, a necessidade de compra de insumos para sua produção, dentro do sistema capitalista, demonstra a inexistência de autonomia¹⁶) e, com as mediações nas relações de troca, não conseguirá perpetuar-se como forma independente de ente comunista, isolado e puro. A pressão pela necessidade de interação com exterioridade irá corroer os princípios comunistas que então poderiam existir nas rotinas sociais endêmicas à associação cooperativada.

[...] (1) o comunismo apenas chegaria a existir como fenômeno local; (2) as próprias potências de intercâmbio não poderiam se desenvolver como potências universais e, portanto, insuportáveis, mas seriam simples “circunstâncias” superticiosas-familiares; e (3) toda ampliação do intercâmbio acabaria com o comunismo local. (MARX E ENGELS, 2007, p. 58)

A pesquisa que apontava¹⁷ que o cooperativismo como ente independente (ou de repente em associação de cooperativas) não possuía condições de realizar a transformação do modo de reproduzir a vida em sua essência está exposta a um erro, que analisaremos ante a dialética materialista histórica proposta por Marx. Este erro pode ser notado pela própria

¹⁴ Não podemos afirmar de forma categórica, pois ao passo que não foi desenvolvida a pesquisa ante esse tema específico, não é viável transformar a afirmação em uma verdade, por mais que o desenvolvido neste trabalho monográfico dê pistas quanto à concretude desta realidade.

¹⁵ No desenvolvimento do capítulo segundo e terceiro, é possível entender melhor esta afirmação.

¹⁶ De acordo com o investigado nesta monografia e desenvolvido no capítulo segundo e terceiro, este fato identifica indícios de que não existe autonomia. No terceiro capítulo, essa dependência é explicitada, mesmo operacional, como condicionante da inexistência real da autonomia da práxis cooperativada.

¹⁷ Idem nota número 14.

observação da necessidade de capital¹⁸, ou seja, de se encontrar autônomo ante ao sistema da autonomia do ente em questão. Desta forma, a pesquisa poderia adentrar neste quesito igualmente com o intuito de entender se o esforço destinado a alavancar este tipo de saída é plausível ou não como espaço transacional autônomo ao capitalismo. Assim, o resultado prático pode ser diferente do esperado ao se desejar que o resultado da implantação de trabalhadores associados sob a forma cooperativada objetive o avanço rumo ao suplantação do capitalismo.

Dado que o cooperativismo parte em direção ao objeto desejado (justeza social), mas diante do tempo em que media com o capitalismo, ele se mostra moldado sob a forma do modelo preponderante, tendo em vista a dinâmica objetiva da mercadoria, e, por fim, a replicação do modo de produção capitalista. Em síntese, mesmo que a atividade cooperativada objetive isto, é uma identidade “supersticiosa” ao decorrer de sua interação com a sociedade objetiva. Uma cooperativa que venha na tentativa de socializar o trabalho objetiva, em síntese, a supra-sunção¹⁹ da divisão do trabalho aos moldes capitalistas:

A transformação dos poderes pessoais (relações) em objetivos através da divisão do trabalho não pode ser supra-sumida ao se arrancar da própria cabeça a noção universal sobre ela, mas sim fazendo com que os indivíduos voltem a subsumir a seu mando estes poderes objetivos e com que supra-sumam a divisão do trabalho. (MARX, & ENGELS, 2007, p. 102)

Esta passagem mostra que, mesmo que se tenha a intenção ideológica de se transformar a associação dos homens para o comunismo dentro de uma cooperativa, isto somente acontece de forma ilusória enquanto se estiver inserido dentro do modo de produção capitalista. Esta ilusão somente se transformaria em concreta quando o modelo da sociedade civil estivesse sendo objetivado pelo modo de reproduzir a vida comunista. Essa falsa noção comunitária é desacobertada quando estudadas as mediações produtivas dos homens para com eles mesmos dentro do sistema em que vivem. Esta mediação inevitável, deste ente produtivo com o modo de produção capitalista em si, não é somente um obstáculo, mas o próprio caminho percorrido na atividade cooperada.

¹⁸ No capítulo terceiro é explicado porque o capital identifica o modo de produção e remete o ente pesquisado a um componente desta complexidade.

¹⁹ O termo “supra-sunção” suplanta nesta obra o termo mais utilizado em obras mais antigas a “superar”. O verbete em si carrega consigo toda a força filosófica do termo. Para melhor compreensão ver o anexo do texto que contém a nota de tradução e sua explicação mais completa sobre a adoção do verbete.

Esta monografia se impôs a buscar a essência da discussão não somente pela atividade cooperada, mas sim por toda a atividade humana, se, na mudança promovida pela ação dos trabalhadores, existia autonomia.

A autonomia é a categoria central do debate desse movimento histórico promovido pelas mudanças realizadas em sua concretude real. Ao estudá-la como categoria, não se faz necessário estudar o cooperativo, mas sim a autonomia, para perceber qual ele possuiu. Para tanto, o que é autonomia humana em Marx, teoria que se pretende usar, é o ponto de partida para entender não somente o movimento cooperativado, mas sim os empreendimentos humanos, como foram observados no início desse capítulo introdutório.

Portanto veremos no decorrer desta monografia que as decisões de mudança, independente para que direção seja, são guiadas por uma consciência que não pertence ao ser humano e nem mesmo à humanidade, retiram dos atores a autonomia, e que, enfim, determina sua *práxis* imediata e histórica.

O que se julga como ideológico, muitas vezes, trata do próprio desenvolvimento histórico inerente e irrefreável da sociedade amparada nessa autonomia atrelada a esse poder que se ergue ante ao ator. Ao observar com maior atenção os escritos de Marx, ficou evidente que as decisões não cabem aos seres humanos sob um aspecto político, mas a um desenvolvimento histórico, materialmente embasado nas necessidades humanas, sejam elas de origem particular ou de um grupo socialmente organizado em torno de um ilusório interesse comum, orientado pela necessidade produtiva de realizar suas necessidades.

Ao mudar o escopo de estudo para observar a autonomia em Marx e a consciência humana em um cenário histórico que a dialética materialista histórica nos proporciona, torna-se imprescindível como o primeiro estágio para compreender os movimentos humanos em busca de satisfazer suas necessidades entender o que rege esse movimento, ou seja, a autonomia, sua consciência. Se complementado o estudo das necessidades²⁰, (entendendo que a categoria possui diferentes dimensões e situações locais), torna-se aplicável o estudo em uma gama maior de situações, inclusive econômicas, possibilitando entender melhor, mesmo que de forma básica, os rumos que se desenrolarão ante a esta crise financeira mundial.

Entende-se que esta monografia poderá dar subsídios para o entendimento dos estados, empresas, indivíduos, cooperativas e infinidade de organizações que se interpõem diariamente no mundo capitalista, e todas tomam decisões que orientam sua sobrevivência. O que

²⁰ Vide discussão que se dará no capítulo terceiro.

dinamiza e como classificar estes atos, pressupõe a necessidade de se entender, a princípio, o movimento decisório humano, que depende diretamente de sua autonomia, seja como ente, como sociedade, como indivíduo. Os nexos que buscaremos desvelar são as bases da construção humana ante sua autonomia.

Se não há fuga, não há alternativa, não há consciência independente da realidade material posta e construída através da intervenção material do ser humano, entretanto decidida por um poder externo a ele. É o poder objetal, algo que é concreto e invisível ao mesmo tempo e que, em alusão jocosa à expressão de Adam Smith, da “mão invisível”, denomina esta monografia. A mão visível e material de Marx movimenta a humanidade e, por ela, dá-se o desenvolvimento humano, esse poder objetal que será nosso companheiro no estudo que se procede nesta monografia de conclusão de curso a qual estuda a autonomia em Karl Marx.

CAPÍTULO II

A AUTONOMIA HUMANA PRÉ-CAPITALISTA EM MARX

Neste primeiro capítulo temos como objetivo primeiro esclarecer não a metodologia de estudo que Marx adota para estabelecer suas conclusões sobre a sociedade e por fim (ou início), do sobre ser humano, mas como se construir o “ser humano” dele mesmo. A retórica contraditória do proposto não é uma contradição, como veremos, mas a observação de um processo real de construção histórica do “ser humano” por si.

Ao fim deste trabalho veremos que o “ser humano” constrói a si mesmo, mas esse processo criou diferentes situações, condicionadas por diferentes fatores históricos. Esses fatores são consequência de um desenvolvimento histórico, de um processo de evolução histórica e o capitalismo não é o fim, mas apenas um momento histórico que será superado. Compreender isso, portanto, é importante não somente por um desejo de explicitação de uma categoria marxista, mas para o entendimento do próprio desenvolvimento humano.

A propósito deve ficar claro que esta monografia tem como fonte de interpretação os escritos de Marx. Não por capricho acadêmico, mas pelo entendimento de que, para seguir em um desenvolvimento interpretativo (ou mesmo supra-sunção do pensamento deste autor), a priori, é sensível a necessidade de conseguir dar por entendido uma categoria que carrega em si (como será observado no decorrer do texto) identificação direta com o próprio entendimento da realidade (historicamente).

Todo trabalho explana sobre um destes itens de todo esse processo, a autonomia. Um estado metafísico que antecede a *práxis* do fazer, do acontecer, seja humana singular, de grupos ou da sociedade. A obra fundamental deste primeiro capítulo identifica e explana o processo do desenvolvimento histórico e, por consequência, perpassa pela autonomia em decidir, em fazer, em mudar ou ficar ou sair. De um modo geral, autonomia é o processo decisório, mas qual é a dinâmica da autonomia ante a visão de Marx é ponto fundamental e de pesquisa deste trabalho.

A importância da autonomia passa pelo próprio viver humano ou mesmo de uma empresa. Autonomia é entendível como momento anterior ao empreendimento humano

quando do ato de decidir por uma determinada *práxis*, que, por si só, existe posterior a uma decisão, e esta passa por um processo metafísico de um indivíduo ou por um conjunto de indivíduos que remete à autonomia, à essência metafísica do movimento real humano. Para tudo na vida, essa ação estará condicionada à consciência do indivíduo, ou seja, à sua autonomia. Na consciência, a autonomia está presente como uma das determinantes da *práxis*, e desta, o ser humano realiza-se, reproduz-se e produz a sociedade. Mas estes são conceitos que serão apresentados com o desenvolvimento da monografia.

A Ideologia Alemã, obra escrita por Marx e Engels entre 1845-1846, não publicada em sua época, somente após a morte de Marx, tem como foco bater de frente na filosofia alemã dominante da época, a hegeliana. Mais à frente será abordado um pouco mais sobre estas diferenças, mas o importante é ver que existe a distinção entre fundamentos que dinamizam o entendimento da vida, da sociedade e do ser humano.

Justifica-se, assim, o uso da Ideologia Alemã de Marx e Engels para o entendimento da conceituação da autonomia junto à construção ontológica do ser humano, puro ou mesmo sua relação teleológica com a sociedade, a princípio, antes de utilizar a dialética materialista histórica marxista nas explicitações dos capítulos posteriores que demonstrarão a autonomia no capitalismo e no comunismo.

2.1. A autonomia humana observada na construção ontológica primária da dialética materialista histórica de Marx

O entendimento da autonomia do ser humano em Marx nasce em conjunto com o próprio entendimento ontológico do ser humano, onde ele é senhor de seus atos e responsável pela construção de sua realidade. É então necessário recorrer à sua construção metodológica do entendimento não só do ser humano, como da sociedade, para explicitar melhor a categoria que estamos investigando, a autonomia, não somente ao ser humano individual, mas à humanidade em sua generalidade.

Em a Ideologia Alemã, Marx faz o desenvolvimento explícito da dialética materialista histórica como ele nunca havia feito em seus escritos anteriores, possibilitando, a partir deste

texto-base, entender sua metodologia e a ontologia do ser humano e, por consequência, compreender sua autonomia. É a partir da dialética materialista histórica do ser humano que, para o marxismo, faz sentido real e concreto e é de onde o marxismo faz-se diferenciado da antiga escola filosófica germana.

Marx propõe a dialética materialista histórica como a verdadeira ciência, e compreende Hegel como uma ciência invertida, desconexa da realidade. A dialética materialista histórica inverte a natureza do “espírito”, da “consciência pura” do ser humano, e começa a analisar este ser a partir de si mesmo, compreendendo a ciência alemã (neste caso atacava principalmente a vertente hegeliana que dominava a época na qual foi escrita a Ideologia Alemã). Logo no princípio da obra declara-se o “[...] apodrecimento do espírito absoluto” (MARX & ENGELS, 2007, p. 37). Este fator, de acordo com Hegel e os hegelianos, norteava a construção do mundo e das atitudes humanas. Não entraremos nos termos da quebra de pensamento que a dialética materialista histórica compreendeu para a teoria hegeliana, vamos nos ater ao passo da compreensão marxista de entendimento científico da sociedade, pois, para ele, a história tem um papel muito importante:

Nós conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser contemplada de dois lados, dividida na história da natureza humana e na história dos homens. Os dois lados não podem ser divididos; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionam mutuamente. A história da natureza, assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; já no que tange à história dos homens, nós teremos que encará-la de perto na presente obra, uma vez que a ideologia inteira se reduz ou a uma compreensão invertida dessa história ou à abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história. (MARX & ENGELS, 2007, p. 39)

É importante saber a sua conceituação metodológica para entender como esta promove seu entendimento do ser humano, da sociedade e, dentro deste universo, encontra-se incrustada a autonomia do ser humano. Esta autonomia é uma natureza humana. Ao tentar entendê-la, devemos captar os fatores que dinamizam as ações humanas e perpassam por uma construção histórica baseada na materialidade do ser.. Marx observa que ela se origina obrigatoriamente pela ação da *práxis* humana.

Pode-se afirmar, diante do que demonstra Marx, que a construção histórica é explicitação da concretude da atuação da *práxis* na dinamização da determinação humana. Em outras palavras, o pensamento está determinado pela materialidade do ser:

A questão de saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva - não é uma questão de teoria, mas sim uma questão *prática*. É na *práxis* que o ser humano tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar. A controvérsia da realidade ou não realidade do pensar – que está isolado da *práxis* – é uma questão puramente *escolástica*²¹. (MARX E ENGELS, 2007, p. 27-28)

Marx usa a ação humana concreta para interpretar o ser humano, seus desejos e outros sentimentos, mas não sob uma ótica isolada do indivíduo, pois o mesmo identifica que ser humano é concreto ao passo que a essência humana é compreensível, somente se observada as relações sociais. Ou seja, pelas palavras de Marx, “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade ela é o conjunto das relações sociais” (MARX E ENGELS, 2007, p. 28).

Mesmo que surja dúvida sobre uma necessária inferência da ciência política para entender a sociedade, Marx ainda ressalta que o estudo da sociedade deve ser através da prática efetuada por ele mesmo. Isso porque Marx observa que é na *práxis* que se encontram as respostas para se compreender a natureza humana, entre elas, inclusive, a autonomia. Portanto, entende-se assim igualmente na Ideologia Alemã: “Toda vida social é essencialmente prática. Todos os méritos, que levam a teoria ao misticismo, encontram sua solução racional na *práxis* humana e no ato de compreender essa *práxis*” (MARX & ENGELS, 2007, p. 28).

Essas características dinamizam a pesquisa ante a sociedade, demonstrando que se pautam, sobretudo, no entendimento da imediaticidade observada pelos sentidos básicos humanos, porém inteligível quando aplicada ao raciocínio humano para desvelar as aparências do imediato, superando os vícios de uma atitude contemplativa, imaginária ou simplesmente teórica²². Não se alicerça sob pressupostos utópicos ou idealizados. Marx analisa a sociedade, os homens, como eles são, não como desejaria que fossem, e não se baseia em uma idéia dogmática, mas a partir da realidade concreta:

Os pressupostos com os quais começamos não são dogmas arbitrários, não são nem dogmas, são pressupostos reais, dos quais se pode abstrair apenas na imaginação. Eles são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as encontradas quanto as produzidas através de sua própria ação. Esses pressupostos são constatáveis, portanto, através de um caminho puramente empírico. (MARX & ENGELS, 2007, p. 41 a 42)

²¹ Quando Marx evoca a escola escolástica, remete à tradição filosófica anterior a Hegel, baseada na dominância da Igreja Católica na Era Medieval no mundo Ocidental.

²² Vide explicações sobre a concretude da metodologia de Marx no capítulo introdutório, que explica o método conceitualmente e historicamente.

Para entender o ser humano, deve-se analisar a sua interação com o ambiente. Na obra de MARX & ENGELS, o ser humano surge como ser histórico, ao passo que ele existe. Sua primeira impressão existencial (do ser humano) é deixada quando este se relaciona com a natureza e dialoga teleologicamente com ela. O ser humano depende da sua interação com o ambiente no qual se relaciona para construir a si e realizar sua subsistência. Quando ele a faz, realiza-se como ser. Claro, isto sob condições diferenciadas, que nos distingue dos outros animais.

Entretanto, o ponto-chave da teoria marxista que se encontra explícita na Ideologia Alemã é que o ser humano pode se diferenciar dos outros seres vivos de várias maneiras, seja pela política ou pela religião. São muitas formas de se diferenciar um ser humano dos outros. É seu modo de produzir a vida, não somente seus viveres, mas tudo. Ela expressa a forma de vida, produzindo para satisfazer suas necessidades:

Pode-se diferenciar os homens dos animais através da consciência, através da religião, através do que se quiser. Eles mesmos começam a se diferenciar dos animais quando começam a *produzir* seus viveres, um passo que é condicionado pela sua organização corporal. Ao passo que produzem seus viveres, os homens também produzem indiretamente sua vida material.

O modo de produção do qual os homens produzem seus viveres depende, em primeira mão, da própria constituição dos viveres encontrados na natureza e daqueles a serem produzidos. Esse modo de produção não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma forma de vida determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são coincide com a sua produção, tanto com o *que* eles produzem, quanto *como* eles produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX & ENGELS, 2007, p. 42)

A teoria marxista então vê na produção do ser humano, como ser humano, ser vivo, sua expressão não somente ativa reprodutiva, mas igualmente com sua produção política, religiosa espiritual etc. A consciência metafísica do ser humano origina-se na ação física, concreta.

A produção das idéias, das representações, da consciência é, a princípio, entrelaçada sem mediações com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, a linguagem da vida real. A formação das idéias, o pensar, a circulação espiritual entre os homens ainda se apresentam, nesse caso, como emanção direta de seu comportamento material. Vale o mesmo para a produção espiritual, conforme esta se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, idéias e assim por diante, mas apenas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um desenvolvimento determinado de suas

forças de produção e pela circulação correspondente às mesmas, até chegar a suas formações mais distantes. A consciência não pode ser jamais algo diferente do que ser consciente e o ser dos homens e suas relações aparecem invertidos como uma câmara obscura, este fenômeno provém de seu processo diretamente físico. (MARX & ENGELS, 2007, p. 48)

Essa ação concreta, ativa, do ser humano, corrobora assim com o ser humano político, metafísico, correlacionado com todos os outros com que o mesmo se relaciona em sociedade. Mas, de qualquer maneira, essa relação não dinamiza o ser humano, mas sim este, por meio do conjunto de suas ações individuais, dinamiza a sociedade. A práxis então, dinamiza o ser humano e nada mais.

Por tempos, antes de Marx, a consciência era colocada como fator determinante dos atos, vide Hegel, ao qual Marx indiretamente responde com a Ideologia Alemã. Claro que não só a ele, mas aos hegelianos e neohegelianos da época, a qual chamava de a “velha ideologia alemã” e que, deste ponto, contesta-a diretamente.

Entre as páginas 48 e 49 da referida edição de Ideologia Alemã, é mostrada que a condição da moral, da religião, da metafísica ou de quaisquer outras ideologias ou consciências que elas podem corresponder, mantêm uma aparência de autonomia. Entretanto, essa aparência é um processo negado na Ideologia Alemã, pois não cabe às condições metafísicas independência do mundo real, pois é no processo concreto de reprodução da vida humana que elas se desenvolvem e se realizam, que nascem e assim criam sua história.

A dialética materialista histórica toma forma e acaba com a idéia de uma consciência, ou seja, de uma metafísica descolada dos atos humanos. Refuta o desenvolvimento independente destas ideologias no embate à premissa da filosofia alemã hegeliana e neohegeliana, as quais defendiam a existência do desenvolvimento descolado da *práxis* humana:

Bem ao contrário do que acontece com a filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se sobe da terra para o céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou engendram mentalmente, tampouco do ser humano dito, pensado, imaginado, ou engendrado mentalmente para daí chegar ao ser humano em carne osso; parte-se dos homens realmente ativos e de seu processo de vida real para daí chegar ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e aos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias de seu processo material de vida, processo empiricamente registrável e ligado a condições materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas possam a corresponder não continuam mantendo, assim, por mais tempo, a aparência de sua própria autonomia. Elas não têm história, elas não têm um desenvolvimento próprio delas, mas os homens que desenvolvem sua produção material e sua circulação material trocam também, ao trocar realidade, seu pensamento e seus produtos de seu pensamento. Não é a consciência quem

determina a vida, mas a vida que dinamiza a consciência. (MARX & ENGELS, 2007, p. 48-49)

Os escritos de Marx elaboram o cenário onde a consciência é obra materialista das relações humanas, onde o fator histórico das relações humanas é determinante. Refuta a idéia de uma consciência pura. Se encontra na *práxis* humana o fator determinante originários dessa metafísica humana – a consciência humana singular ou social, e, por conseguinte, seu fator histórico baseado nas criações humanas concretas e reais.

Importante se entreter com dinâmica de que é esta consciência (além de seu aspecto histórico) que orienta²³ a racionalidade, e por fim, a *práxis* humana. Entretanto é coerente reconhecer como ponto pacífico: A *práxis* constrói a consciência. Assim, o sentido inverso é verdadeiro, apesar de parecer contraditório: a racionalidade da consciência é dependente da *práxis*, como estamos observando no desenvolvimento do raciocínio materialista dialético histórico marxiniiana.

Esse processo dinâmico, entrelaçado, produz a dependência humana da *práxis*, e é nessa dependência que se encontra a autonomia humana. A consciência do ser humano conduz ao ato (seja ele qual for), mas ela é produzida através da ação concreta e real empreendida através da *práxis* humana, que, historicamente, acaba se desenvolvendo na relação entre os próprios seres humanos e, posteriormente, se descola dos mesmos:

[...] nos damos conta de que o ser humano tem “consciência”. Mas também esta não é, desde o princípio, uma consciência “pura”. O “espírito” já carrega de antemão consigo a maldição de estar “acometido” pela matéria, que aqui se manifesta sob a forma da linguagem. A linguagem é tão velha quanto a consciência: a linguagem é a consciência prática, a consciência real, que existe também para os outros homens e que, portanto, começa a existir também para mim mesmo; e a linguagem nasce, assim como a consciência, da necessidade, da carência de intercâmbio com os demais homens. Onde existe uma relação, ali ela existe para mim; para o animal não se “comporta” em relação a nada e de maneira nenhuma. Para o animal sua relação com os outros não existe na condição de relação. A consciência é, portanto, já de antemão um produto social, e o seguirá sendo enquanto existirem seres humanos. A consciência é, em princípio, naturalmente, consciência do mundo *imediato* e sensível que nos rodeia, e consciência dos nexos limitados com outras pessoas e coisas, fora do indivíduo consciente de si mesmo, e é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, que no princípio se confronta com o ser humano como um poder absolutamente estranho, onipotente, inexpugnável, diante do qual a atitude dos homens é puramente animal e ao qual se submetem como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural). Vê-se logo aqui: essa religião natural ou esse comportamento determinado para com a natureza é condicionado pela forma societária e vice-versa. Aqui, como em toda parte, a identidade entre a natureza e o ser humano se manifesta também de tal modo que a atitude limitada dos homens para com a natureza, precisamente porque a natureza

²³ Orientar, aqui escrito, possuiu uma condição motora, de racionalização dos movimentos físicos e políticos. Hanna Arendt classifica-os como ativos e contemplativos (WAGNER, 2002, p. 62-74).

mal chegou a sofrer alguma modificação histórica e, por outro lado, a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos circundantes é o começo da consciência de que o ser humano vive, em geral, dentro de uma sociedade. (MARX & ENGELS, 2007, p. 53)

A autonomia que o ser humano possui é, portanto, um antônimo prático ao significado literal da expressão “autonomia humana”. Porém, não em termos de existir ou não. Ela existe, mas, se constrói de uma forma tal que o poder decisório humano é limitado, mas foi sendo limitado historicamente. É aqui estudado em sua própria natureza existencial prática/concreta, merece e justifica a apreciação da Ideologia Alemã, pois a obra aprecia o sentido histórico da autonomia, sua construção e seu desenvolvimento. A categoria não é uma definição pura, mas que varia conforme muda a interação humana com a natureza e com os outros seres humanos.

Essa obrigação da observação da construção ontológica do ser humano e da sociedade compreende então o desenvolvimento da própria autonomia. Somente assim é possível entender não apenas o desenvolvimento da categoria, mas mesmo as condições pelas quais devem ser observadas para se estabelecer a natureza concreta da autonomia em determinado momento histórico e mesmo sob o aspecto geográfico. Pela dialética materialista histórica isso é possível, e, assim, ante a perspectiva de Marx, somente é passível de entendimento a autonomia pela construção real/concreta histórica empreendida pelos seres humanos na construção da consciência que a norteia.

O “espírito” descolado da sociedade é então o alvo que o marxismo rechaça. O “espírito” ou “consciência pura” não é uma ordem independente da realidade que rege os homens, seus atos e sua construção, mas sim os próprios homens que as regem e as desenvolvem. Por mais contraditório que isso parece ante ao conceito estabelecido anteriormente, de uma inexistência prática em seus atos, de um poder decisório, é a concretude, pois, apesar de sermos a origem desta consciência, ela se encontra descolada do ser.

Para entender tal desprendimento é necessária a observação das conseqüências da divisão do trabalho na construção do ser humano e seu desenvolvimento histórico, além, é claro, de sua dinâmica. Para explicitar o tópico sugerido, o posto será realizado no próximo item.

2.2. A autonomia do ser humano ante a divisão do trabalho

Antes de adentrar no estudo da interação do ser humano, e sua realidade ontológica ante ao modo de produção capitalista iremos observar a autonomia do ser humano ante a divisão do trabalho. Isso porque a divisão do trabalho é um fato histórico que antecede o capitalismo. Essa divisão do trabalho existe paralelamente ao nascimento da propriedade privada, pois dela deriva. Portanto, os diferentes estágios do desenvolvimento da divisão do trabalho acompanham o desenvolvimento histórico da propriedade privada.

Os diferentes estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são, da mesma maneira, diferentes formas de propriedade; quer dizer, o estágio da divisão do trabalho em cada uma das fases determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (MARX & ENGELS, 2007, p. 43)

Esse desenvolvimento então, que precede o capitalismo, é necessário para o entendimento posterior da condição ontológica do ser humano ante ao modo de produção capitalista. É na divisão do trabalho, que nascem as diferenças sociais quando conjugada com a propriedade privada²⁴, e onde se desenvolve, progressivamente, a subjugação da autonomia humana a *práxis* socializada.

Ante ao desenvolvimento histórico do ser humano, se desenvolve a distribuição geográfica do ser humano. A divisão ante aos diferentes tipos de trabalho. Os diversos interesses se explicitam, mas não por uma emanção autônoma do “espírito” ou da “consciência humana pura”, mas sim consequência do processo de divisão do trabalho natural, ante a distribuição²⁵ da propriedade em um processo que se desenvolveu historicamente. Não somente as diferenças entre os seres componentes da sociedade, mas entre as diversas sociedades organizadas, organizadas ante a divisão social do trabalho, cada qual com uma identidade, e um grau de desenvolvimento diferente, é, portanto, com um grau diferente de divisão do trabalho para cada nação.

²⁴ O entendimento desta assertiva é ponto crucial no desenvolvimento da sociedade humana, e será trabalhada na seqüência dos trabalhos.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, no princípio, à divisão do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e com isso à divisão entre cidade e campo e à oposição entre o interesse de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva a divisão entre trabalho comercial e industrial. Ao mesmo tempo se desenvolve sempre, através da divisão do trabalho no interior destes diferentes setores, diferentes seções entre os indivíduos atuando em conjunto com um determinado trabalho. A posição dessas seções individuais umas contra as outras é condicionada pelo modo de operação do trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classe). As mesmas condições mostram-se, em caso de intercâmbio desenvolvido, nas relações de diferentes nações umas com as outras. (MARX & ENGELS, 2007, p. 43)

Estas diferenças que existem dentro de uma nação igualmente se expressam entre as diferentes nações, pois as mesmas, igualmente vivem diferentes momentos históricos.

As relações entre diferentes nações dependem de como cada uma delas desenvolveu suas forças de produção, a divisão do trabalho, e o intercâmbio interno. Essa sentença é reconhecida e aceita de maneira geral. Mas não apenas a relação de uma nação com outras, porém até mesmo toda a estrutura interna dessa nação depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. (MARX & ENGELS, 2007, p. 43)

Para demonstrar esses intercâmbios, se demonstra na obra o processo histórico que engendra então a sucessão de civilizações não perpassa pela sua simples decisão política de destruição e conquista. O desenrolar dos eventos históricos que permeiam a transição das diferentes potências é determinantemente marcada pela lógica de transição e superação de diferentes formas de divisão de trabalho assinaladas na Ideologia Alemã.

Sai de uma divisão do trabalho tribal permeado por uma servidão escravista, passa pelo desenvolvimento das cidades ainda apoiada por uma servidão escravista que teve seu ápice no império romano e que posteriormente chega ao feudalismo. Posteriormente esse modo de produção seria suplantado pelo capitalismo, mas somente mais a frente isso será observado no trabalho.

Assim as mudanças são causadas pelo poder ante a um intercâmbio cada vez maior entre as diferentes sociedades e seus diferentes graus de desenvolvimento. As necessidades brutas decorrentes do aumento populacional, que encontram sua causa na eficiência do modo de produzir de determinada nação, engendra uma trama necessária de conquista territorial, onde se encontra a justificativa para a continuação dos diferentes modos de produção, com maior sucesso sobre os outros. Ou na palavras de Marx & Engels (2007, p. 44) “As

²⁵ Sem aqui questionar o mérito do processo de divisão, pois o mesmo pode trazer interpretações ante a uma atividade política tendo em vista os interesses individuais e coletivos envolvidos no processo. Fato, que a este passo, na Ideologia Alemã, ainda não é retratado.

sucessões são desenvolvimentos históricos baseados nas realizações reais e concretas dos homens e não de forma diferente”.

Portanto, não é a partir dos desejos individuais ou qualquer outro fator, se não a relação dos indivíduos através de sua produção real e concreta para com as relações sociais e políticas. É exatamente desta relação que nasce, inexoravelmente, o desenvolvimento das atividades individuais e sociais, e as quais, não se encontra sob seu controle, mas sob o controle desta relação relatada.

O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se representar ante a imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais independentes de arbítrio. (MARX & ENGELS, 2007, p. 47-48)

A dialética materialista histórica então leva-nos a crer que o ser humano está preso a sua *práxis*, e que todo o desenvolvimento da sociedade se baliza na ação prática do ser humano. Por conseguinte, estipula que essa interação material entre os homens ocorre ante a dinâmica da divisão do trabalho, pois ele retira do Ser seu trabalho imaterial, sua consciência, ou seja, seu poder decisório, sua autonomia.

A divisão do trabalho, então, separa o ser humano e o opõe sua vida enquanto atividade material e espiritual, porém, isso ocorre somente ao passo que essa divisão existe. Caso contrário, afirmar a divisão do trabalho como o fator que tira do homem seu poder de decisão, é errado. Conforme se encontra em Marx & Engels (2007, p.54) “A divisão do trabalho só se converte em verdadeira divisão do trabalho a partir deste momento em que se separam os trabalhos materiais e espirituais”.

A divisão, quando existe, engendra um sentido de desprendimento da consciência, onde, a parte material persiste sob o domínio humano (pelo menos em sua natureza concreta e prática), mas não mais é dominador de seus atos metafísicos, ele perde sua autonomia. O Ser é dominado por uma força estranha a ele, que por fim, dinamiza, não só o indivíduo, mas o produto do dispêndio de suas forças, de seus atos, enfim, dirimi sua existência.

Essa linha tênue que se trabalha na Ideologia Alemã é peça-chave do pensamento da dialética materialista histórica, portanto, igualmente do pensamento em Marx. Essa

consciência descolada que assume a autonomia humana molda o Ser. Não só o indivíduo, mas todos, e todos compreendem a universalidade humana na qual ele está inserido. A sociedade em seu aspecto de ações físicas e metafísicas, também sofre com o descolamento da consciência. A perda da autonomia humana não é seu único efeito, mas todo o desenvolvimento da concretude humana singular, familiar e da sociedade é permeado pela dinâmica desse processo evolucionário da humanidade como um todo. Esse desenvolvimento processual é o objeto de discussão nos próximos itens. Neste discutiremos o processo que engendra ao desenvolvimento humano que é a força produtiva, estado civil e consciência. Neste primeiro veremos a origem da força produtiva pelo desenvolvimento da verdadeira divisão do trabalho.

2.2.1. A origem da força produtiva pela imposição da verdadeira divisão do trabalho

A divisão do trabalho dinamiza o ser humano e a sociedade. Une-os e separa-os ao mesmo tempo. Surge por consequência das diferenças naturais. A divisão do trabalho é natural e desemboca em diferentes formas de atividade, tendo em vista as diferentes valências humanas. Entretanto, a divisão natural do trabalho se transforma na “verdadeira” divisão do trabalho ao passo que essa divisão é imposta.

A divisão natural do trabalho é um processo que se desenvolveu ao passo que houve o intercâmbio entre indivíduos. Condição essa que se tornou usual, criando uma dependência, da qual, o Ser acaba estando ligado para se manter vivo.

Essa complexidade que dinamiza as diferentes necessidades nasce, *a priori*, ao passo que se diversificam as atividades. Ao atuar de forma conjunta, com outros seres humanos e o Ser, encontra na formação das famílias, seu primeiro momento de sociabilidade. Necessário, pois o Ser não se reproduz sozinho e nem todos são iguais. Os seres são diferentes uns dos outros e possuindo diferentes valências, acabam por criar uma divisão de atividades, uma divisão do trabalho, porém, uma divisão natural do trabalho.

[...] a divisão do trabalho, que na origem nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual, para depois virar uma divisão do trabalho espontânea ou introduzida de um modo “natural”, contemplando os dotes físicos (por exemplo, a força corporal), as necessidades, as coincidências fortuitas etc. (MARX & ENGELS, 2007, p.54)

Perante diferentes formas, sejam elas condições concretas ou subjetivas, sejam elas condições qualitativas ou quantitativas. É a divisão do trabalho o estopim do desenvolvimento humano e o próprio aparecimento das sociedades. Obviamente, antecedido pela ação humana, ao ponto que o Ser tenha desenvolvido suas potencialidades teleológicas ante a natureza. A própria existência concreta do ser humano enquanto ser passivo e relacionado com a natureza, ante a sua distribuição espacial ou mesmo a maneira que ele se dinamiza com ela, são os preceitos. Isso pelo fato, primeiro fato histórico, como já vimos, que é a própria existência humana material.

A divisão do trabalho nasce ao mesmo momento que nasce a o germen da propriedade privada, onde se discorre dizendo que esta nasce no seio da família, cria a divisão e proporciona a primeira divisão. Essa primeira divisão do trabalho na família se espalha para as outras famílias e, que em seu conjunto, opostas umas as outras, compõem as contradições que estruturam a desigualdade social em sua origem, ou seja, a desigual divisão da sociedade não somente de suas atividades, mas igualmente da propriedade privada. Esta última a qual se desenvolve não somente na família, mas igualmente na sociedade pela reprodução da lógica, pelo intercâmbio implícito ante a divisão do trabalho nas famílias e pelo direito de dispor sobre a força de trabalho dos outros. Ao passo que isso, sob a mesma ótica, porém, sob influência da propriedade privada que nasce no seio da família, propicia o mesmo direito de dispor sobre o produto do trabalho dos outros. Assim, nesta fase ocorrem duas expropriações da sua força de trabalho e por outro lado, do produto de seu trabalho.

Com a divisão do trabalho, que traz consigo todas essas contradições e que repousa, de seu lado, sobre a divisão da sociedade, em diversas famílias opostas e na divisão da sociedade em diversas famílias opostas uma às outras, acontece, ao mesmo tempo, a *distribuição* e, além disso, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa do trabalho e de seus produtos, a propriedade, portanto, cujo primeiro germen, cuja forma inicial está contida já na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do ser humano. A escravidão latente da família, de todos os modos bem rudimentar, por certo é a primeira forma de propriedade, que, contudo, já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o direito de dispor da força de trabalho de outros. Ademais, divisão do trabalho e propriedade privada são termos idênticos – um deles diz referido à

atividade, o mesmo que o outro diz referido ao produto desta. (MARX & ENGELS, 2007, p. 55)

Temos então, que o desenvolvimento da divisão do trabalho pelas diversas famílias, acarreta o desenvolvimento da desigualdade, pois o incremento (populacional) das famílias em sociedade e seu intercâmbio são fatos históricos, ou seja, fruto do desenvolvimento humano histórico. Isso não cria somente uma distribuição desigual quantitativamente e qualitativamente conjugada à propriedade privada, acaba por nascer também na família, onde se reproduz desigual divisão das atividades e, igualmente, a desigual divisão do produto do trabalho de cada ser humano. Isso porque, com a propriedade privada conjugada à divisão do trabalho, tanto o produto como a própria atividade em si do ser humano se encontram, a partir deste momento histórico, desprendidas dele.

Nesse momento é que a verdadeira divisão do trabalho se revela, pois como já observamos, ela somente se transforma em verdadeira divisão do trabalho quando se atesta o momento em que se separam os trabalhos materiais e espirituais, ou seja, quando o trabalho não é mais sua decisão. Isso ocorre pela disposição de sua força de trabalho a um terceiro, se apropriado de sua atividade e do produto dela. A consciência da *práxis* humana igualmente está dissociada, pois ao estar sob domínio de outro, a única forma sob a qual o ser humano interage para com a natureza e com a sociedade e a qual, por Marx, lhe identifica enquanto indivíduo, não mais lhe pertence.

O indivíduo, então, está preso a essa expropriação materialmente e, como este somente existe e é ser humano enquanto produz para viver, sustenta o pressuposto principal de Marx: o Ser existe enquanto produz suas necessidades²⁶ e, por este movimento, ele se constrói materialmente e metafisicamente. O indivíduo não possui mais poder de decidir que ação tomar, a consciência não mais lhe pertence, pois para Marx, o indivíduo se afirma enquanto é vivo e é concreto, enquanto vive. E, se para viver, lhe é imposta uma prática, uma dinâmica, essa dinâmica é sua consciência e sua consciência não somente o sustenta, mas dirimi os atos humanos metafísicos e concretos, ele se encontra sujeito a sua condição de atender suas necessidades. Suas escolhas são aquelas que produzem as condições que lhe permitem atender suas necessidades individuais.

Essa condição se materializa enquanto o Ser se encontra preso à divisão do trabalho, a verdadeira, aquela que nasce quando conjugada à propriedade privada. Ao ser subjugado pela propriedade privada, a humanidade deixa de se reproduzir de forma voluntária e obedece às

²⁶ A questão das necessidades será mais bem trabalhada no próximo capítulo.

determinações das condicionantes que detém as condições que lhe possibilitam produzir suas necessidades. Ele obedece às regras, pois caso contrário ele não existe, nem materialmente nem metafisicamente.

[...] Com efeito, a partir do momento em que o trabalho começa a se dividir, cada qual se move em determinado círculo exclusivo de atividades, que lhe é imposto e do qual não pode escapar; o homem é caçador, pescador, pastor ou Crítico crítico, e tem de continuar a sê-lo caso não queira ver-se privado dos meios de vida [...] (MARX & ENGELS, 2007, p. 55-56)

Verificado que verdadeira divisão do trabalho já empreende seus efeitos sobre as determinações materiais e metafísicas, não somente dos indivíduos, mas igualmente sobre a sociedade, ou seja, a humanidade está refém, não somente o indivíduo, mas do conjunto de seres que compõem a sociedade. Importante ver que esse interesse individualizado, entretanto, está subjugado às diretrizes da consciência coletiva promovida pelo espalhamento da divisão do trabalho no seio da sociedade, o que promove esse entrelaçamento dinâmico ante a determinação promovida pela divisão do trabalho conjugada à propriedade privada.

Entretanto, essa determinação não se dá por uma consciência pura e universal desprendida da realidade. Igualmente como a existência humana individualizada, a sociedade se encontra dinamizada sob o mesmo aspecto material. Esse aspecto material é a simples interdependência mútua entre os indivíduos reunidos em sociedade. Assim, como o Ser isolado, a sociedade existe ao passo que se reproduz materialmente, ou seja, no conjunto de seus indivíduos.

Além disso, a divisão do trabalho está dada, ao mesmo tempo, à contradição entre o interesse do indivíduo na condição de indivíduo ou da família individual e o interesse comum de todos os indivíduos relacionados entre si. E esse interesse comum não existe, com certeza, apenas na idéia, como algo “universal”, mas se apresenta na realidade, antes de tudo, como uma relação de mútua dependência dos indivíduos entre os quais aparece dividido o trabalho. (MARX & ENGELS, 2007, p. 55)

Apesar de haver movimentos individualizados, ainda sim as determinações que orientam essa *práxis* não se encontram sob o domínio de uma consciência puramente humana e, sim, por uma consciência de identidade independente, abstraída do indivíduo e da sociedade como um todo. Essa se sustenta na diferença entre os componentes dessa rede de produção e consumo. Para se reproduzir enquanto indivíduo e reproduzir o conjunto dos indivíduos enquanto sociedade, a interdependência é perante a divisão, a verdadeira divisão

do trabalho, que separa igualmente na sociedade o trabalho material e imaterial. Nenhuma delas mais obedece a ela, mesmo que sendo realidade e produzida por ela. Essa consciência produzida pelos atos materiais, conforme atesta a dialética materialista histórica, assim como fez com o ser humano individualizado, terá suas identidades impostas pela divisão do trabalho conjugada com a propriedade privada, ou seja, pela interdependência.

Ao produzir em sociedade de uma forma imposta, ou seja, não voluntária, a consciência se abstrai, não obedece mais à sociedade, mas sim à dinâmica que norteia a verdadeira divisão do trabalho de Marx. Ela encontra sua identidade na estrutura que dinamiza a relação entre os componentes desta sociedade, unidos por suas trocas. Trocam seus produtos, que se originam pelo dispêndio de suas forças em atividades, trabalhos estes, que são diferentes, mas que os unem, pela necessidade mútua de saciar suas necessidades, e recorre às trocas em um mercado para adquirir as necessidades as quais ele não produz, tendo em vista a própria divisão natural do trabalho, porém aqui, imposta pela propriedade privada. Da divisão natural do trabalho surge o nascimento da sociedade, a qual se reproduz materialmente e materialmente constrói uma dinâmica, entretanto sob uma consciência superior e desprendida dela. Porém, é importante frisar que esse cenário somente ocorre quando obedecem às diretrizes impostas pela divisão do trabalho conjugada à propriedade privada. Essa dinâmica se encontra atrelada à forma de intercâmbio entre as diferentes propriedades privadas e atividades existentes e isso é estranho tanto ao ser humano, quanto à sociedade, um poder alheio aos dois elementos.

E, por fim, a divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo disso, quer dizer, enquanto os homens vivem na sociedade formada espontaneamente, enquanto se dá, portanto, uma separação entre o interesse particular e o interesse geral, enquanto as atividades não aparecem divididas voluntariamente, portanto, mas sim de modo espontâneo, os atos próprios do ser humano se erigem diante dele com um poder alheio e hostil, que o subjuga, em vez de ele os dominar. (MARX & ENGELS, 2007, p. 55)

A consciência não pertence mais ao ser humano e à sociedade, ela se descola e tem um desenvolvimento que conjugado aos dois últimos (interesse geral e particular), dinamiza os anteriores através de um modo de produção material e ali reside a verdadeira consciência. Mas não é, de maneira alguma, uma questão auto-suficiente, ela nasce das duas primeiras (interesse geral e particular), mas as duas primeiras, não necessariamente se identificam, é o

caso da “alienação²⁷”. Dessa alienação (da consciência ser algo estranho a si), que mais a frente será tratada como um movimento concreto de alienação (de um movimento de remeter para fora) surge a consciência por obra de sua própria ação, não somente do ser humano, mas igualmente da sociedade. Este descolamento, mesmo sendo obra do dispêndio de suas forças físicas, mas que não obedece a seu arbítrio, ou seja, parte de si, mas não por si e, sim, por uma força estranha ao indivíduo e à sociedade, é traduzida por fim no modo de produção da vida a qual os dois devem se adequar para garantir sua própria existência.

[...] Se compreende por si mesmo, ademais, que os “fantasmas”, os “nexos”, os “seres superiores”, os “conceitos”, as “dúvidas” não são mais do que expressão espiritual puramente idealista, a idéia do indivíduo imaginariamente isolado, a representação de grilhões e limites assaz empíricos, dentro dos quais se move o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ela adequada. (MARX & ENGELS, 2007, p. 55)

É a alienação do homem e da sociedade, de sua consciência e não somente dela, mas determinação de sua *práxis* através de uma consciência que não mais lhe pertence, que é uma força estranha a ele. Essa força estranha a ele constrói sua materialidade, dinamiza sua vida, sua interação com os outros seres e, por fim, dinamiza a sociedade. Esse poder se ergue contra a humanidade, mas produzida e reproduzida materialmente e metafisicamente por suas relações de interdependência que garantem sua concretude existencial.

Desta forma, para conseguir suprir suas necessidades (físicas e metafísicas), necessita trocar com outros indivíduos e destas trocas se originam as diferentes necessidades. Necessidades estas as quais se apresentam sob diferentes formas e a busca pelo saciamento delas será através de uma dinâmica pertinente, não à decisão individual, mas a uma complexidade, a uma lógica, que se encontra desprendida dele e da sociedade, o que Marx chama de um poder objetual. Um poder que se consolida ao passo que cada vez mais a divisão do trabalho, a verdadeira, ganha espaço enquanto modo de produzir a vida. Uma produção que solidifica pela sedimentação da divisão do trabalho conjugada à propriedade privada na humanidade.

Esse poder objetual que é uma construção oriunda da ação humana, da ação conjunta das singularidades sob a forma de sociedade, cria e dinamiza as bases destas relações de interdependência e se fortalece ao passo que sua amplitude aumenta nas relações entre os

²⁷ Expressa um sentido de remeter para fora, ou seja, expulsão, transferência, porém em um ponto induzido por um terceiro. Alienação **refere-se**, no caso de sua utilização na teoria marxiana, à perda de uma condição a um poder alheio a este. Para melhor compreensão do verbete ver anexo 02.

seres humanos. Essa interdependência garante a concretude da humanidade e ganha assim uma potência autônoma, para assegurar não somente a sua própria constância, mas para assegurar a sobrevivência humana. Mas como ela se ergue, como ela se posta e como ela interage com o Ser, é reflexo da natureza da consciência em Marx. Uma consciência que é independente, que não é humana, apesar de nascer na materialidade humana, ou seja, nasce obrigatoriamente da interdependência entre os seres humanos, mesmo que seja não-voluntária, é resultado de um processo histórico factual.

A humanidade produz uma consciência que lhe é estranha e que, por fim, domina seu criador, porque este assegura a reprodução de seu criador, mas assume uma identidade autônoma, retirando assim, a autonomia do Ser e da sociedade. Ou seja, apesar de nascer na *práxis* humana, esse poder se torna autônomo, dirigido para uma consciência que se sobrepõe ao desejo humano.

Esta sedimentação da atividade, esta consolidação de nosso próprio produto em poder objetual erigido sobre nós, que escapa a nosso controle, que levanta uma barreira diante de nossa expectativa e destrói nossos cálculos, é um dos momentos fundamentais que se destacam em todo o desenvolvimento histórico até agora. E é justamente dessa contradição entre o interesse particular e o universal que o interesse social na condição do Estado assume uma forma autônoma, separada dos reais interesses individuais e gerais e, ao mesmo tempo, uma forma de comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos vínculos existentes, dentro de cada conglomerado familiar e tribal, tais como a carne e o sangue, a língua, a divisão do trabalho, que se formam e se diferenciam em cada um desses conglomerados humanos e entre os quais há sempre uma que domina sobre todas as demais". (MARX & ENGELS, 2007, p. 56)

Posta a situação da elevação de um poder estranho à humanidade, cabe agora, identificar o como se dá o processo de desenvolvimento desse poder objetual que subjuga o ser humano. A identidade autônoma desse poder demonstra, ao passo que se chega cada vez mais perto das especificidades da consciência humana, que o ser humano e a sociedade em si, são escravos de sua criação. Eles alimentam e subsidiam este ente que se volta contra eles e os controla através da manutenção de sua existência. Esse poder objetual dinamiza a humanidade através de seu modo de reproduzir a vida, ou seja, da forma de possibilitar a concretude dos seres e da sociedade, seja sua realidade material ou metafísica.

2.2.2. Poder social construído na cooperação voluntária dos seres humanos: O Estado Social

Identificado o processo de construção ontológico do ser humano e da sociedade, reconhecemos que estes, sob influência da divisão do trabalho, conjugada à propriedade privada, divide o trabalho em material e metafísico. Essa cisão demonstra que a *práxis* e consciência que dinamiza a humanidade não se encontram sob o domínio nem do ser humano individual nem sob o poder social, mas dinamizado por este poder objetal o qual domina e dirimi a vida e o desenvolvimento histórico.

Essa autonomia do poder social, sob a forma de Estado, é mais um exemplo da falta de autonomia do ser humano. A consciência que norteia o Ser em sua atividade dentro deste Estado é dinamizada por este poder objetal que é estranho aos que o empreendem de forma concreta, material ou mesmo, imaterial. Os empreendedores materiais do estado, ou seja, os indivíduos organizados possuem uma consciência que lhe é estranha. Uma consciência que extrai dele sua autonomia e, por este caminho, retira do Ser o produto de seu próprio esforço, seja ele material ou imaterial. A autonomia do Estado em relação à sociedade de indivíduos organizados que o compõem é demonstração desse poder objetal que assume o controle da consciência humana.

Em relação à dinâmica de estado, ou seja, estado social, fica muito claro, não somente na sua manutenção, mas igualmente no seu desenvolvimento histórico. Esse desenvolvimento histórico, sob a perspectiva de Marx, perde sua imagem ideológica, metafisicamente desprendida da produção humana material. A metafísica que dinamiza o desenvolvimento do estado social está posto por este poder objetal, o qual se origina, como visto no capítulo anterior, da dinâmica imposta pela divisão do trabalho condicionada pelo atrelamento das atividades ante à imposição da propriedade privada.

[...] se deduz que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc. etc. não são mais do que formas ilusórias nas quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas [...], e, mais do que isso, de que toda classe que aspire implantar sua dominação, ainda que esta, como ocorre no caso do proletariado, condicione em absoluto a supressão de toda a forma da sociedade existente até agora e de toda a dominação em geral, tem de começar conquistando o poder político, para apresentar, de sua parte, seu interesse como sendo o interesse geral, coisa que em um primeiro momento se vê obrigada a fazer. Justamente porque os indivíduos *apenas* buscam seu interesse

particular, que para eles não coincidem com seu interesse geral, porque o universal é sempre forma ilusória da comunidade, este torna-se algo “alheio” a eles e “independente” deles, um interesse “geral” mais uma vez peculiar e especial, ou eles mesmos têm necessariamente de se mover nessa cisão, como na democracia. (MARX & ENGELS, 2007, p. 56)

Porém, neste caso, estamos demonstrando na passagem mais especificamente a perda do controle, ou seja, da autonomia, sob o aspecto metafísico decisório do homem.

Metafísicamente, entretanto, como já repetitivamente mencionamos, tem sua origem na concretude da *práxis* humana. De suas construções individuais, cada vez mais sedimentadas pela verdadeira divisão do trabalho, ou seja, cada vez mais divididas entre os seres humanos, amplifica-se a perda do controle sobre o produto dos seus trabalhos. Não só o valor, mas todo o resultado oriundo do produto de seu esforço retorna contra si, pois ela possuiu uma determinação dinâmica própria, uma identidade própria, uma autonomia própria, que se descolou, conforme já demonstramos, do ser humano, sob a forma deste poder objetual que dá origem ao interesse social sob a forma de Estado, seus desenvolvimentos históricos inclusive, todos eles conduzidos por uma consciência, um poder objetual, estranho a eles.

O Ser em si perde a autonomia ao se produzir dentro da divisão do trabalho, ao estar conjugado pela propriedade privada. Do seu trabalho advém não somente sua subsistência, mas sua afirmação como Ser, pois primeiramente ele só é vivo enquanto consegue produzir seu sustento, só é vivo enquanto produz. Ele está preso ao fruto de seu trabalho, mas o fruto do trabalho não lhe pertence mais, possui uma autonomia descolada e isso é obra de uma consciência, de uma ordem, de uma dinâmica independente de si, porém que o domina.

Uma força que ele produz, mas não controla; o produto da ação de diversos seres humanos unidos pela verdadeira divisão do trabalho é erigir um poder que os domina, uma lógica que os dirige. Historicamente ela se apresentou de diversas formas, mas essas formas se corporificaram através de um ente, um poder que é construído a partir dele, mas age sob as determinações de uma consciência que é descolada do ser humano, corporificado em uma forma ilusória de interesse geral, como constatamos, ao nome de Estado.

O Estado, então, é produto de suas ações (dos seres humanos), porém sua atuação não é dinamizada pelos desejos dos seres humanos, mas sim por uma lógica que dinamiza o modo de produção. Por fim, dinamiza não somente sua própria reprodução e ação humana, a qual é responsável pela produção de suas necessidades, dominando assim indivíduos e sociedade, mas a sua própria organização guiada por aparente interesse geral espelhado na estrutura de um Estado e suas lutas internas em busca do aparentemente universal.

Por outra parte, a luta *prática* desses interesses particulares que constantemente de um *modo real* que se opõe aos interesses gerais ou que ilusoriamente se crêem como tais, impõe como algo necessário a interposição *prática* e o refreamento do interesse “geral” ilusório na condição de Estado. (MARX & ENGELS, 2007, p. 57)

Essas lutas interiores ao Estado demonstram a falta de um interesse geral apoiado nos desejos humanos. Diferentemente disso a humanidade busca, ao travar os interesses particulares, reproduzir a dinâmica que os domina e que possuiu, em si, uma racionalidade, uma identidade, ou seja, uma consciência autônoma ao interesse humano.

O Ser busca não somente se reproduzir e é nesse universo de interesses particulares dinamizados por uma consciência externa, estranha a eles, que se reproduz ao conseguir realizar, através de determinada organização social (balizada por determinado modo de produzir a vida) agrupando-se na forma de sociedade. A multiplicidade de seres que compõem essa sociedade, dinamizada por tal modo de produzir, concentra uma forma, um poder, um poder social que advém do somatório de toda produção associada.

Sem o fruto de seu trabalho, os seres não conseguem subsistir, ou seja, não sobrevivem e não conseguem se reproduzir. Igualmente acontece com a sociedade. Aos vivos, a sua reprodução e sua existencialidade, que é baseada nesse sistema guiado por determinado poder objetual que lhe é estranho, mas que é produzido por eles. Esse poder social então, é cooperação de diferentes indivíduos unidos pela divisão do trabalho e condicionados pela propriedade privada. A ampliação do círculo de trocas é a ampliação e concretização do poder social. Entretanto, pelo seu caráter, já observado, de interdependência e obrigatoriedade para o ser humano e para a sociedade, é uma organização espontânea e não-voluntária.

O poder social, quer dizer, a força de produção multiplicada, que nasce por obra da cooperação dos diferentes indivíduos sob a ação da divisão do trabalho. Aparece a estes indivíduos, não por se tratar de uma cooperação voluntária, mas sim espontânea, não como um poder próprio associado, mas sim como um poder alheio, situado à margem deles, que não sabem de onde ele procede nem para onde ele se dirige, um poder que eles não podem mais dominar, portanto. Mas, pelo contrário, percorre uma série de fases e etapas do desenvolvimento peculiar e independente da vontade e dos atos dos homens, e que inclusive dirige esta vontade e estes atos. (MARX & ENGELS, 2007, p. 57)

É a reprodução do sistema. Não é mais o ser que define sua construção, o desenvolvimento histórico da humanidade está guiado por um poder que está além de seu controle. Se não bastasse, esse poder o controla e à sociedade por consequência. Portanto, ao observar que a humanidade é dinamizada pelas suas necessidades e que estas necessidades somente poderem ser atendidas por determinado modo de produzir a vida, ele segue o poder

que dinamiza este modo de produção. Destas contradições entre o intercâmbio, entre as necessidades e o modo de produção que se identifica a sociedade civil, a qual, a cada momento histórico, caracteriza um diferente poder objetal.

2.2.3. Poder Objetal e Burguesia: Personificação e ilusão da consciência humana

Na sociedade civil é então onde se travam as evoluções históricas da humanidade e, portanto, é nela, que podemos vislumbrar mais especificamente, cada momento histórico. Os interesses particulares, contrapostos uns aos outros serão dinamizadores do processo de evolução da humanidade como se conhece e, assim, as mudanças por diferentes interesses materiais visto suas próprias necessidades . A sociedade social é a tradução entre os seres humanos deste poder objetal.

A forma de intercâmbio pelas forças de produção vigentes em todas as fases históricas anteriores e que por outro lado as condiciona, é a *sociedade civil* [...] fica revelado que esta sociedade civil é o verdadeiro fogão e o cenário de toda a história e, ao mesmo tempo, quão absurda é a concepção histórica existente até agora que, fazendo pouco-caso das relações reais, apenas dá atenção, em sua limitação às ações retumbantes do Estado e dos dirigentes. (MARX & ENGELS, 2007, p. 59-60)

Essa sociedade civil, por fim, se encontra travestida na burguesia, pois é esta que se encontra no topo da dinâmica de debate entre os diferentes interesses particulares que desenvolvem um interesse geral.

A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material conjunto dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças de produção. Ela abrange a vida comercial e industrial completa de um estágio e, nesse sentido, vai além do Estado e da nação, ainda que por outro lado volte a se fazer valer para o exterior na condição de nacionalidade, ao passo que para o interior tenha de se organizar como Estado. O conceito de sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se diferenciado da essência comum típica da Antigüidade e da Idade Medieval. A sociedade civil como tal se desenvolve apenas com a burguesia; a organização social que se desenvolve

imediatamente a partir da produção e do intercâmbio, que forma, em todos os tempos, a base do Estado e da superestrutura idealista restante foi, a partir de então, continuamente designada com o mesmo nome. (MARX & ENGELS, 2007, p. 59-60)

Entretanto, é importante ressaltar que a burguesia não é em si, o poder transformador, ela é igualmente uma escrava do poder objetal, ela somente o exerce e personifica, mas não o é. Ou seja, como aparece na Ideologia Alemã: “As idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época, quer dizer, a classe que exerce o poder *objetal* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder *espiritual* dominante” (MARX & ENGELS, 2007, p. 71).

A própria burguesia nasce nas relações materiais e se desenvolve através de suas necessidades materiais. Entretanto estas necessidades podem ser entendidas também como espirituais, pois o ser humano, como estamos vendo, é obra de suas ações concretas em todos seus aspectos. A burguesia ao traduzir suas vontades, seus desejos, como um idealismo trata de uma ilusão concreta baseada na incapacidade de perceber que seu idealismo é obra de suas relações concretas. De forma sintética, encontra-se na Ideologia Alemã, observando que “é obvio que a verdadeira riqueza espiritual do individuo depende totalmente da riqueza de suas relações reais” (MARX & ENGELS, 2007, p. 61).

Essas relações reais se concretizam pelo fato de a burguesia estar posta na situação de proprietária e ao ponto no qual é ela que transforma a divisão natural do trabalho na verdadeira divisão do trabalho que Marx evoca como princípio e que dá à burguesia essa identidade falaciosa com o poder objetal que dinamiza a humanidade e seu desenvolvimento histórico. Assim, podemos concluir que mesmo os idealizadores dos movimentos são obra de uma concepção da dialética materialista da história, onde o poder objetal dinamiza a consciência e por fim, a própria autonomia dos seres em erguerem bandeiras de lutas. Porém, isso tudo se qualifica como verdade somente quando isto se encontra em consonância com o poder que realmente domina e dinamiza a humanidade.

A classe dominante que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe ao mesmo tempo, com isso, dos meios de produção espiritual, o que faz com que lhe sejam submetidas, da mesma forma e em média, as idéias daqueles que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente. As idéias dominantes não são outra coisa a não ser a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, as relações que fazem uma determinada classe dominante a dominante, ou seja, são as idéias de dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante têm, também, entre outras coisas a consciência disso e pensam a partir disso; por isso, enquanto dominam como classe e enquanto determinam todo o alcance de uma época histórica, compreende-se por si mesmo que o façam em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas também como pensadores, como produtores de idéias,

que regulam a produção e distribuição das idéias do seu tempo; e que suas idéias sejam por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX & ENGELS, 2007, p. 71)

Portanto, aqui se observa que a consciência mesmo nos mais elevados eixos de dominação e gerência não obedecem ao desejo humano, mas sim a um poder que se ergue contra os seres humanos, seja ele burguês ou proletário²⁸, aristocrata ou camponês. Independente da época histórica a humanidade convive com a dominação sob o produto de seu próprio esforço, sob o poder de sua atividade. Ele produz a dominação que o subjuga. A consciência se encontra separada do Ser e ela acaba por engendrar, em conjunto com o Estado social e o poder produtivo, o desenvolvimento humano.

2.3. Síntese dos elementos chaves para o desenvolvimento humano

Portanto, o processo demonstrado pela dialética materialista histórica que permeia o pensamento em Marx, demonstra então que o desenvolvimento que chegou ao capitalismo por um processo de desenvolvimento material, evolucionário, passará ao fim, no condicionamento da sociedade comunista. Esse processo de consecutivas mudanças de modo de se produzir a vida, ou seja, as evoluções sociais (sem questionar o mérito dos momentos) é expressão da supra-sunção dos modos de produção que existiram e passam para a história, como parte componente e relativamente ativa, como mais a frente se verá.

Sendo assim, a própria supra-sunção dos modos de produção humanos é a obra de uma consciência que, como já demonstrado, é abstrata aos que a idealizam, é estranha ao ser humano e produz uma alienação do mesmo para com o produto de seus atos²⁹. Mesmo a supra-sunção, então, é direcionada por uma força que se torna um movimento de um poder objetual que se ergue mesmo sobre aqueles que o executam, pois significa que um processo de atendimento das necessidades materiais humanas é mais eficientemente alcançado por outro

²⁸ No quarto capítulo iremos observar que existe condições, segundo **as quais** deixa explícita mais **a** frente, de haver uma sociedade livre do poder objetual dominante.

²⁹ Fazer relação com a “Elite Revolucionária” de Marx, ou não...

modo de produção. Porém, é um modo mais eficiente de se reproduzir a exploração dos nexos oriundos da relação entre a divisão natural do trabalho e a propriedade.

Essa nasce no seio de uma classe revolucionária, reproduz uma evolução quanto ao modo de produzir anterior. Isso, porque o ato, a criação, é obra de algo que é maior que o próprio interesse particular e por mais que isso venha a ter uma imagem contraditória em sua essência, é reflexo do processo dialético materialista histórico, o qual dinamiza essa classe revolucionária.

O desenvolvimento da divisão do trabalho, por fim, revela os três principais fatores que engendram o desenvolvimento da humanidade: força produtiva, o estado social e a consciência. Força produtiva pela união das forças produtivas dos seres humanos; o estado social advindo das relações inerentes ao intercâmbio entre os seres humanos pela execução de sua força produtiva em conjunto; e por fim, a consciência, que se encontraria descolada do ser humano e do estado civil que é estipulada pela interação dos indivíduos uns com os outros ante ao exercício concreto de sua força de trabalho.

A contradição entre estes fatores condicionados pela verdadeira divisão do trabalho (força produtiva, o estado social e a consciência), portanto, é chave para construção do ser humano e da sociedade. As vontades e atos refere-se às construções sociais, às revoluções ou a mais simples *práxis* humana. Assim se consegue chegar ao entendimento histórico da sociedade guiado por uma consciência construída pela ação humana, porém, descolada do ser humano, pois essa se condiciona sob condições forçadas ante a um poder que retira do Ser sua autonomia. O desenvolvimento do pensamento dialético materialista histórico demonstra a dinâmica entre os fatores citados e, ao fim, molda a sociedade tal como ela foi, é ou será. Sendo assim, ao perceber o movimento que nos direciona, nos movimentaremos ao capítulo posterior, com a análise dos fatores que sujeitam o ser humano ao poder objetual que comanda o Ser e a sociedade no capitalismo.

CAPÍTULO III

A AUTONOMIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

3.1. Cooperação espontânea social humana

Antes de adentrar no desenvolvimento da questão específica da sociedade capitalista, vale voltar um pouco e rever em linhas gerais a questão da cooperação espontânea social humana, porém, não-voluntária. Como já observamos no capítulo anterior o ser humano se realiza enquanto indivíduo, enquanto Ser ao produzir suas necessidades. Para suprir suas necessidades, ele o faz através do trabalho e, portanto, ao analisar a força de trabalho estamos analisando a força sociabilizadora de cada indivíduo ante ao conjunto de seres que compõem a sociedade na qual este se encontra inserido.

Entender a força de trabalho dentro do universo dinâmico da humanidade e não somente do capitalismo é necessário para a construção do quadro geral que define a dependência humana deste poder objetual que dá concretude ao Ser e à sociedade, não somente no presente, mas igualmente delimita seu desenvolvimento histórico, o qual, é muito importante para entender a força que transforma o ser humano e a humanidade.

Identificar a força do trabalho dentro do contexto, seu valor, sua utilidade, sua especificidade situacional dentro da dinâmica que rege a humanidade é imprescindível para começar a entender a sociedade e o capitalismo. Vimos no capítulo anterior, que a força do trabalho (quando delimitado pelas especificidades da divisão do trabalho condicionada pela propriedade privada) é fato que supri o ser humano, o sustenta e, ao mesmo tempo é a força motriz e engendradora da cooperação entre diferentes indivíduos, ou seja, criadora, mantenedora e potencializadora da sociedade e dos indivíduos. Portanto para dar continuidade à exploração da evolução da sociedade, que neste capítulo desembocará na descrição do poder

objetal que rege o capitalismo, e por fim, retira dele sua autonomia, e igualmente da sociedade, é necessário estudar o valor do trabalho.

O valor da força de trabalho está relacionado com o que ela é capaz de produzir³⁰, mas, contudo, para qualquer pessoa continuar em condições de produção é necessário estar viva e em condições de saúde que lhe permita o dispêndio de sua capacidade. Então, qualquer valor monetário repassado ao trabalhador deve ser suficiente para o atendimento de necessidades de reprodução da sua própria capacidade.

A magnitude absoluta do tempo de trabalho — o dia de trabalho, a jornada de trabalho — é constituída pela soma do trabalho necessário e do trabalho excedente, ou seja, do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais-valia (MARX (A), 2005, p. 266).

Não podemos confundir necessidade com impulso ao consumo. Necessidades têm-se de coisas ou pessoas que virão para atender uma carência seja ela, física, emocional, social ou de sociabilidade. No entanto, para sentirmos necessidade de tais coisas não precisamos estar obrigatoriamente em situação de carência. Nem toda necessidade vem de uma carência ou de algo não atendido, podemos estar saciados e ainda assim continuarmos com a mesma necessidade, pois ela deve ser suprida dia-a-dia.

Segundo Agnes Heller, a necessidade é desejo consciente, aspiração, intenção dirigida em todo o momento para um certo objeto e que motiva a ação como tal. O objeto em questão é um produto social. As relações sociais e as necessidades sempre estão em correlação; a primeira fixa o ambiente, define a extensão das necessidades dos homens que vivem em uma certa sociedade, que pertencem a um certo estrato social. Isto explica por que as necessidades são pessoais (só as pessoas querem conscientemente algo, aspiram possuir algo, anseiam isto) e ao mesmo tempo sociais (desde o momento em que o objeto de toda a necessidade vem proporcionado pela objetivação social). Portanto, não existem necessidades puramente naturais que são supridas pela ação teleológica do ser humano pelo trabalho (HELLER, 1998).

O ar não é objeto de uma necessidade, constitui, pelo contrário, uma condição de nossa existência e, quanto o fato que nós preferirmos o ar fresco e limpo ao poluído, já é a

⁽³⁰⁾ “Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, o trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza do seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc. Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasta durante sua produção, poderia parecer que, quanto mais preguiçoso ou inábil um ser humano, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois ele precisa de mais tempo para acabá-la. Todavia, o trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano homogêneo...” (MARX (A), 2005, p. 60)

manifestação de uma necessidade. Neste sentido, deve-se também distinguir, segundo os entendimentos de Marx, entre as denominadas necessidades existenciais e as necessidades propriamente humanas. Ainda segundo Heller, as necessidades propriamente humanas se distinguem pelo fato de que os desejos, nas intencionalidades dirigidas para os seus objetos, o impulso natural, não desenvolve nenhum papel. O objeto destas necessidades é, entre outros muitos, o descanso superior necessário para a reprodução da força de trabalho, uma atividade cultural, o jogo dos adultos, a reflexão, a amizade, o amor, a realização de si com sua objetivação, a atividade moral etc. Além dessas existem também as necessidades humanas alienadas, como a necessidade de dinheiro, de poder e de posição social (HELLER, 1998).

Como visto, dependerá do tipo de relações sociais estabelecidas para se formatar o tipo de necessidades e como atendê-las. As necessidades biológicas são menos complexas, porém a não possibilidade de acesso aos produtos exigidos por elas, coloca a vida da pessoa em instabilidade, comprometendo sua capacidade produtiva e podendo evoluir para sua morte.

As carências de ordem emocional são fortes expressões da nossa condição humana. Sendo o humano, ontologicamente, um ser social, já se sabe que nenhum deles conseguirá manter-se vivo sem estar em contato com outro, estendendo-se principalmente para sua capacidade produtiva. Mas, as carências emocionais estão ligadas a questões de amor, amizade, companheirismo, sexualidade e estas necessidades só podem ser satisfeitas na relação com outro ser humano. Como nos diz Karl Marx, o objeto mais elevado da necessidade humana é o outro ser humano. Em palavras de Heller, “à medida que o homem como fim tornou-se o objeto mais elevado de necessidade para o outro homem, determina o grau de humanização das necessidades humanas” (1998, p. 44). As necessidades biológicas e emocionais são denominadas, por Agnes Heller (1998), como necessidades existenciais, ontologicamente primárias, pois estão baseadas no instinto de autoconservação. Resumidamente, são elas, entre outras, a necessidade de alimentar-se, a necessidade sexual, a necessidade de contato social e de cooperação, a necessidade de trabalho. Estas necessidades foram construídas pelo ser que é social, por isso não podem ser definidas como naturais. E mesmo o ato de alimentar-se do homem, não é natural, embora faça parte de sua natureza humana, a forma como vamos ingerir os alimentos e o que vamos ingerir resultam de elementos culturais, temporais e espaciais e de um contexto social.

A necessidade social é aquela comum a todos os membros de uma sociedade, é denominada social como encarnação da universalidade da sociabilidade. Na sociedade

capitalista a necessidade social absorvida é própria das camadas privilegiadas ou dominantes, as quais são incorporadas por todas as classes. Mas, elas aparecem escamoteadas pela auréola de validade geral; no entanto, não passam de autênticas necessidades dos homens particulares. Conseqüentemente, ainda não são reconhecidas as verdadeiras necessidades sociais.

A necessidade social, ou seja, o conjunto de todas as necessidades sociais individualizadas ou agrupadas é a encarnação da universalidade da sociabilidade. Essa necessidade social existe, seu fator dinâmico, a interdependência humana pela verdadeira divisão do trabalho, como já nos referimos no capítulo anterior. Sendo assim, através da dialética materialista histórica que Marx usa como base para construir seu entendimento da sociedade humana, a característica fundante não só da economia capitalista, mas da própria sociabilidade humana, ou seja, a produção isolada, privada e autônoma de produtos destinados à troca, é o mercado onde ocorrem as trocas dos produtos originados do dispêndio de esforços individualizados. Portanto, se torna verdadeiro afirmar que a sociabilidade se constitui através do mecanismo da troca, desconsiderando, muitas vezes, a importância social do valor de uso de tais produtos. As conexões e interações entre as pessoas, empresas e instituições, se fazem através da comparação do valor dos bens e de sua troca, é interdependência entre os indivíduos sob uma forma mais avançada ante sua identidade pré-capitalista explicitada no capítulo segundo dessa monografia.

A sobrevivência ou manutenção da vida depende da satisfação de necessidades fundamentais. Entre elas, grosseiramente falando, incluiríamos: alimentação básica, vestuário, moradia e as conveniências fundamentais a ela ligadas (energia, água corrente, saneamento básico), educação e saúde, transporte garantido de ida e volta ao trabalho e um mínimo de recreação e lazer, indispensáveis para a reconstituição da força de trabalho que opera num nível determinado de desgaste. Estas, de primeira categoria, são as necessidades que, no entender de Marx, devem ser obrigatoriamente satisfeitas para que qualquer assalariado possa continuar trabalhando a um dado nível de esforço físico. Mas, a extensão das necessidades fundamentais à manutenção da capacidade de trabalho e

[...] o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares (MARX (A), 2005, p. 201).

Mas, se as necessidades e o modo de satisfazê-las são historicamente determinados, o trabalho individual de cada ser humano não é suficiente para mantê-lo em plena capacidade

de trabalho. Por outro lado, se “o trabalho de cada ser humano fosse apenas suficiente para produzir seus próprios alimentos, não haveria nenhuma propriedade [...]”(MARX (B), 2005, p. 580), mas, não é a realidade da sociedade. Contudo, mesmo que a propriedade venha a ser coletiva, ainda assim o trabalho individual, por questões de sociabilidade sustentada na cooperação e na solidariedade, deixará um excedente. Ou seja, “Todo trabalho deve (isso já parece ser parte dos direitos e deveres do cidadão) deixar um excedente” (Proudhon.) (MARX (B), 2005, p. 584). Não trabalhamos apenas para a produção daquilo que nos é necessário e nem apenas o tempo necessário para ter direito a uma renda proporcionadora de aquisição das *coisas* necessárias à reprodução de nossa capacidade de trabalho.

Para tanto o ser humano deve buscar em suas relações sociais os meios para construir os meios de sua subsistência, a qual o mantém como ser vivo e atuante. Ele não consegue se reproduzir sozinho, portanto é na sociedade que o ser humano se vê obrigado a buscar sua reprodução.

3.2. Cooperação espontânea na sociedade capitalista

Na sociedade capitalista, o ser humano pode ter condições de atender as necessidades essenciais à manutenção da vida, na medida em que produz os seus meios de subsistência, mas, para tanto deverá ter a propriedade dos meios de produção e posse das condições objetivas de trabalho. Nesse sentido, a pessoa desprovida dos meios de produção ficará privada de meios de subsistência, não lhe restando alternativa, de forma individual, além da venda da sua capacidade de trabalho a alguém com dinheiro para por ela pagar. Então, sinteticamente podemos afirmar que esse é o modo de produzir a vida no capitalismo.

Deste modo, o capitalismo constitui a dominação que caracteriza a cooperação forçada entre os indivíduos e, assim, assimila a condição de modo de produção preponderante. Seus desdobramentos, que qualificam o capitalismo, até chegar a sua caracterização do poder objetual que identifica este modo de produção é o que desenvolveremos a seguir.

3.2.1. Mais-valia: a condição objetiva para a existência do capital e do capitalismo

Se afirmarmos que através do trabalho somente se permite a todos os humanos o atendimento de suas necessidades socialmente e historicamente determinadas no capitalismo, estaremos deixando de explicitar as condicionantes deste momento histórico. Desta forma, é imprescindível a compreensão das condições objetivas para o desenvolvimento do trabalho no sistema capitalista. Dentre elas podemos elencar: possuir os instrumentos de trabalho, os meios de produção e a força-de-trabalho.

Dentro do modo de produção capitalista, entretanto, o indivíduo desprovido da propriedade de meios de produção tende a vender a sua capacidade de trabalho, transformando-se em assalariado. Contudo, o proprietário dos meios de produção, o empresário, receberá em troca, o trabalho excedente da quantidade paga ao trabalhador. Portanto, a finalidade do processo, basicamente, é obter lucro no resultado final do processo de produção, conjugado obviamente da realização da produção, ou seja, a venda das mercadorias produzidas. Nesse caso o trabalho excedente, que é a busca do capitalista, pode ser chamado e é assim denominada por Karl Marx de *mais-valia*.

O capitalista, finalmente, força os operários a prolongar o mais possível a duração do processo de trabalho, para além dos limites do tempo de trabalho necessário para a reprodução do salário, já que é precisamente este excedente de trabalho que proporciona a mais-valia (MARX (C), 2004, p. 78)

Sendo assim, entende-se que o valor a ser pago pela capacidade de trabalho contratada é definido pela soma dos produtos necessários à reprodução³¹ da força de trabalho, do próprio

³¹ “Para diminuir o valor da força de trabalho, o aumento da produtividade tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios. O valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe dá a última forma, mas também pela quantidade de trabalho contida em seus meios de produção. O valor de uma bota, por exemplo, não é determinado apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, da cera, dos fios etc. Fazem cair também o valor da força de trabalho a elevação da produtividade e o correspondente barateamento dos produtos nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, o instrumental e o material de trabalho para produzir as mercadorias necessárias ao trabalhador. Mas em nada altera o valor da força de trabalho o aumento da produtividade nos ramos de atividade que não fornecem nem esses meios de subsistência nem os meios de produção para produzi-los” (MARX (A), 2005, p. 366).

trabalhador e de seus dependentes, principalmente, os filhos³² inativos quando os tiver. No mercado capitalista, a determinação do valor da mão-de-obra é mediatizada pela oferta e procura da mercadoria e pelo valor das mercadorias necessárias à reprodução da capacidade de trabalho do trabalhador e de seus dependentes. No mínimo o

[...] valor da força de trabalho é determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensável para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, pelos meios de subsistência fisicamente imprescindíveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, baixa também seu valor e ela só pode vegetar e atrofiar-se [...] (MARX (A), 2005, p. 203).

Ou seja, o trabalhador deverá receber como pagamento pelo seu trabalho, um valor suficiente para satisfazer as necessidades imprescindíveis na manutenção da vida e da sua capacidade de trabalho. O valor da força de trabalho compreende o valor das mercadorias necessárias para reproduzir o trabalhador, ou seja, para perpetuar a classe trabalhadora (MARXa, 2005).

Se o valor da força de trabalho é determinada pela soma dos produtos necessários a manutenção e reprodução da capacidade de trabalho, é evidente que o valor de força de trabalho é também determinada pelo valor dessas mercadorias e na determinação de toda mercadoria considera-se o tempo de trabalho necessário à sua produção.

[...] Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. [...] O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. [...] A soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador” (MARX (A), 2005, p. 201).

Entrementes, devemos ter claro que o valor da força de trabalho não é igual para todos os trabalhadores, tanto por diferenças naturais (conforme observamos na definição de divisão

³² “O proprietário da força de trabalho é mortal. Se tem de aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, o vendedor da força de trabalho tem de perpetuar-se, ‘como todo ser vivo se perpetua, através da procriação’. As forças de (MARX (A), 2005:202) trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias” (MARX (A), 2005, p. 202-203).

natural do trabalho no segundo capítulo) ou diferenças induzidas pelo poder de expropriar que a propriedade privada na distribuição das atividades humanas possuiu.

Ademais a própria profissionalização e a manutenção da qualificação possuem custos os quais irão interferir na própria definição do valor da força-de-trabalho. A pessoa que antecipou recursos para a capacitação de sua força-de-trabalho, cobrará essa antecipação, variando de acordo com a qualificação. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram no total dos valores despendidos para sua produção.

Desta forma, o valor da força de trabalho varia com a proporção do tempo de trabalho exigido para sua produção de todos os produtos necessários conforme as especificidades dadas acima, ou seja, a manutenção, a reprodução e a qualificação da capacidade de trabalho.

Entretanto, a acumulação constante do trabalho excedente à custa do trabalho necessário, só é obtido com a diminuição do número dos trabalhadores ocupados por dado montante de capital, ou seja, acumula-se capital com trabalho, mas, quanto menos se pagar pelo trabalho mais se acumula capital. O avanço tecnológico diminui o tempo de trabalho necessário, diminuindo o tempo socialmente necessário e com ele o valor de troca. Se o uso da tecnologia disponível pode diminuir o tempo de trabalho necessário, o capitalista passa a diminuir o número de trabalhadores³³ contratados, pois ele não vai diminuir o tempo de trabalho e permanecer com o mesmo número de trabalhadores; com um número menor de trabalhadores o capitalista mantém a mesma soma de mais-valia. Então, além da existência do trabalho excedente há, no capitalismo, o trabalhador excedente, dispensado pelo uso da tecnologia.

Se o trabalho é único que atribui valor às coisas enquanto o tempo socialmente necessário diminui, por condições de maximização do tempo, o valor das coisas terá variação. A utilização da tecnologia pode ser determinante no aumento do capital, pois, a busca por maior produtividade, com uso máximo do capital constante, eleva a soma de trabalho excedente. Mas, há outras determinantes no aumento da produtividade. Segundo Karl Marx (2005 (A), p. 62), a produtividade é determinada, entre outras, pela(o): destreza média dos trabalhadores; grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica; organização social do processo de produção; o volume e a eficácia dos meios de produção. Maior

³³ “Há, portanto, uma contradição imanente na aplicação da maquinaria para produzir mais-valia, pois, dos dois fatores da mais-valia obtida com um capital de magnitude dada, um fator, a taxa da mais-valia, só pode ser aumentado por essa aplicação se ela diminuir o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se patenteia quando, com o emprego generalizado da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida à máquina, regula o valor de todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capitalista, sem tomar consciência dela, a prolongar desmedidamente a jornada de

produtividade é aquela que possibilita, com a mesma quantidade de trabalho, menor tempo requerido para produzir uma mercadoria e, conseqüentemente, menor valor³⁴ atribuído na mercadoria produzida”. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e na inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica.

De forma sintética, o capitalismo se reproduz sob a lógica de que na produção um proprietário detentor dos meios de produção que contratou o trabalho do indivíduo desprovido de condições próprias de produzir e manter seu sustento, ou seja, sem outra alternativa, sua autonomia recaia sobre a necessidade de uma existencialidade imediata e de seus dependentes se for o caso. Portanto, o trabalhador vendendo, por um valor dado, sua capacidade de trabalho e o capitalista se apropriando do excedente do trabalho, ao trabalhador lhe resta a manutenção e reprodução de sua capacidade de trabalho na proporção inversa do aumento do capital. Então:

[...] o processo capitalista de produção não é apenas a transformação em capital do valor ou da mercadoria que o capitalista em parte leva ao mercado e em parte retém no interior do processo de trabalho; estes produtos transformados em capital não são os seus produtos, são produtos do operário (MARX (C), 2004, p. 136).

A reprodução e manutenção da capacidade de trabalho dos associados se guia pela lógica do capital, donde a renda do trabalhador tende a se limitar no mínimo necessário a sua própria reprodução, no limite das necessidades sociais mais elementares do ser humano. Entretanto, lembramos que estas necessidades são sociais, ou seja, construídas entre as diferentes relações sociais.

Fugindo um pouco dos escritos de Marx seria importante, porém não se trata do foco do trabalho, discutir se estas necessidades podem ser entendidas como culturais, por exemplo, e o que pode ser considerado supérfluo; é uma necessidade básica humana em sua reprodução de seus vínculos sociais, melhoria, ou mesmo, que se garantam as mesmas. Como explicitação dessa idéia posta, a necessidade e ampliação de contatos profissionais (networking), que

trabalho, a fim de compensar a redução do número relativo dos trabalhadores explorados com o aumento, tanto do trabalho excedente relativo, quanto do absoluto” (MARX (A), 2005, p. 465).

³⁴ “Uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor de troca. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade, gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social” (MARX (A), 2005, p. 62-63).

ocorrem em eventos aleatórios diversos, é um exemplo moderno das necessidades sociais desenvolvidas historicamente.

Entretanto, essa extrapolação quanto à caracterização das necessidades por Marx não é entendida e sim somente como o mínimo necessário para sua subsistência. Nesse ponto Marx coloca isso como as necessidades básicas para a manutenção do Ser, enquanto vivo e concreto, porém, não citando os luxos da vida.

3.2.2. Caracterizando as necessidades humanas no capitalismo

No capitalismo a liberdade é fundamental, porém todas as coisas necessárias para a efetivação da liberdade são transformadas em mercadorias, retirando delas o valor de uso e exaltando o valor de troca. Assim, os produtos já não aparecem como resultante de um esforço coletivo, mas como propriedade de um e de outro e adquiri-los-á quem tiver como comprá-los.

Pode ser dito que a liberdade liberal permite o deslocamento do valor de uso para acentuar o valor de troca, assim garantindo a liberdade do negociante, onde tudo se transforma em coisa negociável. Se valorado fosse o valor de uso, não estaríamos numa sociedade de mercado, mas sim numa sociedade onde a liberdade é concebida como a possibilidade de todos satisfazerem a todas as necessidades humanas e sociais. Não é possível ser-se livre quando temos que hierarquizar satisfação de necessidades. Na grande maioria das vezes não é nem possível o exercício da livre escolha, como exemplifica Ernest Mandel (1991), ninguém fica entre a escolha de um pão ou uma passagem de avião.

Quanto maior for o número das necessidades construídas, através do avanço na capacidade de produção, maior será o dispêndio de recursos para satisfazer nossas necessidades. Todo produto novo constitui uma nova necessidade, assim o ser humano vai ficando cada vez mais pobre enquanto ser, pois acaba privilegiando a satisfação das novas necessidades em detrimento, muitas vezes, daquelas que o fazem crescer enquanto ser humano. A necessidade de consumo acaba sendo mais valorada que as necessidades enriquecedoras da nossa condição de seres humanos e ontologicamente sociais.

Neste sentido, acaba prevalecendo o individualismo, onde cada “[...] homem especula sobre a maneira como criar no outro uma nova necessidade para forçá-lo a novo sacrifício, o colocar em nova dependência, para atraí-lo a uma nova espécie de prazer e, deste modo, a ruína”. (MARX (D), 1987, Pg. 182). Exemplificando, prefere-se poupar para adquirir bens a viver bem a cada dia de sua vida, partilhando seus acontecimentos com o outro. “O homem torna-se cada vez mais pobre enquanto homem, necessita de mais dinheiro, para se apoderar do Ser hostil. O poder do seu dinheiro diminui em proporção inversa com a massa da produção, isto é, a sua necessidade aumenta à medida que cresce o poder do dinheiro.” (MARX (D), 1987, Pg. 184) Isto significa dizer que hierarquizamos a satisfação de nossas necessidades, conforme podemos acessar os produtos de acordo com o poder de compra, maior será a necessidade de dinheiro para poder comprar todos os produtos ofertados.

Assim, numa sociedade regida pela necessidade de consumo o dinheiro passa ser a maior das necessidades e, portanto, a autonomia do ser humano que depende deste dinheiro. Isso sob a lógica de que, como observamos nos capítulos anteriores o ser humano é ser humano concreto e real quando se encontra vivo e isso somente é possível ao passo que o individuo consegue saciar suas necessidades. Por isso, quando a condição para saciar as necessidades está dependente do dinheiro, a própria concretude do Ser se encontra condicionada à posse do dinheiro.

Portanto, em outras palavras podemos resolver que a sociedade humana se organiza numa teia que busca a satisfação de necessidades: se produzimos, é para satisfazer carências humanas, porém o ser humano demonstra de forma contundente a perda de sua autonomia pela necessidade existencial real. Se não bastasse, na sociedade capitalista, todos os produtos e serviços possibilitadores de satisfação de uma carência são apresentados em forma de mercadorias e como tais são consumidas de acordo com o poder de compra, sejam eles produtos materiais ou serviços. E quando não há necessidade apresentada, são criadas novas para continuar a corrida pelo dinheiro e finalmente poder comprar novos produtos mercantilizados. Sendo assim, a necessidade do ser humano envolvida nas relações de trocas interdependentes e forçada por essas a serem realizadas ante o porte de valor monetário, torna o ser humano redundantemente escravo de uma lógica que impossibilita àqueles despossuídos de seus meios de reproduzir autonomamente, entrar no círculo de trocas existentes no modo de produção capitalista. Não há escolha, não há autonomia.

Na citação abaixo, Agnes Heller comenta o movimento do capital na criação de novos produtos, manipulação de certas necessidades e o mascaramento da liberdade individual na escolha dos produtos, dito pelos ideólogos neoliberais, de sua preferência, criando os laços

que ampliam e recriam constantemente a prisão do ser humano ao mercado por ele mesmo criado. Mercado criado por ele, mas que a ele é servo, ao qual entrega sua autonomia em troca da satisfação de suas necessidades sob a forma de mercadorias transacionadas.

Uma certa necessidade não se torna em necessidade 'manipulada' por suas qualidades concretas, mas por causa dos seguintes fatores: a) objetos novos de necessidades e por conseqüentemente necessidades novas cada vez, aparecem ali donde a produção de certas mercadorias (e das necessidades correspondentes) é mais lucrativa do ponto de vista da valorização do capital; b) a verdadeira meta consiste na satisfação das necessidades de uma 'força essencial estranha' [...]; c) o aumento das necessidades pertencentes a um conjunto bem determinado e a orientação do particular a satisfazê-las, em detrimento do desenvolvimento de necessidades que, embora eles não sirvam para a valorização do capital ou inclusive o bloqueiem, são determinantes para a personalidade humana [...]. d) a liberdade individual é, por conseguinte, só aparente: o particular elege os objetos de suas necessidades e liquida as necessidades individuais de acordo não com sua personalidade, mas principalmente com o lugar ocupado na divisão do trabalho; e) em certo aspecto, o indivíduo fica precisamente mais rico (ele terá mais necessidades e objetos de necessidades); mas este enriquecimento é unilateral e não limitado por outras necessidades. [...] as necessidades manipuladas na atualidade não são só as peculiares das classes dominantes, pelo menos nos países capitalistas desenvolvidos (HELLER, 1998, p. 58).

Muitas vezes, em decorrência deste incentivo ao consumo, perdemos a noção da verdadeira necessidade humana. É evidente que não podemos considerar como necessidades humanas àquelas restritas a reprodução da vida. Embora, nesta sociedade, o capitalista restrinja as “[...] necessidades dos trabalhadores à manutenção indispensável e miserável da vida física e da sua atividade ao mais abstrato movimento mecânico, o economista³⁵, afirma que o homem, além delas, não tem necessidades, quer de atividade, quer de prazer; e, no entanto, declara que também esta vida constitui uma vida e uma existência humana.” (MARX (D), 1987, p. 184). Esta é mais uma das contradições do capitalismo: cria novas necessidades, produz o que as satisfará, no entanto, o trabalhador que as produziu está excluído da possibilidade de acessá-las no seu conjunto, pois com seus proventos mal consegue manter a sobrevivência individual e tão menos a da família. Como nos diz Karl Marx:

[...] o capitalista ao considerar como padrão e, sem dúvida, padrão universal (porque se aplica à massa dos homens) a vida mais pobre possível, faz do trabalhador um ser desprovido de sentidos e de necessidades [...]. Por conseguinte, todo o luxo do trabalhador lhe surge como reprovável e tudo o que vai além da necessidade superabstrata – quer como prazer passivo quer como manifestação da atividade pessoal – é pelo economista considerada como luxo (Marx (D), 1987, p. 184).

³⁵ “O economista (e o capitalista – ao falarmos dos economistas, estamos sempre a referir-nos aos homens de negócios...)” (MARX (D), 1987, p. 209)

Assim, o principal valor moral disseminado aos trabalhadores é a auto-renúncia, a renúncia da vida verdadeiramente humana ou, em outras palavras, a perda da autonomia. Assim, como já nos dizia Karl Marx:

[...] Quanto menos cada um comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar etc., tanto mais poupará, tanto maior será o seu tesouro. [...] Quanto menos cada um for, quanto menos cada um expressar a sua vida, tanto mais terá, tanto mais será a sua vida alienada e maior será a poupança da sua vida alienada. Tudo (XVI) o que o economista lhe retira da vida e da humanidade, repor-lho-á em dinheiro e em riqueza. Tudo o que não pode por si mesmo, conseguiu-lo-á o dinheiro em seu lugar: pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro. Sabe adquirir a arte, a erudição, os tesouros históricos, o poder político; pode viajar, apropriar todas essas coisas, comprar todas essas coisas. Ele é a verdadeira fortuna (MARX (D), 1987, p. 184).

Na economia capitalista para o trabalhador conseguir desfrutar a vida, deverá desejar muito acumular e mesmo sem conseguir acumular deverá seguir trabalhando ainda mais e poupando o máximo. E quem sabe um dia o trabalhador desfrutará daquilo que o dinheiro poderá lhe propiciar. Mas, para tanto, todas as vontades e todas as atividades devem mergulhar na mais profunda sovinice. Mesmo que para a grande maioria do trabalhador seja pago muito menos do que é necessário para viver, por isso ele deve querer apenas o que é essencial para a manutenção da vida e deve querer viver unicamente para isso, para ainda conseguir poupar.

Apesar de o mercado ser apresentado pelos capitalistas, como democrático, onde todos são livres para produzir e vender suas produções e simultaneamente consumi-las, não é todos que possuem condições de acessar a todos os produtos necessários à vida moderna, exigindo a adoção da prática de uma escolha e várias renúncias. E, quando estamos hierarquizando que necessidade vai se atender é porque não se está em condições de supri-las no seu total. Isso, porque a riqueza possuiu diferentes significados no modo de produção capitalista.

3.2.3. – Riqueza capitalista versus riqueza humana

István Mészáros (2002), no capítulo “A produção de riqueza e a riqueza da produção”, a partir dos escritos de Marx (Capital e Grundrisse), compara as determinantes da produção na antigüidade e no capitalismo, com objetivo de evidenciar a diferença da mediação do valor de uso e valor de troca na produção da riqueza e apropriação dela.

Na antigüidade, a riqueza como acúmulo privado não aparece como finalidade da produção, a finalidade da produção era o ser humano: então, nas palavras de Marx e utilizadas por Mészáros (2002, p. 606) a “produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza como o objetivo da produção”. Ou seja, o fim era atender às necessidades humanas, donde a riqueza era analisada pela capacidade do sistema dar resposta às carências de todos os integrantes de uma dada sociedade. E para inverter a finalidade da produção, não mais a riqueza da produção e sim a produção de riqueza; a produção capitalista separou o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do valor e não da utilidade.

Exemplos, apresentados por Marx (2005, p.357a), de comunidades donde a produção é voltada para o consumo e não para a produção de mercadorias e conseqüentemente, de riqueza a capitalistas, são as pequenas comunidades indianas as quais se baseiam na posse comum das terras, na união direta entre agricultura e artesanato e numa divisão fixa do trabalho.

Outro exemplo, dado por Marx (MARX (A), 2005, p. 282) e mencionado por Mészáros (2002, p. 607), referencia às

[...] determinações internas da produção e distribuição na estrutura do sistema de guildas e em relação ao sistema e às demandas do capital mercantil [...] As guildas se defendiam das tendências do capital mercantil através da manutenção da produção de valores de uso. As leis das corporações limitam o número de ajudantes que um único mestre de corporação podia empregar e tais ajudantes tinham o mesmo ofício do mestre da corporação. Assim, a corporação defendia-se de qualquer intrusão do capital mercantil. Ao comerciante era permitida a compra de todas as mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria. O comerciante apenas distribuía os produtos artesanais. E, se o desenvolvimento da corporação provocasse uma progressiva divisão do trabalho, elas [...] dividiam-se em pequenas espécies ou fundavam novas corporações ao lado das antigas, porém sem que diferentes ofícios se reunissem em uma oficina [...], excluindo, [...], portanto, a divisão manufatureira do trabalho” (MARX (A) 2005, p. 282).

É pouco provável que tal tipo de organização possa ser recriada em um estágio muito avançado do desenvolvimento social. “[...] Pois todo o sistema de necessidades humanas,

junto com as condições de satisfação, é radicalmente alterado no curso das transformações históricas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 608).

Mas, conforme Mézaros (2002), a crítica socialista não pode se limitar a restaurar o valor de uso à sua importância passada e, sim, promover a função adequada, dinâmica e criativa, de regulação do sociometabolismo³⁶, ou seja, dos mecanismos necessários ao organismo para a formação, desenvolvimento e renovação das estruturas sociais e para a produção da riqueza necessária às manifestações interiores e exteriores da vida, bem como às reações sociais.

Ampliar a produção com o mesmo capital variável aplicado, ou seja, aumentar a produtividade é uma necessidade do capitalista, à medida que pode assegurar-lhe vantagem competitiva com a diminuição do valor de troca. Porém, em relação ao uso genuíno correspondente à necessidade humana nada é alterado, do ponto de vista capitalista pouco importa se é “necessidade” ou “uso”, o que lhe interessa é a realização de seu capital em uma escala ampliada. Sobre a necessidade ou o uso, o capitalista não tem nenhum controle, pois não tem qualquer garantia de encontrar, no domínio misterioso regido pela “mão invisível” do mercado, “[...] a demanda efetiva e a capacidade de consumo capitalisticamente legitimada equivalente por suas próprias mercadorias. Muito menos tem ele qualquer meio de determinar o uso ao qual o produto social na sua inteireza deve ser destinado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 620). Na sociedade capitalista o capital está em todos os lugares, tanto na produção quanto na circulação das mercadorias. Além de uma divisão social do trabalho anárquica, donde a produção é regida pelas leis de mercado as quais não são voltadas para a produção de interesse de uma coletividade, portanto, sem controle social e, sim, pela produção possibilitadora de acúmulo de riqueza individual; as coisas que são produzidas neste sistema são mercadorias, porque o produtor delas também transforma sua capacidade de trabalho em mercadoria ao vendê-la, por um tempo determinado, ao dono do capital.

A alienação de sua autodeterminação é característica típica da realidade objetiva, desde a menor à maior unidade fabril, pois suas atividades produtivas estão sob a regência do capital e “[...] necessariamente constituídas em conformidade com os imperativos materiais e organizacionais de estrutura de mercadoria que se aplica não menos ao trabalho vivo do que aos meios e ao material de produção” (MÉSZÁROS, 2002, p. 621), o que indica realidade de falta de autonomia nas empresas, a qual é resultado de uma divisão do trabalho condicionada pela propriedade privada, conforme já observamos nos capítulos anteriores.

³⁶ Ou seja, da lógica capitalista.

Sustentado na premissa de Mészáros, (2002), de que o capital está em todos os lugares, então, mesmo que uma unidade fabril seja regida pelos trabalhadores, através da associação de produtores, se inserida numa sociedade capitalista não terá como se isentar da presença do capital, ou seja, perde a autonomia, pois a presença do capital, ante a questão da circulação, submete essas associações produtivas, ou seja, unidade fabril. Ele se fará presente na aquisição dos meios de produção (trabalho morto produzido com a presença de mais-valia) e os produtores certamente seguirão as leis de mercado para manter a unidade em atividade e em condições de competir.

A homogeneização, historicamente única, de todas as relações produtivas e distributivas completa o círculo vicioso do capital e se torna uma condição absoluta da ordem sociometabólica controlada pelo capital. Sem ela o sistema do capital não poderia se reproduzir devido às clivagens e contradições que ele necessariamente gera no curso de sua articulação histórica. Entre outras coisas, a unidade entre necessidade e produção - característica dos modos anteriores de intercâmbio metabólico com a natureza, na medida em que a “finalidade deles é o homem”, já que orientam a si próprios para a produção de valor de uso - é totalmente rompida no sistema do capital. De fato, para ser mais preciso, este é caracterizado por uma dupla ruptura. E, segundo, as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como valores de uso relacionados à necessidade. [...] Além disso, é uma determinação estruturante vital do sistema que o capital não possa se renovar sem a apropriação do trabalho excedente da sociedade (isto é, sob o capitalismo, a mais-valia produzida pelo trabalho vivo mercantilizado com o qual o capital deve trocar a massa de mercadorias disponível, de modo a realizá-la como valor e começar de novo, em escala ampliada, o ciclo capitalista de produção e reprodução). Conseqüentemente um novo tipo de unidade deve ser gerada para ser capaz de deslocar as contradições dessa dupla ruptura (ainda que jamais possa superá-las completamente), ao mesmo tempo em que mantém a existência das clivagens estruturais (MÉSZÁROS, 2002, p. 624).

Não obstante a alienação dos meios e do material do trabalho vivo é pequena parte da dinâmica capitalista. Não é por si só a expropriação dos meios de produção o agente dinamizador deste poder objetual que rege o capitalismo, o sistema de distribuição e divisão do produto social são fatores determinantes para o reconhecimento do sistema capitalista tal como ele é, e mesmo assim, ante a determinantes específicos, os quais serão estudados mais a frente.

Portanto, é correto afirmar que o aspecto mais importante do processo que dinamiza o capitalismo é a especificidade de sua divisão e fragmentação do trabalho que acompanha a estrutura da produção de mercadorias a qual priva totalmente o trabalho vivo da supervisão e do controle do processo de trabalho da sociedade, junto com a sua dimensão distributiva. Ou

seja, é o poder objetual identificado em determinado momento histórico e neste que iremos discutir o capitalismo.

3.2.4. Riqueza capitalista: a acumulação como uma necessidade sistêmica e sistema escravização através das necessidades

Uma pessoa capitalista que aplica determinada quantia de dinheiro na compra de meios de produção e na contratação de trabalhadores quer recuperar a soma de dinheiro adiantada para pôr em ação um trabalho e ainda obter lucro. Não é algo opcional, um desejo, mesmo do capitalista travestido no papel de empresário, mas sim uma lógica, uma dinâmica, que se ergue contra o homem sob a forma uma consciência alienada dele. Ou seja, nas palavras de Marx: “A conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função de capital” (MARX (B), 2005, p. 657).

Ao utilizar o seu dinheiro, sob a forma de um capital a ser investido, uma pessoa deverá aplicar sua riqueza acumulada (o capital) de forma a conseguir uma remuneração sob sua riqueza, pois a mesma necessita disso para manter suas condições de continuamente suprir suas necessidades. Não somente as suas, mas de seus dependentes se no caso houver. Portanto, ao utilizar uma riqueza acumulada, indubitavelmente, o ser humano, no capitalismo, deverá, primeiramente remunerar seu capital com o objetivo de obter mais dinheiro para propiciar e manter a sua subsistência e daqueles que estão na condição de seus dependentes.

Para o início de qualquer unidade de produção é necessário os meios de produção (prédio onde será instalado, maquinário e matéria-prima) e força de trabalho³⁷. Numa produção capitalista tais condições de produção são denominadas de capital constante e capital variável³⁸. Quando o organizador ou organizador de tal unidade de produção irá

³⁷ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX (A), 2005:197).

³⁸ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. [...] A parte do capital convertida em força de

produzir com a presença do trabalho assalariado, terá que ter disponível uma soma de dinheiro ou de valor adiantado para a contratação de trabalhadores. Nesse caso, tal unidade não é de trabalho e sim uma unidade de produção de capital.

Em Karl Marx, encontramos três maneiras possíveis de se obter lucro: vender um produto com valor monetário maior do aplicado na sua compra, gerando um valor excedente (mais-valia), é o chamado capital mercantil; pela cobrança de juro de dinheiro emprestado⁽³⁹⁾ e, por último, através do emprego do trabalho produtivo⁽⁴⁰⁾, donde é possível a obtenção do lucro com o trabalho excedente, ou seja, com o uso da força de trabalho além do necessário para a obtenção dos valores do salário pago ao trabalhador. Então, todo o excedente possibilita uma mais-valia, um valor a mais do que o adiantado como dinheiro inicial.

[...] Se o capital inicial era uma soma de valores = x, este x terá que transformar-se e transformar-se-á em capital, em $x + \Delta x$, quer dizer, numa soma de dinheiro ou soma de valor = à soma de valor original + um excedente para além desta soma de valor inicial; na grandeza monetária dada = dinheiro adicional; no valor dado + mais-valia. A produção de mais-valia – que inclui a conservação do valor inicialmente adiantado – apresenta-se assim como o fim determinante, o interesse propulsor e o resultado final do processo de produção capitalista, isto é, como aquilo em virtude do que o valor original se transforma em capital (MARX (C), 2004, p. 40-41).

Desta forma, mostra-se que na produção industrial poderia ser criado excedente sem o uso da mais-valia. Entretanto, o excedente nesta condição se entende como uma sobra da diferença do dinheiro aplicado e resultado obtido no final do processo, diferença essa identificada como lucro. E esse lucro, ao contrário da mais-valia, pode aumentar com racionalização nos custos com as condições coletivas de trabalho.

trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável. As mesmas partes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, se distinguem em elementos objetivos e subjetivos, em meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produzir mais-valia, se distinguem em capital constante e capital variável” (MARX (A), 2005:244/245).

³⁹ “[...] os juros que - seja qual for o seu montante - extorque ao produtor imediato -, não são mais do que outro nome da mais-valia. De fato, (*o capital usurário*) transforma o seu dinheiro em capital, arrancando ao produtor direto, trabalho não pago, sobretrabalho” (MARX (C), 2004:91).

⁴⁰ Só é produtivo o trabalho consumido com vista à valorização do capital. "O trabalhador produtivo é aquele que aumenta a *riqueza de seu patrão*". A diferença entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais-valia em capital. [...] A determinação do *trabalho produtivo* (e, por conseguinte também a do *improdutivo*, como seu contrário) baseia-se pois no fato de a produção do capital ser produção de mais-valia e do trabalho por ela empregado, ser trabalho produtor de mais-valia” (MARX (C), 2004, p. 120).

O lucro, ao contrário da mais-valia, pode aumentar graças ao emprego econômico das condições de trabalho coletivas, quer, por exemplo, porque se poupa nos edifícios, no aquecimento, na iluminação etc., quer porque o valor da força motriz (*prime motor Ing.*) não cresce na mesma medida que a sua potência, quer por economias no preço da matéria-prima, por reciclagem dos desperdícios, (racionalização) dos custos de administração, grandes depósitos da produção em massa etc.; todos estes embaratecimentos relativos do capital constante, junto ao aumento absoluto do seu valor, baseiam-se em que estes meios de produção - meios e materiais de trabalho - se empregam coletivamente e esta utilização coletiva tem como premissa absoluta a cooperação de operários associados e, portanto, não é ela própria mais do que a expressão objetiva do caráter social do trabalho e da força produtiva social que daí resulta; também na sua maior parte a forma particular destas condições - por exemplo como maquinaria - não é aplicável fora do trabalho associado” (MARX (C), 2004, p. 125-126).

De outro, o possuidor de uma dada mercadoria⁴¹ pode, com seu trabalho, aumentar o valor da mercadoria, acrescentando, com novo trabalho, novo valor ao valor já existente, por conter maior quantidade de trabalho. Como uma mercadoria que se transforma em matéria-prima de outra estará agregando valor com mais trabalho, o valor da mercadoria matéria-prima permanece o mesmo, não aumenta, não adquire valor excedente (mais-valia) no período de fabricação de nova mercadoria. Mas, a agregação de valor com mais trabalho é possível, porque há um processo de trabalho iniciado pelo que foi resultado de outro processo de trabalho e, portanto, adquirida no mercado onde acontecem as relações de troca com valor-de-troca⁴². Assim, foi possível a agregação de novo valor pelo contato de um produtor com outros produtores.

⁴¹ Marx define a mercadoria do seguinte modo: a mercadoria é uma coisa capaz de satisfazer as necessidades humanas, independente da classe que cada um pertence. A este respeito é irrelevante o fato de que se trata de necessidades do estômago ou da fantasia. A satisfação da necessidade constitui a condição *sine qua non* para qualquer mercadoria. Qualquer valor só existe pela utilidade do objeto (que satisfaz necessidades), mas pode existir objeto sem valor de troca, embora elas satisfaçam necessidades, ou seja, só existe enquanto valor de uso, portanto não cambiável. Resumidamente: um objeto só se torna mercadoria quando nele está contido o valor de troca (MARX (A), 2005).

⁴² “[...] Não se pode explicá-la pelo desvio dos preços em relação aos valores. Se os preços se desviarem realmente dos valores, devemos reduzir aqueles a estes, pôr de lado essa circunstância, por ser eventual, para termos, em sua pureza, o fenômeno da formação do capital na base da troca de mercadorias e para não nos deixar confundir nas observações, por circunstâncias perturbadoras que nada têm a ver com o processo propriamente dito. Sabemos, de resto, que essa redução não é um método apenas científico. As contínuas oscilações dos preços de mercado, subidas e quedas, compensam-se, anulam-se reciprocamente e reduzem-se ao preço médio, a sua lei interna. O preço médio constitui a estrela guia do comerciante ou do industrial em todo empreendimento que requer tempo. Ele sabe que, observando um período longo em seu conjunto, as mercadorias se vendem realmente de acordo com um preço médio, nem abaixo nem acima dele. Se quisesse pensar num plano acima dos seus interesses imediatos, formularia o problema da formação do capital da seguinte maneira: “Como pode o capital originar-se, supondo-se que os preços são regulados pelo preço médio, ou seja, em última instância, pelo valor da

Segundo Marx, somente pelo trabalho é possível a atribuição de valor⁴³, pois é ele que transforma uma coisa sem valor em produtos válidos para o atendimento de necessidades da pessoa, do trabalho ou da produção. Então, as coisas possuem um valor pela sua utilidade e o valor-de-troca é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Embora as coisas tenham um valor determinado pelo tempo de trabalho empregado, o:

[...] possuidor de dinheiro, que, no momento, prefigura o capitalista, tem que comprar a mercadoria pelo seu valor, vendê-la pelo seu valor e, apesar disso, colher, no fim do processo, mais valor do que nele lançou. Sua metamorfose em capitalista deve ocorrer dentro da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Tais são as condições do problema [...] (MARX (A), 2005, p. 196-197).

Só é possível acúmulo de capital com o trabalho e quanto menos se pagar pelo trabalho mais se acumula em capital.

A mudança do valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. Ao servir de meio de compra ou de pagamento, o dinheiro apenas realiza o preço da mercadoria, que compra ou paga, e, ao manter-se em sua própria forma, petrifica-se em valor de magnitude fixada. Tampouco pode a mudança de valor decorrer do segundo ato da circulação, da revenda da mercadoria, pois esse ato apenas reconverte a mercadoria da forma natural em forma dinheiro. A mudança tem, portanto, que ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato D — M, mas não em seu valor, pois se trocam equivalentes, as mercadorias são pagas pelo seu valor. A mudança só pode, portanto, originar-se de seu valor-de-uso como tal, de seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX (A), 2005, p.197).

Se por um lado é o trabalho o responsável pela transformação de coisas inúteis em coisas úteis, portanto, atribuindo valor, não é o trabalho o responsável pela transformação do dinheiro proveniente da venda das coisas, em capital. O dinheiro adiantado pelo capitalista na compra dos meios de produção e instrumentos de trabalho, possibilita que o trabalho entre em ação, mas, não por estes materiais que o proprietário reembolsará tal valor e ainda um valor

mercadoria?” Digo em última instância, porque os preços médios não coincidem diretamente com as magnitudes do valor das mercadorias, conforme pensam A. Smith, Ricardo e outros” (MARX (A), 2005:196).

⁴³ “[...] é justamente como criador de valor que o trabalho vivo se incorpora de maneira constante no processo de valorização do trabalho objetivado. Como esforço, como dispêndio de força vital, o trabalho é a atividade pessoal do operário” (MARX (C), 2004:54).

excedente. É sim, excluindo o produtor, no caso trabalhador assalariado⁴⁴, do usufruto do resultado de seu próprio trabalho⁴⁵. Ou seja, é a expressão da distribuição desigual sob as formas quantitativa e qualitativa com origem ontológica, origem ontológica do ser humano e da sociedade, já previamente observada no capítulo anterior, onde demonstramos que além da desigualdade qualitativa de quantitativa, há incapacidade do ser humano em se autônomo, já que a própria desigualdade reproduz o poder de dominação não-uniforme de distribuição da riqueza gerada que dá acesso às necessidades humanas. O valor por ele produzido fica distante, assim como a possibilidade de emancipação ante o proprietário dos meios de produção, em suma, mantendo a falta de autonomia humana ante a prisão da necessidade.

[...] Esta força que conserva o valor e cria o novo valor é, por conseguinte, a própria força do capital e este processo apresentam-se como processo de autovalorização do capital, melhor dizendo, de empobrecimento do operário, que ao criar o valor que produz, produzi-lo ao mesmo tempo como um valor que lhe é alheio” (MARX (C), 2004, p. 54).

Assim, que efetivamente produz, através do trabalho, apenas tem acesso a um mínimo necessário à manutenção, reprodução de sua própria força de trabalho. O excedente, o valor monetário decorrente do efetivamente produzido menos o valor pago, recebido pelo trabalho desenvolvido, é na relação capitalista de trabalho apropriado pelo capitalista: a mais-valia. É a extração de mais-valia que possibilita ao proprietário dos meios de produção o acúmulo de capital.

No interior do processo imediato de produção já não existe o capital variável nem na forma monetária nem na de mercadoria; existe sob a forma do trabalho vivo de que aquele se apropriou mercê da compra da capacidade de trabalho. E é apenas devido a esta transformação do capital variável em trabalho que a soma de valores adiantada sob a forma de dinheiro ou mercadorias se converte no fim de contas em capital. [...] A riqueza objetiva transforma-se em capital só porque o operário, para subsistir, vende a sua capacidade de trabalho. As coisas que são condições objetivas do trabalho, ou seja, os meios de produção e as coisas que são condições objetivas

⁴⁴ “O trabalho assalariado é, pois, para a produção capitalista, uma forma socialmente necessária do trabalho, assim como o capital, valor elevado a uma potência, é uma forma necessária que devem adotar as condições objetivas do trabalho para que este último seja trabalho assalariado. De modo que o trabalho assalariado constitui uma condição necessária para a formação de capital e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista. Por consequência, embora o primeiro processo - a troca de dinheiro por capacidade de trabalho, ou a venda de capacidade de trabalho - não entre como tal no processo imediato da produção, participa pelo contrário na produção da relação no seu conjunto” (MARX (C), 2004:73).

⁴⁵ “O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma ? mercadoria dos produtos do trabalho”. (MARX(A), 2005:200) **VER ORIGINAL**

para a conservação do próprio operário, isto é, os meios de subsistência, só se convertem em capital ao confrontarem-se com o trabalho assalariado. [...] Sem produção de mais-valia, não há nenhuma produção capitalista e, portanto nenhum capital, nem nenhum capitalista! Capital e trabalho assalariado (assim denominamos o trabalho do operário que vende a sua própria capacidade de trabalho) não exprimem mais do que dois fatores da mesma relação. O dinheiro não pode transmutar-se em capital se não for trocado por capacidade de trabalho, enquanto mercadoria vendida pelo próprio operário. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando as suas próprias condições objetivas com ele se defrontam como potências autônomas, propriedade alheia, valor que existe para si mesmo e tudo chama a si mesmo; em resumo, capital (MARX (C), 2004, p. 72).

Mas, apesar da produção de mercadorias com a presença de mais-valia ser o fundamento do capital, ele só vai se efetivar, retornando para o capitalista o dinheiro adiantado e mais o excedente, com a venda da produção lançadas na esfera da circulação de mercadorias. Ao capitalista

[...] importa vendê-la, realizar seu valor em dinheiro e converter de novo esse dinheiro em capital, repetindo continuamente as mesmas operações. Esse movimento circular que se realiza sempre através das mesmas fases sucessivas constitui a circulação do capital. (MARX (B), 2005, p. 657).

O capitalista que produz a mais-valia é quem primeiro se apropria dela, mas não é ele o último proprietário⁴⁶.

Tem de dividi-la com capitalistas, que exercem outras funções no conjunto da produção social, com os proprietários de terras etc. A mais-valia se fragmenta, assim, em diversas partes. Suas frações cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem, por isso, formas diversas, independentes entre si, tais como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra etc. (MARX (B), 2005, p. 657).

Apesar disso, continua sendo o capitalista o produtor responsável por toda a mais-valia extraída ou o representante de todos os que participam com ele do despojo do trabalhador, do

⁴⁶ A fragmentação da mais-valia ocorre no espaço de circulação das mercadorias, assim, as cooperativas, conforme nos **propusemos anteriormente** a investigar, caso não fosse mudado o foco do estudo, também entram nesse fracionamento da mais-valia. O comércio justo renegaria o consumo de qualquer *coisa* produzida com a presença de mais-valia, ou seja, mesmo **dentro** do sistema capitalista, as cooperativas sofreriam ante os processos capitalistas que reúne pistas que indicam a falta de autonomia das mesmas. Entretanto, como as cooperativas não são o objeto principal deste estudo, a nota se faz por se consentir a necessidade de se perpassar ante ao desenvolvimento da idéia de projeto demonstrado capítulo primeiro desta monografia. Entrementes, demonstra de qualquer forma a quebra da autonomia na humanidade, pois a cooperativa é uma associação humana. Ante suas condicionantes de formação, de serem voluntárias ou não, não entraremos no certame por conta da questão de não se tratar do objeto de pesquisa.

proveito e do lucro. Apesar da acumulação de capital ocorrer quando o capitalista conseguiu vender a mercadoria produzida e assim fracionando a mais-valia em diversas partes

[...] em nada muda a natureza dela nem as condições necessárias em que ela se torna fator de acumulação. Qualquer que seja a proporção da mais-valia que o produtor capitalista conserve para si mesmo ou ceda a outrem, é sempre ele quem dela primeiro se apropria. Por outro lado, o fracionamento da mais-valia e a circulação que serve de veículo à acumulação obscurecem a forma fundamental do processo de acumulação (MARX (B), 2005, p. 658).

Ou seja, não se veste o capitalista como a forma fundamental do processo de acumulação, mas sim a própria lógica que fundamenta o sistema, apesar de a acumulação aparecer, transparecer sob a imagem do capitalista, ou seja, do proprietário que dispõe não somente sobre o direito da atividade, mas igualmente pelo produto de sua atividade. Neste caso, isso se traduz na relação empregatícia assalariada que existe no capitalismo e se apropria do produto do trabalho do seu empregado através da acumulação da mais-valia, reproduzindo não somente o sistema de manutenção do modo de produção, mas igualmente os laços de dominação ante a expropriação do trabalhador de seus meios de trabalho. O ser humano assim se escraviza para dar ao capitalista mais lucro que potencializa cada vez mais a dominação sobre si mesmo, e assim, perdendo sua autonomia. Sobre a obrigação de conseguir satisfazer suas necessidades o ser humano perde sua autonomia.

Portanto, traço marcante do sistema capitalista desde seu início é a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca (o que possibilita ao trabalhador obter suas necessidades e ao capitalista reproduzir seu capital), no interesse da auto-realização ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 606). Assim, tudo que é produzido pelo capital tem valor de troca, portanto, são mercadorias e não produtos. E os capitalistas, como produtores de mercadorias, visam a produção da riqueza individual e não uma rica produção no sentido de visar atender às necessidades humanas e, deste modo, estar baseado no valor-uso. Mas, na mercadoria também está incluso um valor-de-uso, no contrário não seria consumida pelas pessoas. As mercadorias são possuidoras de valor-de-troca por serem elaboradas num processo de trabalho com a presença de mais-valia, então, na circulação de mercadorias o que está circulando é o capital. E o valor-de-troca é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma coisa, assim, com o avanço tecnológico diminui o tempo de trabalho. Com a diminuição do tempo de trabalho, diminui o tempo socialmente necessário e com ele o valor-de-troca, assim, as empresas que não

conseguem programar, no seu processo de trabalho, tais avanços tecnológicos estão sujeitas a diminuição de seus lucros ou até mesmo à falência.

A mercadoria é valor-de-uso ou objeto útil e 'valor'. Ela revela seu duplo caráter, o que ela é realmente, quando, como valor, dispõe de uma forma de manifestação própria, diferente da forma natural dela, a forma de valor-de-troca; e ela nunca possui essa forma, isoladamente considerada, mas apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria diferente. Sabido isto, não causa prejuízo aquela maneira de exprimir-se, servindo, antes, para poupar tempo. Nossa análise demonstrou que a forma ou a expressão do valor da mercadoria decorre da natureza do valor da mercadoria, não sendo verdade que o valor e sua magnitude se originem da expressão do valor da mercadoria; do valor-de-troca. Apegaram-se, entretanto, a essa quimera os mercantilistas, seus discípulos modernos, como Ferrier, Ganilh etc., e os antigos (MARX, 2005, p. 82a).

Exceto na sociedade capitalista, todos os demais tipos societários, o produto do trabalho é valor-de-uso, donde não há separação entre o produtor e produção. Na sociedade capitalista temos a produção de mercadorias, ela é um objeto útil, produzida pelo trabalho humano, mas, não destinada ao consumo do produtor e nem destinada a troca de excedentes entre produtores, é colocada à venda no mercado e seu valor é determinado pelo tempo de trabalho despendido na sua produção. Então, nas palavras de Marx (2005, p. 83a), “[...] o trabalho despendido na produção de uma coisa útil é propriedade ‘objetiva’, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria”. Portanto, “[...] não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca” (2005, p. 85a).

Já na época de Marx, certos escritores especializados pretendiam provar a eterna necessidade natural do capital. No debate com tais autores, ele dizia que se o fosse representado na forma de materiais e dos meios de trabalho ou os elementos objetivos do processo de trabalho, por certo o capital seria necessário em qualquer tipo societário, mas nunca nos capitalistas. Todavia, se assim fosse capital seria apenas um nome dado a tudo que é necessário para colocar em movimento um processo de trabalho. Mas, Marx segue sua análise crítica dizendo que capital não é um nome para identificar os elementos de um processo de produção. É capital porque a produção capitalista separou o produtor do resultado de seu próprio trabalho e o objetivo do capitalista não é a produção em si, o que lhes importa é o quanto de trabalho não-pago que se pode acumular, ou seja, a quantidade de mais-valor da quantia paga ao trabalhador pelo seu trabalho no processo de transformação de uma matéria-prima em um objeto utilizável.

Entre os autores criticados por suas concepções, ele dá destaque para Proudhon e F. Wayland. Conforme os escritos de Marx (2005c), Wayland e Proudhon⁴⁷ distingue capital e produto dentro do processo de produção e da circulação capitalista, o primeiro, o capital, seria a matéria-prima que uma vez transformada terá a forma de produto. Já Proudhon diz que o que transforma um produto em capital é a idéia de valor. Veementemente, Marx diz que na produção capitalista não há um produto, há uma mercadoria no processo final da produção e o valor atribuído a ela é a quantidade de mais-valia extraída do trabalho, portanto, valor não é uma idéia, ele é objetivamente atribuído pelo trabalho. Este mais-valor sob o trabalho é capital, ou seja, não natural, mas sim obra da determinação deste poder objetual que retira do ser humano o poder de decidir sobre sua produção, ou seja, sua autonomia ante a produção. Então, o capital se materializa sob diferentes formas: dinheiro, matéria-prima elaborada e em coisas necessárias à reprodução da vida e para outros processos de produção, aos quais se apresentam como mercadorias. Assim, o capital está presente nas mais diferentes esferas de nossas vidas. Mas, só há uma forma do capital se objetivar: na relação de exploração do trabalhador. Assim, o produto do capitalista é a mais-valia.

Quando considera o processo de produção capitalista apenas do ponto de vista do processo de trabalho, o economista declara que o capital é uma mera coisa — matéria-prima, instrumento, etc. — mas vem-lhe à mente, depois, que o processo de produção é também, contudo, processo de valorização e que, com respeito a este último processo, aquelas coisas só entram em linha de conta como valor. ‘O mesmo capital existe ora sob a forma de uma soma de dinheiro, ora sob a de uma matéria-prima, de um instrumento, de uma mercadoria terminada. Essas coisas, falando com propriedade, não são o capital; este se alberga no valor que elas têm’. Na medida em que este valor ‘se conserva, já não desaparece, se reproduz, se liberta da mercadoria que o criou e, como uma qualidade metafísica e não substancial, permanece sempre em posse do mesmo produtor (quer dizer, capitalista)’, o que acaba de ser denominada coisa, é agora proclamado como uma “idéia comercial”. [...] O produto do processo de produção capitalista não é nem mero produto (valor de uso), nem uma mera mercadoria, quer dizer, um produto que tem valor de troca; o seu produto específico é a mais-valia. O seu produto são mercadorias que possuem mais valor de troca, quer dizer, que representam mais trabalho do que o que foi adiantado para a sua produção, sob a forma de dinheiro, de mercadorias. No processo capitalista de produção, o processo de trabalho só se apresenta como meio, o processo de valorização ou a produção de mais-valia como fim. Quando o economista se lembra disto, declara que o capital é uma riqueza utilizada para obter “lucro” (MARX (C), 2004, p. 67-68).

Se entendermos que o capital se faz presente na circulação das mercadorias, então podemos dizer que pelo fato das cooperativas consumirem mercadorias, por exemplo, para

⁴⁷ Sobre a crítica a estes autores ver: MARX, Karl. *Capital VI – inédito de O Capital*. Tradução Klaus Von Puchen. 2ª ed. Editora: Centauro. São Paulo, 2004, p. 66-67.

colocar em movimento o seu processo de trabalho e para a reprodução da força de trabalho, há a presença de capital no interior das relações. Mas não somente isso o faz submisso às forças que engendram essa dominação, fisicamente, enquanto força de produção ele é expoliado continuamente pela ampliação da mais-valia, o que reproduz na atividade, sua submissão à propriedade, a qual em conjunto com a divisão do trabalho, divide o trabalho do Ser em espiritual e em material, porém, nenhum deles pertencendo-o mais, é a completa retirada do ser humano se sua autonomia seja no plano material ou metafísico.

3.2.5. A submissão do ser humano ante a mais-valia: o poder do capital fixo

A cooperação dos seres humanos em sociedade se dá em um esforço coordenado por um poder objetual que dinamiza a reprodução real dos seres humanos e estes só existem enquanto são vivos, só produzem necessidades enquanto vivem em sociedade e somente são humanos quando se relacionam entre si. Porém ser não é questão de autonomia, é uma questão de estar vivo. A questão de uma independência metafísica, dentro do capitalismo não cabe na discussão, pois ela não existe.

O ser humano é dominado, não somente pela sua expressão metafísica, mas igualmente por sua condição física. O poder objetual que sobre ele se levanta o domina onde este consegue se realizar concretamente como indivíduo, como ser vivente, ou seja, ele é dominado em sua atividade da qual ele retira seu sustento.

Dessa atividade se desenvolvem todos os aspectos os quais qualificam o ser como um indivíduo social e assim um humano componente da humanidade. Ao produzir, ele troca em sociedade, pois individualmente ninguém se sustenta. A sustentabilidade requer sociabilidade, ou seja, adentrar no mercado de trocas e, portanto, cooperar involuntariamente em sociedade.

Pela propriedade privada e ainda mais explicitamente, com a detenção por parte de uns e expropriação por parte de outros dos meios de produção do ser humano, se submete os indivíduos a cooperarem sob os comandos dos proprietários. Essa submissão se dá sob a forma de vender (tendo como opção morrer de fome, ou seja, sem nenhuma outra opção) sua força de trabalho.

Essa força de trabalho será usada para conseguir obtenção de mais-valia, o que garante não somente o processo de acumulação, mas igualmente, cada vez mais o aprisionamento dos indivíduos reunidos a um processo que deles retira sua independência física. Pois, para obtenção de mais-valia, o uso de maquinaria acaba por determinar a produtividade desta mão-de-obra e prende este a todo o processo, atrelando o trabalhador cada vez mais ao processo capitalista.

A cooperação pressupõe a coordenação do esforço coletivo para atingir objetivos comuns. [...] Marx observa que a cooperação se manifesta desde o início da civilização humana. Estando presente nos modos de produção anteriores ao capitalismo, ressalta ele, é preciso distinguir a cooperação que se fundamenta na propriedade comum dos meios de produção, a que se baseia nas relações diretas de domínio e servidão (como na Idade Média), daquela que pressupõe o assalariamento, ou seja, a venda da força de trabalho. É no capitalismo que a cooperação aparecia como força produtiva do capital; seu valor de uso torna-se a produção de mais-valia, assegurada pela reunião e atuação de vários trabalhadores no mesmo local ou no mesmo campo de atividade. Sob a coordenação, direção e controle do capitalismo e daqueles que o representam na divisão do trabalho, a cooperação é obtida através da emulação dos trabalhadores. Ao determinar o ritmo e a intensidade do trabalho coletivo, a maquinaria cumpre um papel fundamental no processo cooperativo, garantindo a submissão real do trabalhador ao capital. A produtividade do capital não seria a soma das forças individuais de trabalho, mas o resultado da nova força produtiva pelo trabalho combinado dos trabalhadores assalariados (JESUS e TIRIBA, 2003, p. 50-51)

O ser subjugado à máquina se perde na imensidão de um sistema que o torna então insignificante perante o todo e, assim, sua possibilidade de auto-reproduzir não existe. O trabalho não existe para si e sim para o todo, o ser humano se encontra destituído de sua atividade.

El proceso de producción há dejado de ser proceso de trabajo en sentido de que El trabajo se extiende por encima de él, como unidade que lo domina. El trabajo más bien exclusivamente como órgano consciente, en la forma de trabajadores vivos individuales em muchos puntos Del sistema mecánico; disperso, subido en el proceso global de la maquinaria misma, exclusivamente com um miembro del sistema, cuya unidad no existe en los trabajadores vivos, sino em la maquinaria viva (acitva), que se presenta frente al trabajador, frente a su atividade individual e insignificante, como un poderoso organismo (Marx, 1977, p. 82)⁴⁸.

⁴⁸ Em tradução livre: “O processo de produção tem deixado de ser processo de trabalho no sentido de que o trabalho se sobrepõe a ele, como uma unidade que o domina. O trabalho, mais exclusivamente tido como um órgão consciente, na forma de trabalhadores vivos individuais em muitos pontos do sistema mecânico, submerso no processo global da própria maquinaria, exclusivamente como um membro do sistema cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas sim na maquinaria viva (ativa), que se apresenta frente ao trabalhador, frente a sua atividade individual e insignificante, como um poderoso organismo” (Marx, 1977, p. 82).

Isso ocorre ao passo que quando o trabalho vivo se confronta com o trabalho objetivado, a força de trabalho vira acessório do processo de produção e sua significância no processo produtivo diminui relativamente. A capacidade do trabalho individual do ser humano engendrado nessa rede de produção imensa fica obscurecida e some à sombra do mesmo. Entretanto isso não é uma decisão de uma massa idealizadora, mas sim parte do processo de produção real, posto e condicionante do saciamento das necessidades humanas. É uma condição que pressupõe a organização e manutenção da sociedade e da humanidade como tal.

En la maquinaria el trabajo objetivado se contrapone materialmente al trabajo vivo como fuerza que lo domina y como subsunción activa de este bajo si mismo, no solo a través de la apropiación del trabajo vivo, sino en el proceso de producción real mismo; la relación de capital em cuanto relación de valor que se apropria la actividad valorizadora, está puesta em el capital fijo que existe como maquinaria, como relación de valor de uso do capital con el valor de la capacidad de trabajo; el valor objetivado en la maquinaria se presenta además como un presupuesto, frente al cual la fuerza valorizadora de la capacidad de trabajo individual desaparece como algo infinitamente pequeño (Marx, 1977, p. 82-83)⁴⁹.

Portanto o que Marx afirma é que o ser humano, individualmente, no processo produtivo, e gerador de riqueza, para o capitalismo, é de pouca importância. Essa falta de significância deixa o ser humano sob uma situação de impotência ante a situação e sua submissão ao modo de produzir a vida, ante a situação concreta de reprodução vira pó, sendo que este perde seu poder de autodeterminação perante sua existencialidade. Não possui força para existir sozinho e, portanto, sua autonomia desaparece.

Si el trabajo individual em general deja de presentarse como productivo, o mejor dicho, sólo es productivo en los trabajos colectivos que subordinan a si mismo las fuerzas de la naturaleza; y si esta elevación del trabajo social se presenta como una reducción del trabajo individual a una situación de impotencia frente a la comunidad representada e concentrada en el capital (Marx, 1977, p. 82-83)⁵⁰.

⁴⁹ Em tradução livre: “Na maquinaria o trabalho destinado se contrapõem materialmente ao trabalho vivo como uma força que o domina e como subjunção ativa deste sobre si mesmo, não só através da apropriação do trabalho vivo, mas sim no mesmo processo real de produção; a relação de capital como uma relação de valor da qual a atividade valorizadora se apropria, está posta no capital fixo que existe como maquinaria, como uma relação do uso do capital com o valor da capacidade do trabalho; o valor objetivado no maquinário se apresenta mais como um pressuposto frente ao qual a força valorizadora da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno” (Marx, 1977, p. 82-83).

⁵⁰ Em tradução livre: “Se o trabalho individual deixa de apresentar-se como produtivo, ou melhor, dizendo só é produtivo nos trabalhos em equipe que subordinam a si mesmos as forças da natureza; e se esta elevação do

Ao passo que torna evidente que esta força o domina pela divisão do trabalho, contrapondo principalmente as potencialidades da produção social em relação à produção individual, ainda sim restaria ao homem à condição de sobreviver sozinho se no caso ele conseguisse produzir sozinho suas necessidades. Ao aplicar o capital fixo sob a forma de maquinaria, o ser humano se transforma em assessorio do processo de produção e desta forma o capital encontra o primeiro fator que dinamiza a atividade econômica sob lógica do modo de produção capitalista, não somente torna cada vez mais o ser humano força produtora mais ineficiente, como igualmente diminuiu sua capacidade de produzir para trocar.

Para trocar sua produção será comparada, pois ela terá um valor decidido em mercado, e ao passo que seu trabalho tem valor decidido pelo mercado, o produto de seu trabalho, individualizado, longe da capacidade de produção em massa do capitalismo conjugado ao cientificismo da produção pela introdução da maquinaria, torna o indivíduo impotente para conseguir adquirir o mínimo necessário para trocar. Porém, essas trocas se tornam relativas ao passo que, se trabalho é assalariado, que seu trabalho é pago com parte do capital, com uma fração do capital circulante, sob a forma monetária. É o capital circulante alvo do próximo item.

3.2.6. A submissão cooperação social não-voluntária ao capital circulante

Ao passo que vimos que o ser humano é transformado em assessorio da produção, ainda sim restaria ao produtor conseguir manter-se sozinho. Porém a impossibilidade disso ante as necessidades humanas criadas através de uma sociabilização, inviabiliza o isolamento. Porém essa inviabilização se dá ao passo que a própria forma de troca é assimilada pelo capitalismo, quando o capital circulante assume o processo que organiza e viabiliza a coexistência dos trabalhadores. Ou seja, no capitalismo o capital circulante é o fator que engendra a cooperação não-voluntária dos seres humanos. Nas palavras de Marx (1977, p.85) “[...] así también, por otro, el mantenimiento del trabalho trabajo em una rama de la

trabalho social se apresenta como uma redução do trabalho individual a uma situação de impotência frente à comunidade representada e concentrada no capital” (Marx, 1977, p. 82-83).

producción mediante el *trabajo coexistente* en otra rama se presenta ahora como característica del capital circulante”⁵¹.

Para adentrar no meio social, como consumidore, assim, membro ativo na sociedade o trabalhador necessita ter dinheiro e, para tanto, somente a atividade remunerada lhe permite adentrar ao círculo. Entretanto o capitalismo enreda o ser humano também por suas trocas, pela necessidade de cambiar entre os produtores e consumidores ao passo que se determina pelo assalariamento, uma padronização do processo de troca. Caso contrário, seria fraco afirmar que somente pela questão de assumir o processo produtivo o ser humano estaria assumindo sua independência, sua autonomia. Entretanto ele perde sua autonomia, pois passa a fazer parte deste universo de forma passiva, possuindo o dinheiro (que representa parte do capital circulante adiantado ao trabalhador) como forma de conseguir adquirir suas necessidades.

En la circulación pequeña el capital anticipa al trabajador el salario, que este cambia por productos necesarios para el consumo. El dinero por él recibido sólo tiene este poder porque se trabaja simultáneamente al lado de él; y sólo; porque el capital se apropria de su trabajo, puede darle en dinero un título indicativo de trabajo ajeno (Marx, 1977, p. 85-86)⁵².

Portanto o capitalismo envolve os trabalhadores pelo seu capital amarrando a coexistência dos trabalhadores, ou seja, a cooperação não voluntária dos trabalhadores no capitalismo é amarrada pela necessidade de se trocar pelo capital. O capital, sob a forma de dinheiro, obriga-o à convivência social ante as determinações do capital e não mais somente de suas necessidades humanas. Ele se encontra obrigado a reproduzir o sistema e, assim anula sua autonomia.

O único nexos que os indivíduos ainda mantêm com as forças de produção e com sua própria existência, o trabalho, perdeu neles toda a aparência de atividade autônoma e apenas conserva sua vida na medida em que esta mesma vida define. Enquanto nos períodos anteriores a atividade autônoma e a produção se encontravam separadas pelo fato de serem atribuídas a pessoas distintas e a produção da vida material pela limitação dos indivíduos em si, era considerada como uma modalidade subordinada da atividade autônoma, agora estes dois

⁵¹ Em tradução livre: “Assim também, por outro lado, o mantimento do trabalho em uma ramificação da produção mediante o trabalho coexistente, em outro ramo se apresenta agora como uma característica do capital circulante” (Marx, 1977, p. p. 85).

⁵² Em tradução livre: “Com uma pequena circulação o capital anticipa ao trabalhador o salário, que é trocado por produtos necessários para o próprio consumo. O dinheiro por ele recebido só tem este poder porque o trabalho é feito simultaneamente a ele; E só porque o capital se apropria do seu trabalho, pode dar-lhe o título indicativo de trabalho alienado” (Marx, 1977, p. 85-86).

aspectos se desdobram de tal modo que a vida material passa a ser considerada como a meta e a produção desta vida material, o trabalho (que no presente momento é a única forma, mas conforme vemos, forma negativa da atividade autônoma), revela-se como meio. (MARX & ENGELS, 2007, pg. 95)

A força produtiva do trabalhador é duplamente suprimida. A primeira como já observamos no item anterior é a própria subsunção do trabalho material como algo dispensável ante a maquinaria que amplia a acumulação relativa de mais-valia. Na seqüência observamos que o capital circulante destrói a característica da cooperação não-voluntária somente pelo seu potencial produtivo, ele agora se encontra preso à necessidade de aquisição de capital circulante para atuar na sociedade em buscar de saciar suas necessidades; isso ele somente fará se obtiver parte do capital circulante, ou seja, salário, sob a forma de dinheiro que representa seu poder aquisitivo sobre o trabalho alheio.

O ser humano aparecerá como ator no mercado se despender parte do capital circulante adquirido por seu dispêndio de força produtiva. Remuneração essa que vai possibilitar ao trabalhador engendrar sua mediação entre os trabalhadores, condicionando a socialização ao adquirir trabalho alheio. Os trabalhadores são contrapostos pelo capital circulante e não mais sob sua força produtiva, é a própria reprodução do sistema pelos seres humanos, ou seja, seja pelos trabalhadores ou pelos outros componentes deste sistema que domina a humanidade.

Assim a troca, agora dominada pelo capital circundante, é a contraposição dos seres humanos reunidos pelo capital, às forças de produção que estão entrepostas e ligadas pelo capital. Entretanto esse repasse de capital circulante para o trabalhador não somente o conecta com o produto do trabalho dos outros trabalhadores que convivem em sociedade, mas também se transforma no nexu necessário e intransponível para convivência em sociedade.

Este cambio del trabajo propio por el trabajo ajeno no se presenta aqui mediado y condicionado por la coexistencia simultánea del trabajo de otros, sino por el anticipo que hace el capital. El hecho de el trabajador durante el proceso de producción pueda realizar el proceso asimilatorio necesario para su consumo se presenta como una propiedad de la parte del capital circulante que es dada al trabajador, y del *capital circulante* em general. No se presenta como un proceso asimilatorio de las fuerzas de trabajo son traspuestas en fuerzas del capital; en el capital fijo la fuerza productiva del trabajo (que está puesta al margen de él y existe como algo Independiente (materialmente) de el); y en el capital circulante por una parte el hecho de que el trabajador há presupuesto a sí mismo las condiciones de la repetición del trabajo coexistente de otros, adopta a la forma de que es el capital el

que le anticipa el salario y el crea la simultaneidad de las ramas de trabajo (Marx, 1977, p. 86)⁵³.

Ao se designar estes condicionantes do capitalismo conseguimos observar a construção de uma lógica que se identifica como atividade econômica. Em outras palavras, ao atrelar a força produtiva e a cooperação não-voluntária humana através de uma determinação particular a este momento histórico conhecido como capitalismo, está configurando-se um estado social atrelado à atividade econômica. Sua determinação via atividade econômica irá determinar o desenvolvimento humano, a utilização e dispêndio do tempo, os aproveitamentos do produto das forças produtivas, subjugados à atividade econômica. Conforme Marx relata o capital fixo e circulante, são em si, a invenção da atividade econômica e, por este princípio, se observa a construção da consciência humana no modo de produção capitalista, este dando por si, condições para o florescimento do poder objetual que domina a humanidade neste momento histórico.

3.2.7. A consciência coletiva condicionada à reprodução material do capitalismo: o nascimento do poder objetual particular do capitalismo

Ao passo que se encontra determinado o momento histórico do capitalismo devemos observar como atua o poder objetual erigido ante a sociedade. A determinação econômica é seu meio, e ela se designa pela contradição dos fatores engendradores das civilizações, a força produtiva, que neste caso, podemos identificar como capital fixo (força produtiva) e capital circulante (estado civil). Porém para propiciar o desenvolvimento social histórico

⁵³ Em tradução livre: “Esta troca do trabalho próprio pelo trabalho alienado não se apresenta aqui intermediado e condicionado pela coexistência simultânea do trabalho de outros, mas sim pela antecipação que o capital o faz. A ação do trabalhador durante o processo de produção pode realizar o processo assimilatório necessário para seu consumo, se apresenta como uma propriedade da parte de capital circulante que é dada ao trabalhador e do capital circulante em geral. Não se apresenta como um processo assimilatório das forças de trabalho é transformado em forças de capital; no capital fixo a força produtiva de trabalho (que está posta à margem dele e existe como algo independente (materialmente); e no capital circulante, por um lado, a ação que o trabalhador tem imposto a si mesmo às condições da repetição do trabalho coexistente de outros, adota a forma de que é o capital, aquele que lhe anticipa o salário e ele cria a simultaneidade das ramificações de trabalho” (Marx, 1977, p. 86).

propriamente dito devemos observar a configuração do poder objetual, que por fim, caracteriza uma sociedade civil, como força objetual que dinamiza a *práxis* humana. Ou seja, estas condicionantes, entrepostas, são os agentes da existência particular do capitalismo.

Mientras que hasta el momento el capital fijo y el capital circulante se presentado simplemente como determinaciones diversas e tansitorias del capital, ahora se han convertido em modos de existência particulares del capital, y juto al capital fijo aparece ahora el capital circulante. Ahora son dos clases particulares de capital. Em la medida em que es considerado en una rama determinada producción, aparece dividido em estas porciones, o se encinde em una determinada proporción em estas clases de capital (Marx, 1977, p. 88)⁵⁴.

Essa força social dinamizada por estas classes particulares do capital possuem uma determinação que é estranha aos componentes deste sistema. A determinação encontra sua concepção e identidade nas necessidades próprias ao capital e não a vontade humana ou social é a disfunção da consciência puramente humana, ou seja, sua inexistência.

A reprodução do sistema, com a continuidade da produção é um pressuposto da atividade econômica, e, portanto, da própria força social aplicada à manutenção do modo de produzir a vida a qual lhe domina. Presos ao capital, como nos observamos dos últimos itens, os seres humanos estão obrigados a manter a reprodução e constante valorização do capital fixo, ou seja, a demonstração explícita da dependência da produção. Capital fixo esse, que valorizado, possibilita a reprodução do capital circulante e como foi observado, ao atender a sistemática de reprodução dos nexos de trocas de produtos entre os indivíduos reunidos em sociedade, é ordem básica para manutenção da própria existencialidade humana. Ou seja, nas palavras de Marx (1977, p.89) “[...] la *continuidade del proceso de producción*, o el flujo constante de la reproducción, una condición impuesta externamente al modo de producción basado sobre el capital”⁵⁵.

Desta maneira é observável que o desenvolvimento humano subsequente historicamente registrável, é que estamos obedecendo a uma externalidade, a própria necessidade de manter as bases que produzem as condições de manter a vida humana. A

⁵⁴ Em tradução livre: “Mesmo que até o momento o capital fixo e o capital circulante sejam apresentados simplesmente como determinações diversas e transitórias do capital, agora se converteram em modos de existência particulares deste e junto ao capital fixo e aparece agora o circulante. Agora são duas classes particulares de capital. À medida que é considerado em um ramo, determinada produção aparece dividida nestas porções ou recai numa determinada proporção nestas classes de capital” (Marx, 1977, p. 88).

⁵⁵ Em tradução livre: “[...] a continuidade do processo de produção ou o fluxo constante da reprodução, uma condição imposta externamente ao modo de produção baseado no capital” (Marx, 1977, p. 89).

concretude da vida é a existência humana e em todas as instâncias, conforme observamos em Marx, o ser humano busca sua sustentabilidade através de conseguir saciar suas necessidades.

Todas suas criações, portanto buscarão manter seu modo de produzir a vida e, no caso do capitalismo, buscando cada vez mais ampliar os pressupostos que mantêm o sistema capitalista. O desenvolvimento científico, por exemplo, é dinamizado pelas necessidades do capital conforme nos confirma Marx (1977, p.89), “La invención deviene, em consecuencia, una atividade econômica, y la aplicación de la ciência a la producción inmediata a un critério que determina e incita a esta última”⁵⁶.

Destes desenvolvimentos temos a maquinaria como maior exemplo. Seu desenvolvimento, diferentemente do que diferentes cientistas econômicos propalaram, não estão para apoiar o trabalhador, mas para cada vez mais aumentar a acumulação de mais-valia, e como percebemos no item 3.3.1., ela tende a cada vez mais anular o trabalhador, ou seja, o ser humano.

Sólo en la imaginación de los economistas aúde la máquina em ayada del trabajador individual. [...] La máquina no aparece para sustituir a la fuerza de trabajo que escasea, sino para reducir la fúeza de trabajo existente em masa a la medida necesaria (Marx, 1977, p. 88)⁵⁷.

Desta forma fica explicito que todo o desenvolvimento das diferentes distribuições qualitativas e quantitativas do produto da força do trabalho e propriamente da força social organizada se encontram determinadas pelas necessidades reprodutivas obrigatórias para a manutenção do sistema capitalista, ou seja, do processo produtivo. Assim, todos os nexos dos pressupostos produtivos (capital fixo e circulante) mandatários do desenvolvimento humano, dinamizam os fatores para que o tempo de trabalho seja o menor possível, pois é este, por fim que possibilita maior acumulação de mais-valia relativa.

Então, a acumulação e propriamente o próprio entendimento de riqueza estão subjugados à necessidade do processo produtivo. Todas as decisões econômicas inerentes a reprodução da vida social repousam sobre as necessidades do capital e propriamente a

⁵⁶ Em tradução livre: “A invenção pode gerar, em consequência, uma atividade econômica e a aplicação da ciência à produção imediata, um critério que determina e estimula esta última” (Marx, 1977, p. 89).

⁵⁷ Em tradução livre: “Só na imaginação dos economistas a máquina fornece ajuda ao trabalhador individual. [...] a máquina não aparece para substituir a força de trabalho, que diminui. Mas sim para reduzir a força de trabalho existentes em massa à medida necessária” (Marx, 1977, p. 88).

necessidade de desenvolvimento científico. Essas condições são produzidas através da contradição entre as diferentes quantidades de capital fixo e circulante (Marx, 1977).

A determinação do tempo de trabalho como fato consuma essa contradição e, então se apresentará como mister desse processo reprodutivo. Sua riqueza não pertence mais a humanidade, mas sim ao processo produtivo. Ente este que se encontra longe das necessidades humanas. Ao contrário, ela as renega na necessidade de reprodução, ampliação e manutenção do sistema produtivo capitalista. Nas palavras de Marx: “El capital es la contradicción em movimiento, porque tiende a reducir el tiempo de trabajo a un mínimo, mientras que por otra parte pone al tiempo de trabajo como la única medida e fuente de la riqueza” (Marx, 1977, p. 91)⁵⁸.

A riqueza humana vem de suas relações reais, porém, suas relações reais não mais lhe pertencem e, muito menos, lhe obedecem. A formalidade da necessidade contínua do capitalismo obriga a sociedade, através de sua potência produtiva a entregar sua vida ao sistema que lhe mantém viva e, assim, igualmente subsiste. O desenvolvimento, a manutenção e consciência se encontram extraídas, obras de sua própria construção.

3.3. A humanidade sob ordens dos desmandos do capital

A humanidade então se encontra sob as ordens de conjunção de fatores que garantem o atendimento das necessidades humanas. Traçando o paralelo que este trabalho propõe é visualizar que um poder objetual (similar a “mão invisível”) de Adam Smith dinamiza a vida humana. Porém, diferentemente dos desejos que Adam Smith observa, Marx vê as necessidades humanas como vínculo indissociável deste processo do ser humano e sociedade, com as dinâmicas capitalistas.

Não obstante não é uma obra do acaso, é sim um desenvolvimento histórico, e concreto, por isso se trata de se conseguir “ver a mão” de Marx. Esse processo empreendido

⁵⁸ Em tradução livre: “O capital é a contradição em movimento, porque tende a reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto por outro lado se deve a ele a única medida de fonte de riqueza” (Marx, 1977, p. 91).

tem o objetivo de mostrar que o desenvolvimentismo proposto por Marx é uma materialidade que demonstra a subtração, do ser humano e da sociedade, de sua autonomia.

Estar vivo é a autonomia humana, mas ao passo que na morte não existe o ser, a própria autonomia inexistente ao momento que é exercida. A inconsistência concreta se observa pelas palavras de Marx quando diz que estar no processo é questão vida ou morte. O trabalho é necessário ao ser humano e ele somente é humano ao passo que produz suas necessidades para sua sobrevivência, ou seja, para manutenção de sua existencialidade.

O capitalismo absorveu não somente o processo de trabalho, mas igualmente o sistema de trocas e o valor do produto do trabalho é definido pelas contradições postas pelos diferentes aspectos do capital. Todo desenvolvimento humano, a partir da manutenção dos meios de reproduzir a vida, é confirmação da materialidade afirmativa de Marx, saindo de uma ilusão ideológica ou pseudo-científica da economia liberal, que se leva pela aparência dos movimentos produtivos. O capitalismo engoliu a humanidade para se sustentar.

Por un lado, el capital organiza todas las fuerzas de la ciencia y de la naturaleza, asi como también las de la combiinación social y las relaciones sociales, para convertir la producción de la riqueza em algo independiente (relativamente) del tiempo de trabajo a Ella empleado. Por otro lado, el capital quiere medir estas enormes fuerzas sociales asó prodcidas por el tiempo de trabajo, y mantenerlas dentro de los limites necesarios para conservar como valor al valor ya creado. Las fuerzas productivas y las relaciones sociales – ambos lados distintos del desarrollo del individuo social – son para el capital exclusivamente médios, médios para producir sobre su base limitada. Pero em la realidad ellas sin las condiciones materiales para hacer saltar por los Aires esta base limitada (Marx, 1977, p. 91)⁵⁹.

A vida real no capitalismo está subjugada a determinação do capital. No capitalismo o processo de vida real se encontra curvado às necessidades do capital e, portanto, a inexistência da autonomia se ratifica pela existência de uma consciência descolada das necessidades humanas. Não somente não atende às necessidades humanas, como realmente as nega, retirando da humanidade a governabilidade de seus atos materiais, através, de suas forças produtivas, identificadoras, e corroboradoras da existência humana.

⁵⁹ Em tradução livre: “Por um lado, o capital organiza todas as forças da ciência e da natureza, assim como também as da combinação social e as relações sociais, para converter a produção da riqueza em algo independente (relativamente) do tempo de trabalho a ela empregado. Por outro lado, o capital quer medir estas enormes forças sociais assim produzidas pelo tempo de trabalho e mantê-las dentro dos limites necessários para conservar como valor, o valor já criado. As forças produtivas e as relações sociais ambos os lados diferentes do desenvolvimento do indivíduo social são para o capital exclusivamente meios, meios para produzir sobre sua base limitada. Mas na realidade elas não têm as condições materiais necessárias para fazer saltar pelos ares esta base limitada”. (Marx, 1977, p. 91).

La naturaleza no construye ninguna máquina, ni ninguna locomotora, ni ferrocarril, ni telégrafos eléctricos, ni hiladoras automáticas, etc. Son productos de la industria humana; materia humana, transformada en órganos de la voluntad humana sobre a naturaleza o de su acción sobre la naturaleza. *Son órganos del cerebro humano creados por la mano humana*; son fuerza científica objetivada. El desarrollo del capital fijo indica hasta qué grado el saber social general el conocimiento se ha convertido en *fuerza productiva inmediata* y, en consecuencia, las condiciones del proceso de vida social han pasado a estar bajo el control del intelecto general, y son remodeladas de acuerdo con éste. Hasta qué grado las fuerzas productivas sociales son producidas, no sólo en la forma de ciencia, sino como órganos inmediatos de la *práxis* social, del proceso de vida real (Marx, 1977, p. 92)⁶⁰.

A vida humana transforma a natureza, e a vida social, dinamizada pela consciência capitalista, molda o ser humano e a humanidade. Somos obras de um poder objetual e não de nossos desejos. A autonomia não cabe ao ser humano, pois a autonomia está subjugada à necessidade de viver, e o viver, real e concreto, se encontra preso e escravizado a prática e a lógica capitalista, que se manifesta e atua como a verdadeira consciência que orienta a práxis humana no capitalismo.

⁶⁰ Em tradução livre: “A natureza não constrói nenhuma máquina nem locomotiva, nem estrada de ferro, nem telégrafos elétricos, nem máquinas que giram automaticamente, etc. São produtos da indústria humana; matéria humana, transformada em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua ação sobre a natureza. São órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana; são forças científicas objetivadas. O desenvolvimento do capital fixo indica até que grau o saber social geral e o conhecimento têm se transformado em força produtiva imediata e, em consequência, as condições do processo de vida social têm estado sob o controle do intelecto geral e são remodeladas de acordo com este. Até que grau as forças produtivas sociais são produzidas, não só na forma de ciência, mas também como órgãos imediatos da praxe social, do processo de vida real” (Marx; 1977, p. 92).

CAPÍTULO IV

A AUTONOMIA HUMANA NO COMUNISMO

Como escreve Karl Marx, em *A ideologia alemã*, para viver, é necessário antes de tudo beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc., Mas, o primeiro *fato histórico* é pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material. Satisfeita a primeira necessidade e desenvolvido o instrumento necessário, este mesmo instrumento conduz novas necessidades e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro fato histórico. O terceiro aspecto que intervém diretamente no desenvolvimento histórico é o fato de os homens, que em cada dia renovam a sua própria vida, criarem outros homens.

Portanto, a produção da vida dá-se com dupla relação: por um lado como uma relação natural e, por outro, como uma relação social - social no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, não importa em que condições, de que maneira e com que objetivo. Daí possibilitando-se afirmar, sustentados numa concepção marxiana, que através do trabalho produzimos objetos de satisfação de nossas necessidades, contudo esta produção se concretiza na relação com o outro. Assim, manifestando-se um sistema de laços materiais entre os homens, este é condicionado pelas necessidades e o modo de produção.

O modo de produção também determina o tipo de relação tida com o resultado da própria produção e com a do outro. Na sociedade capitalista a divisão social do trabalho existente determina a existência da contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si. Desta forma, o interesse coletivo existe apenas, enquanto *interesse universal*, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais é partilhado o trabalho.

A divisão — social e a técnica — existente numa sociedade sustentada em relações de troca aprisionam cada indivíduo numa esfera de atividade exclusiva e, dificilmente, conseguirá sair de um tipo de atividade ou profissão sem ameaçar a sua subsistência. Este trabalho, aprisionador e alienante, não podem fazer parte da condição humana, não se

constituído como necessidade humana, embora só através dele, no capitalismo se pode obter acesso ao dinheiro possibilitador de satisfação de necessidades.

A afirmação de Karl Marx, em *A Ideologia Alemã*, de que na sociedade comunista cada indivíduo poderá aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, pois com uma sociedade autogerida a produção geral necessária libertará as pessoas para a possibilidade em fazer hoje uma coisa e amanhã outra. Esta flexibilidade da atividade social liberta nosso próprio trabalho, ou seja, o trabalho aparecerá como necessidade humana e como atividade livre. Livre para poder ser inventado, criado, reconhecendo que a pessoa não possui apenas uma habilidade, mas sim que elas são tolhidas nas relações mercadológicas.

[...] enquanto que na sociedade comunista, onde cada indivíduo não tem para si um círculo exclusivo de atividades, mas pode desenvolver suas aptidões no ramo que melhor aprouver, a sociedade se encarrega de regular a produção universal, com o que ela torna possível, justamente através disso, que eu possa caçar pela parte da manhã, pescar pela parte da tarde e à noite apascentar o gado e depois de comer, criticar, se for o caso e conforme o meu desejo, sem a necessidade de por isso me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico algum dia. (MARX & ENGELS, 2007, pg. 56)

No entanto, há de se prestar atenção em dois elementos da sua afirmação: *a sociedade que regula a produção geral e me possibilita*, se a é sociedade que regula a produção geral não será o indivíduo particular que decidirá se quer produzir e o que vai produzir, então será responsabilidade de todos a produção de bens fundamentais para a existência humana. Em uma sociedade humana, sem a exploração de uma pessoa sob a outra, será possível a produção sem a presença do *valor de troca*, com isso não se fará necessário o lucro, acúmulo de capital, mas sim uma produção efetivamente social, com distribuição social, portanto com uma produção orientada pelo consumo (valor de uso) e não pela ganância de capital (valor de troca). Neste tipo de relação será possível o *trabalho* como possibilidade de criação e de realização humana. Assim, ter-se-ia a liberdade como real possibilidade de satisfação de necessidades, com o fim da presença do indivíduo centrado nos seus interesses particulares.

[...] os indivíduos têm de se apropriar da totalidade das forças de produção vigentes não apenas a de atingir sua atividade autônoma, mas tão só pelo fato de garantir sua existência, inclusive. Essa apropriação se acha condicionada antes de tudo, pelo objeto do qual trata de tomar posse, quer dizer, pelas forças de produção, hoje em dia desenvolvidas a ponto de se transformarem em uma totalidade e que apenas existem dentro de uma relação universal. Portanto, essa apropriação deverá necessariamente ter, já a partir desse ponto de vista, um caráter universal adequado

às forças de produção e relação. A apropriação destas forças não é por si só, outra coisa, a não ser o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos de matérias de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, de per si, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. (MARX & ENGELS, 2007, pg. 95)

Para terminar este estudo sobre a autonomia em Marx devemos buscar entender sua superação no momento pós-capitalista. Observamos ao longo desta monografia uma verdade básica, o ser humano não é independente. Historicamente pelas condições inerentes aos próprios nexos impostos pela propriedade privada em conjunto com a divisão do trabalho.

Em uma sociedade socialista futura é inseparável da questão do desenvolvimento em todos os aspectos das necessidades e capacidades produtivas do indivíduo social e, tal desenvolvimento, só é possível numa sociedade não mais determinada pelo antagonismo de classe e de seus interesses. Nesse intuito essa conjuntura de propriedade privada conjugada pela divisão do trabalho não poderá mais existir, *a priori*, pois pelo momento de passagem elas desaparecerão. Mas desaparecerão, pois os próprios agentes que engendram o processo se encontram despossuídos do trabalho e dos nexos que os ligam ao momento atual. Pois esta que agora domina, elimina o trabalho e subjuga o hoje. A luta é pela própria sobrevivência, mas também, de certo modo, para buscar a independência, portanto, é necessária uma revolução.

[...] todas as revoluções anteriores deixavam intacto o modo de atividade e apenas tratavam de alcançar uma diferente distribuição desta, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, ao passo, que a revolução comunista se dirige contra o *tipo* anterior de atividade, elimina o trabalho e suspende a dominação de todas as classes, ao acabar com as próprias classes, já que é levada a cabo pela classe a qual a sociedade não considera como tal, não reconhece como classe e que expressa, de *per si*, a dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., dentro de uma sociedade atual, e [...] apenas poderá ser conseguida mediante um movimento prático, mediante uma *revolução*; e que, portanto, a revolução não é apenas necessária porque a classe *dominante* não pode ser derrubada de outro modo, mas também porque unicamente através de uma revolução a classe que derruba conseguirá se livrar de toda a sujeira a sua volta e se tornar capaz de uma nova sociedade. (MARX & ENGELS, 2007, pg. 97-98)

De qualquer forma o comunismo não é imposição, apesar de Marx falar que deverá aparecer através de uma revolução, o comunismo não é uma ideologia, uma utopia e sim uma realidade, produto do desenvolvimento histórico humano.

O comunismo não é, para nós, um *estado* que deve ser implantado, um *ideal* ao qual a realidade (haverá) de se sujeitar. Nós chamamos de comunismo o movimento real que suspende e supera o estado atual das coisas. As condições deste movimento se desprendem da premissa atual vigente. (MARX & ENGELS, 2007, pg. 59)

Entretanto ao adentrar neste novo momento histórico, ainda sim se mantêm uma ligação com a situação anterior, pois o comunismo é uma obra do capitalismo, ou seja, seu desenvolvimento.

O comunismo se distingue de todos os movimentos anteriores no fato de que deita por terra a base de todas as relações de produção e de intercâmbio que existiram até o presente e pela primeira vez abordar de um modo consciente todas as premissas naturais e primitivas como criação dos homens que existiram até agora, despojando-as de seu caráter natural e primitivo e submetendo-as ao poder dos indivíduos unidos. Sua instituição é, portanto, puramente econômica, a das condições naturais dessa associação; faz das condições vigentes condições para associação. O vigente, aquilo que cria o comunismo é precisamente a base real para tornar impossível tudo o que existe independente dos indivíduos, enquanto este algo vigente não é, muito embora, outra coisa que não um produto da relação anterior dos próprios indivíduos. Os comunistas praticamente tratam, portanto, as condições criadas pela produção e pela relação anteriores como sendo condições inorgânicas, sem sequer imaginar que as gerações anteriores se propuseram ou pensaram lhe fornecer materiais, e sem acreditar que estas condições fossem inorgânicas para os indivíduos que as criavam. (MARX & ENGELS, 2007, pg. 99)

Sendo assim quais os fatores que caracterizam este modo de produção que possibilitam, finalmente a autonomia humana é de interesse a ser estudado. Para isso nos próximos itens desenvolveremos o suposto.

Pode ser dito que o trabalho não funda o ser individual, mas é sem dúvida fundante do ser social. É o trabalho que possibilita o desenvolvimento histórico, pois através dele vamos produzindo os objetos de satisfação de nossas necessidades. Portanto, podemos concluir ser o *trabalho* uma necessidade, antes de tudo, social.

No entanto, entendemos que a libertação da divisão do trabalho escravizante será possível também com o fim da separação entre os que pensam, criam e possuem acesso ao conhecimento possibilitador de autonomia, daqueles que apenas executam decisões tomadas por esta cúpula pensante, expressão do poder objetual que os domina e domina a humanidade. Assim, ter-se-ia a possibilidade de todos satisfazerem outra necessidade humana: a da autonomia como possibilidade de criação e decisão.

O trabalho realizado na sociedade capitalista, apesar se constituir como o único laço dos indivíduos e às forças produtivas e à sua própria existência, não mais aparece, para os indivíduos, como manifestação de si e só lhes conserva a vida definindo-a, pela

impossibilidade de auto-realização, por todo seu conteúdo alienante. Repetindo então, as palavras de Karl Marx:

[...] hoje, manifestação de si e produção da vida material estão de tal modo separadas que a vida, material é considerada como fim e a produção da vida material, quer dizer, o trabalho, como meio (agora a única forma possível, embora negativa, da manifestação de si). Chegamos pois ao ponto de os indivíduos se verem obrigados a apropriarem-se da totalidade das forças produtivas existentes, não apenas para conseguirem manifestar o seu eu, mas sobretudo para assegurar a sua existência. [...]. Só os proletários da época atual, totalmente excluídos de qualquer manifestação de si, se encontram em condições de poderem alcançar uma manifestação de si total, não limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no desenvolvimento de uma totalidade de faculdades que isso implica. [...]. É apenas nesta fase que a manifestação de si coincide com a vida material; essa fase corresponde à transformação dos indivíduos em indivíduos completos e à superação de tudo o que lhes foi originariamente imposto pela natureza; corresponde-lhe a transformação do trabalho em manifestação de si e a metamorfose das relações até então condicionadas em relações dos indivíduos enquanto indivíduos (MARX & ENGELS, 2007, pg. 95-96).

Sem o trabalho é inviável qualquer produção de bens e através dele conquistar-se a autonomia, com a produção dos instrumentos necessários à transformação da natureza. Para Marx, o trabalho é a essência humana, no entanto, é aquele possibilitador de criação e, conseqüentemente, possibilitador de objetivação, pois através de sua criação a pessoa verá seu trabalho como fonte de realização humana.

Sendo assim, na análise marxiana de superação do modo de produzir capitalista, a produção é reorientada, donde a finalidade é a uma rica produção, ou seja, uma produção suficiente para atender as necessidades de todos os seres habitantes do universo humano, donde serão produzidas coisas úteis sem a mediação do valor de troca. Mas, para a superação do valor de troca é indispensável o fim da propriedade dos meios de produção e da relação de subordinação entre proprietários e não proprietários e com a associação de produtores ter-se-á, enfim, produtos e não mercadorias no processo final de produção.

Mas, para uma produção livre do capital não basta a extinção da divisão técnica e burocrática do trabalho, pois, só a extinção dela não liberta da estrutura capitalista que impõe a produção e circulação de mercadorias. A divisão social do trabalho continuará, mas não mais guiada pela concorrência e sim como associação de produtores e com uma sociedade organizada planejando e definindo as coisas úteis de necessidade humana. Portanto, “as perspectivas da emancipação humana são inseparáveis do avanço — historicamente viável — da produtividade. Isto não é apenas uma questão de aumento *quantitativo* do volume de bens

à disposição de uma sociedade particular, medida em uma base *per capita*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 614).

É por isso que, na visão de Marx, a diligência humana deve ser orientada para a *riqueza da produção* (isto é, “a universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. do *indivíduo*”) e em uma cada vez mais rica – mas, claro, não em um sentido estreitamente material de riqueza – *auto reprodução* dos *indivíduos* sociais como o fim-em-si-próprio conscientemente adotado. O capital é de longe o mais poderoso regulador espontâneo da produção conhecido pela humanidade até o presente e não pode ser substituído por um vácuo socioeconômico. A dominação do capital sobre a sociedade só pode ser superada por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições (MÉSZÁROS, 2002, p. 613).

Segundo Mézaros (2002, p. 613), a produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço das necessidades, ou o capital os controla impondo a eles seus próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não podem escapar. Assim sendo, a “*auto-realização* por meio da *riqueza da produção* (e não pela *produção da riqueza* alienante e reificada), [...], pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas conseqüências destrutivas”.

Entretanto, numa sociedade onde a finalidade é a riqueza da produção e negação da riqueza alienante e reificada (tratada como coisa), sem a separação do produtor do resultado de sua produção, onde a finalidade é a produção de coisas úteis; o tempo de produção continuará definindo o valor das coisas, mas não mais pela duração do tempo de trabalho aplicado e sim pelo tempo dedicado à produção de coisas mais ou menos úteis à coletividade dos seres humanos. Então, numa sociedade sem a presença do antagonismo de classe, “[...] o *uso* não mais determinará pelo *mínimo* tempo de produção; mas o *tempo* de produção dedicado a um artigo será determinado pelo grau de sua *utilidade*” (MARX, *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 619).

Seguindo o pensamento do autor (baseado em Marx), evidencia a importância do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, a transformação do trabalho objetivado em capital e a propriedade do capital dos meios do trabalho passaria a ser considerada o *aspecto secundário* da dominação autoritária do capital sobre o trabalho. Pois, uma vez instituído o controle global da produção a finalidade deixaria de ser a produção de riqueza e assim também seria destituído o capital.

Por isso, que a “expropriação dos expropriadores” é o pré-requisito para as mudanças necessárias na institucionalização do controle sobre a distribuição do produto social total. É

evidente que a simples mudança de proprietários dos meios de produção não altera a lógica de produção capitalista, não é apenas o direito de propriedade que determina a estrutura de um modo de produção, é um dos elementos, mas não o único. “[...] O que necessita ser radicalmente alterado é o modo pelo qual o microcosmo reificado da jornada de trabalho singular e utilizado é reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do ‘macrocosmo’ homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

Destes seria a eliminação da hierarquização da divisão do trabalho. A divisão do trabalho, natural, não pode ser destruída, é uma herança do modo de produzir anterior, mas necessita-se sim, terminar com os efeitos nocivos que a propriedade privada exerce sobre a divisão do trabalho, o que gera o poder objetal em si. De qualquer maneira, ainda sim, somente dentro da sociedade que ser humano consegue se realizar como ser humano. O que se busca é que se retirando a influência da divisão do trabalho em conjunto com a propriedade privada, se extirpe o poder objetal que paira sobre a humanidade pela organização conjunta da sociedade, com liberdade individual respeitada. Sem isso continuaríamos no mesmo sistema, e sem a mesma autonomia.

A transformação dos poderes pessoais (relações) em objetais através da divisão do trabalho não pode ser supra-sumida ao se arrancar da própria cabeça a noção universal sobre ela, mas sim com que os indivíduos voltem a subsumir a seu mando estes poderes objetais e com que supra-sumam o a divisão do trabalho. E isso não é passível de ser feito sem a comunidade. Somente dentro da comunidade cada indivíduo tem os meios necessários para desenvolver seus dotes em todos os sentidos; somente dentro da comunidade a liberdade pessoal se torna possível, por consequência, nos substantivos da comunidade que até agora existiram, no Estado etc., a liberdade pessoal apenas existia para os indivíduos desenvolvidos dentro das classes dominantes e apenas se tratando em indivíduo de classe. A comunidade aparente em que os indivíduos se associaram até agora adquiriu, sempre, uma existência própria e independente, diante deles e, por se tratar de associação de uma classe contra outra, não apenas era, ao mesmo tempo, uma comunidade puramente ilusória, para a classe dominada, mas também um novo grilhão. Dentro da comunidade real, os indivíduos adquirem, dentro através da associação, sua liberdade ao mesmo tempo. (MARX & ENGELS, 2007, pg. 102-103).

Somente ao passo que a humanidade tomar o controle da produção, que se poderá construir por consequência um estado social e uma consciência livre de uma poder objetal escravizante. A busca deste tópico é baseada no fim da relação de dominação entre a divisão do trabalho e a propriedade que distribuem com desigualdade quantitativa e qualitativa o trabalho, fonte de afirmação do ser humano enquanto ser consciente em si. Consciente, e,

portanto, livre para fazer da sua força produtiva, ou seja, seu poder social, o que bem entender, e *a priori*, produzir a riqueza para os homens.

CONCLUSÃO

Ao decorrer desta monografia se estabeleceu os nexos reais e concretos que dinamizam a vida humana. Ao momento que um indivíduo é levado a uma ação é precedido por um momento metafísico no qual busca em sua consciência a determinação que precede a ação. Da consciência sai sua decisão e esta é sua ou não, neste momento que se destaca a existência ou inexistência da autonomia humana.

Ela não existe ao passo que suas condições de se afirmar enquanto Ser estão limitadas. Sua condição de auto-afirmação enquanto Ser se encontra atrelada, conforme observamos no decorrer da monografia, no entendimento de Marx, em sua possibilidade de produzir suas necessidades. Sua necessidade básica é conseguir criar, através do dispêndio de suas forças produtivas seu sustento e, por conseqüência, a sustentação de sua vida, ou seja, sua própria existência.

Desse pressuposto material se desenvolvem as atividades metafísicas e, portanto, sua autonomia. Ao passo que ser humano tem suprimido as condições reprodução ante a ação da divisão do trabalho condicionada pela propriedade privada, a atividade material se separa da atividade metafísica e estão dadas as condições básicas para perda de sua autonomia.

O desenvolvimento histórico humano demonstra que estas possuíram diversas passagens e que, por fim, chegaram ao capitalismo⁶¹. O ser humano e não somente ele, mas a sociedade, como observado, se encontram atrelados a uma dinâmica que suprime seus desejos, suas aspirações, e as molda de acordo com a possibilidade dada à realidade concreta do capitalismo.

O ser humano não se desenvolve sem seu conjunto de relações sociais, ou seja, de forma associada, porém não-voluntária uma força produtiva que se reproduz em um potencial social. Essa força social se traduz na construção de um Estado social, que, igualmente como os atos individuais, particulares, se instruem nos parâmetros dos fatores históricos que dominam os elementos que possibilitam a reprodução humana e social, por conseqüência. Assim é no capitalismo, porém com características mais escravizantes.

O sistema não somente determina o aprisionamento da atividade e do produto do seu trabalho ante a verdadeira divisão do trabalho, mas sim por um sistema que cria nexos mais

extensos que envolvem os seres humanos, e suas realizações sócias, sendo trocados por elementos representativos, o dinheiro, o qual, em si, reproduz não somente o produto alheio, mas entende e diminui cada vez mais o valor do trabalho do produto do mesmo. Sendo assim o ser, e a sociedade, se postam obrigado a sempre reproduzir do sistema reprodutivo a um ponto de ser vida ou morte.

O Estado, a sociedade, o ser humano individual vivem para satisfazer as necessidades do capital, ou seja, a acumulação desenfreada de valor. Valor esse que se adquire através de um processo de ampliação da mais-valia, o que, por si, tende a cada vez mais, igualmente, contrapor o ser humano ao produto do seu trabalho, ao ponto de torná-lo insignificante.

Desse desenvolvimento de anulação continua a se criar uma massa de desassistidos por este modo de produção que não consegue, materialmente, aportar todos os indivíduos. Estes despossuídos irão, em sua necessidade material de se reproduzir, buscar alternativas. Qual é um caminho que leva a um desenvolvimento histórico, mas qual?

Marx não responde como e quando. Através de uma revolução, claro, é uma necessidade, mas será que é uma transformação abrupta ou suave e sistemática?

Marx consegue observar a potencialidade da autonomia humana e condições relativas que classificariam como tais, mas ante a um modelo dominante, dominar os dominantes como despossuídos materialmente? Pressupõe o uso de decisões políticas de poderes que se não são dominantes, possuem certo poder de oposição, porém, não se estaria saindo do preceito da materialidade ativa do ser humano.

Limites e questões como estas e outras, devem ser levantadas, mas somente o estudo do autor possibilita criar indagações. Saber, não necessariamente é ter a verdade absoluta, até pela qual, a luta seria incessante, ao passo que essa possivelmente não existe. Sempre ao se chegar a um patamar novo de desenvolvimento científico se identificam milhares de alternativas e aplicações provenientes do desenvolvimento primário.

Usar Marx e não criticá-lo, é não entendê-lo. Aprender, e saber que pouco sabe ante a universalidade do conhecimento é desconhecer o conhecimento e desconhecer a própria ignorância. A base do ser humano é base de tudo que ele constrói, saber que mesmo a base de sua construção deve ser debatida é de interesse da ciência e, portanto esta monografia se presta ao serviço de lançar luz a um assunto que necessita de maior desenvolvimento e embate, ante outros cientistas políticos/econômicos, como Hanna Arendt, por exemplo.

⁶¹ Durante o desenvolvimento se optou por não se desenvolver, explicitamente, essas diversas fases, por não serem necessárias para denotar os princípios da autonomia na atualidade e em uma suposta libertação da condição humana ante o modo de produzir a vida capitalista.

Será o ser humano somente obra de suas necessidades?

Somente o estudo contínuo sobre a autonomia humana possibilita a economia em si, conhecer suas limitações de planejamento, de tomada de decisão ou mesmo de sua efetiva prática material. Se existe a possibilidade de se extrapolar as necessidades ao ponto de criar uma autonomia que possibilite superar um sistema que nos aprisiona materialmente, pode significar um avanço sobre os próprios prognósticos racionais utilizados pela economia macroeconômica, onde racionalidade da ação humana é discutida. Não obstante, se confirmado, igualmente podemos traçar paralelos mais confiáveis para determinação de projeções econômicas ante a teoria marxista ou mesmo, marxista.

As portas do desenvolvimento estão abertas, pois não que manuseia os instrumentos do destino humano não mais é ou pelo menos, argumentamos que não é, o que ajuda, em boa proporção, a girar a maçaneta.

REFERÊNCIAS

G1. *Leia a íntegra do discurso de vitória de Barack Obama*, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

HELLER, Agnes. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

INFOMONEY. *Setor imobiliário dos EUA: entenda os fatores que derrubaram as Bolsas*, 2007. Disponível em: <<http://web.infomoney.com.br/>>. Acesso em: 13 set. 2008.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. *Cooperação*. In CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Editora Vozes, 2003.

MANDEL, Ernest. *Socialismo X Mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MARX, Karl (A). *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (B). *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume 2 _ O processo de produção do Capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (C). *Capital VI – inédito de O Capital*. Tradução Klaus Von Puchen. 2ª ed. Editora: Centauro. São Paulo, 2004.

_____. (D). *O CAPITAL - Crítica da Economia Política*. Volume I - O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

_____. *Líneas Fundamentales da la Crítica de la Economía Política: Grundrisse*. Traducción: Javier Peres Royo. Barcelona: Editorial Crítica, 1977.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. Tradução de Marcelo Backes. - Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. 1ª Ed. Editora Boitempo, São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. 1ª edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOMISLAV, R. F. *Alavancagem Operacional, Financeira e Combinada*, 2008. Disponível em: <<http://www.tomislav.com.br/>>. Acesso em: 22 out.2008.

WAGNER, Eugênia Sales. *HANNA ARENDT E KARL MARX: O mundo do trabalho*. São Paulo. 2ª Ed. Ateliê Editorial, 2002.

ANEXO

Anexo 01 – Sobre a tradução do conceito *Aufhebung* em Marx

*De alguns conceitos fundamentais**

Aufhebung. O termo filosófico tradicional *aufheben* sempre teve o sentido de “negar” – em oposição ao conceito *setzen*, “assentar”, em alemão. Na concepção especulativa de sua dialética – e ao que tudo indica em oposição a Fichte –, Hegel transformou *Aufhebung* em um conceito bem mais abrangente, que une em si a negação e a afirmação como partes de um todo. Por conseguinte, Hegel fez de *Aufhebung* – declarando-o inclusive – um dos conceitos “mais importantes da filosofia”. Na *Lógica*, Hegel esclarece: “*Aufheben* tem sentido duplicado na língua, de modo que significa tanto quanto conservar, *preservar* e ao mesmo tempo fazer cessar, *dar um fim*” (*Lógica*, I, Capítulo 1.3, Nota).

Marx criticou a inversão metafísica de Hegel – que pensa tudo de cima para baixo, assenta aquilo que produz na condição de produzido – e chega a afirmar que o próprio conceito de *Aufhebung* é apenas teórico e não tem nada de prático. Marx vê na *Aufhebung* hegeliana “todas as ilusões da es-

* A pesquisa nas traduções brasileiras para *Aufhebung*, *Entäußerung* e *Entfremdung* foi toda ela encaminhada por Jesus Ranieri. O texto correspondente ao presente subtítulo, mas apenas aos conceitos *Aufhebung*, *Entäußerung* e *Entfremdung*, já foi publicado – com algumas diferenças – em K. Marx e F. Engels, *A sagrada família*, trad. Marcelo Backes, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p. 10-13.

peculação” e a “raiz do falso positivismo de Hegel ou de seu criticismo apenas aparente” (*Manuscritos*, MEGA [*Marx-Engels Gesamtausgabe* I.2], p. 299). Para completar, Marx afirma que na realidade o ato da *Aufhebung* deixa seu objeto onde está, ainda que pense tê-lo suplantado. De modo que em Marx *Aufhebung* adquire, segundo vários teóricos marxistas, um significado bem mais concreto de eliminação prática de situações ou condições pouco adequadas às novas – e aliás racionais – exigências societárias.

A tradução de *Aufhebung* para línguas bem menos potentes em termos especulativos se torna difícil e a variabilidade de soluções encontradas é a mais perfeita demonstração disso. O inglês usa *sublate*, *absorb*, ou *super-seding* (esta última de longe a mais satisfatória, e aliás um tanto próxima do conceito original alemão); o francês usa *suppression*, *dépassement* ou *enlèvement*; o italiano *soppressione* e *superamento* e o espanhol usa *superración*, por vezes *abolición* até.

No português as opções usadas ao longo dos anos também foram várias. Certo é que não existe nenhuma palavra capaz de reunir a multiplicidade de sentidos contidos na síntese dialética desse conceito. Esclarecendo-o lingüisticamente, ele significa “levantar” (por exemplo, o ato de erguer algo do chão), “guardar” (por exemplo, um objeto, a fim de que se conserve), e “suspender” (a abolição, ou revogação da vigência de uma determinação legal; essa é a acepção em que o verbo é mais usado, cotidianamente). A mesma é a opinião de Viktor von Ehrenreich. Conferir: “K. Marx: Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana, *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*”, in Florestan Fernandes (org.), *Marx/Engels*, São Paulo, Editora Ática, 1989, Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 36, trad. Viktor von Ehrenreich, nota 87 do tradutor, p. 164. “Abolir” é usado, na presente tradução, preferencialmente para traduzir *abschaffen* e “superar” para traduzir *überwinden*.

De maneira mais ou menos geral, o que se encontra é a versão de *Aufhebung* por “supressão” ou “superação” que, mais no primeiro caso e menos no segundo, perde mediante a riqueza sintética que se observa na forma original. “Transcendência” – outra forma que por vezes aparece – remete em demasia à oposição interioridade (imanência)-exterioridade, que é a relação originária da posição daquele que transcende, daquele que busca ultrapassar o simples ser-outro-no-mundo. Além disso, “transcendência” mostra-se um conceito demasiado ideológico – no sentido que a palavra adquire em *A ideologia alemã* – e insuficiente para designar a concretude do processo histórico-dialético propriamente dito, por perder em

eficácia na retenção plena do significado de sua dinâmica, além de incutir ao processo um sentido ambíguo de transmutação. (A contestação ao uso de “transcendência” é de Jesus Ranieri.)

“Supra-sunção”, a opção adotada na presente tradução – depois de um debate com Jesus Ranieri, também tradutor da obra de Marx –, abrange analiticamente (*grosso modo*) os distintos níveis de composição do conceito dialético: a supressão, a retenção, a sustentação qualitativa do ser que supra-sume. (Neste sentido, conferir também: Henrique Cláudio Lima Vaz, *Antropologia filosófica II*, São Paulo, Edições Loyola, 1992, especialmente capítulo III da segunda seção.) Ademais, “supra-sunção” – “suprassunção”, conforme já foi usada em diversos casos, é uma opção inviável segundo as normas do vernáculo, uma vez que o prefixo “supra” quando anteposto a palavra iniciada por “s” leva sempre hífen – realiza de forma satisfatória a operação sintética do recurso dialético, pelo fato de *Aufhebung* ter o signi-

ficado, em seu sentido pleno, de “superar”, “subsumir” e “reter traços” do elemento “passivo”, estabelecendo a dialética do momento procedente que haverá de ser qualitativamente superior. Por outro lado, “superação” (o ato de superar como possibilidade real) ou “suspensão” (que envolve o ato de levantar e de abolir ao mesmo tempo) são factíveis quando se trata da sobreposição de um momento por outro, e, neste trabalho, são utilizadas de quando em vez, sempre que o contexto assim o exigir. (Ver, a respeito dos textos que fazem uso de *Aufhebung* como suprassunção: H. C. Lima Vaz, *Antropologia filosófica II, cit., passim*; *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo, Edições Loyola, 1988, p. 242 *et seq.*; J. H. Santos, *Trabalho e riqueza na fenomenologia do espírito de Hegel*, São Paulo, Edições Loyola, 1993; e no que toca à alusão da forma global da *Aufhebung* no âmbito da subjetividade moral, Marcos Lutz Müller, “Racionalidade da ação e direito da subjetividade na *Filosofia do direito* de Hegel”, in *Racionalidade e ação: Antecedentes e evolução atual da filosofia prática alemã*, Porto Alegre, Ed. da UFRGS/Goethe Institut, 1992, especialmente p. 149 *et seq.* E, a respeito de *Aufhebung* como *transcendência*, I. Mészáros, *Marx: a teoria da alienação*, trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, principalmente cap. VII e VIII.)

Anexo 02 – Sobre a tradução do conceito *Entäußerung* em Marx

Entäußerung. O conceito marxiano – já hegeliano, já fichtiano – *Entäußerung* foi traduzido, preferencialmente, por “alienação”. No idealismo alemão – particularmente em Hegel e Fichte –, *Entäußerung* significava o processo de submeter a própria atividade a uma juridicidade alheia. Fichte foi

quem introduziu o termo na filosofia alemã. Para fazer do sujeito transcendental de Kant, que era uma mera instância formal, um todo da – e na – realidade inteira, Fichte opôs a objetividade – o “não-eu” – ao sujeito transcendental kantiano, definindo essa mesma objetividade como a *Entäußerung* (“alienação”, talvez “exteriorização”) do eu autônomo. Para Fichte, no momento em que o “eu” logra entender que essa objetividade é a sua própria *Entäußerung*, ele a entende como supra-sumida (*aufgehoben*) (*Lição científica*, Werke, v. 1, 165).

Na *Fenomenologia do espírito*, Hegel transforma a *Entäußerung* em um conceito central para a identificação – almejada – entre a substância e o objeto, ou seja, entre a objetividade e a autoconsciência. Em Marx, *Entäußerung* às vezes adquire a qualidade de sinônimo de *Entfremdung* (“estranhamento”). Após a já referida discussão com Jesus Ranieri – e depois da profunda análise das traduções de Marx já encaminhadas no Brasil, mérito de Ranieri –, estabeleceu-se a conveniência de diferenciar dois conceitos que não são necessariamente idênticos – mas inclusive se apresentam com significado distinto por vezes –, ainda que costumem ser traduzidos sob uma só palavra: “alienação”.

Ademais, a opção de traduzir *Entäußerung* preferencialmente como “alienação” sustenta, em português, o conteúdo etimológico do substantivo alemão, que expressa um movimento de remeter “para fora” a partir de um ponto inicial, realizar uma “expulsão”, um “esvaziamento”, uma “ação de transferência”. Duas outras versões do significado de *Entäußerung* poderiam ser “extrusão” (cf. Paulo Meneses em seu *Para ler a Fenomenologia do espírito*, São Paulo, Edições Loyola, 1985, e também sua tradução da *Fenomenologia do espírito*, Petrópolis, Vozes, v. I, 1992; v. II, 1993) e “exteriorização”.

O conceito mais simples, *Äußerung*, que comparece sobretudo na expressão *Lebensäußerung* na presente obra, será traduzido preferencialmente por “exteriorização” (*id est* “exteriorização vital”), mas muitas vezes também por “expressão”.